



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**JONATHAS ADONIAS XAVIER**

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO JALAPÃO – TO, E OS  
TERRITÓRIOS E IDENTIDADES TERRITORIAIS: CARRAPATO,  
FORMIGA E AMBRÓSIO**

**Porto Nacional – TO**

**2019**

**JONATHAS ADONIAS XAVIER**

**Comunidades Quilombolas no Jalapão – TO e os Territórios e  
Identidades Territoriais: Carrapato, Formiga e Ambrósio**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Elizeu Ribeiro Lira

**Porto Nacional – TO**

**2019**

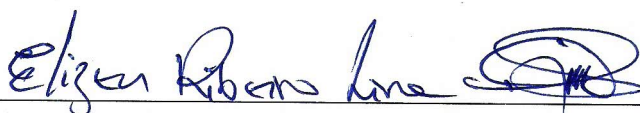
JONATHAS ADONIAS XAVIER

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO JALAPÃO – TO E OS  
TERRITÓRIOS E IDENTIDADES TERRITORIAIS: CARRAPATO,  
FORMIGA E AMBRÓSIO**

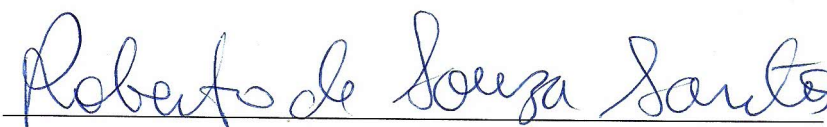
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 25/03/2019

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira (Orientador), UFT



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos, UFT



Profa. Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos, UFT

Porto Nacional – TO  
2019

Ao meu pai avô, Nazareth Xavier  
Adonias, que sempre me incentivou na  
busca pelo conhecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, meus pais e familiares pelo apoio. Posteriormente às minhas referências de incentivo a reafirmação da importância da mobilização social e de classe, sendo eles, meu orientador Elizeu Ribeiro Lira e ex - orientadora Ana Lúcia Gomes Muniz.

Aos irmãos de orientação, classe e cor, Delismar Palmeira Costa e Claudiney de Freitas Marinho, pelas contribuições teóricas, debates, inquietações e esclarecimentos sobre a condição de classe à qual pertencemos e nunca devemos abandonar.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia UFT e a CAPES.

Aos pesquisadores Maria Aparecida Lopes de Oliveira, Adelmir Fiabani e in memoriam a Geraldo Silva Filho.

*“A educação é o passaporte para o futuro, e o amanhã pertence as pessoas que se preparam hoje” (Malcolm X).*

## **RESUMO**

A presente pesquisa aborda como as comunidades quilombolas estão em contextos históricos de resistência e luta pela terra, características que podem ser evidenciadas em uma perspectiva da Geografia Agrária. Evidenciando assim, as características do território e as identificações materializadas na história de sobrevivência sócio territoriais das comunidades quilombolas do Jalapão - To, levando em consideração a trajetória histórica dos quilombos no Brasil, e as complexidades e possíveis perspectivas dos sujeitos quilombolas, em um contexto de luta e conquista definitiva de suas terras através das comunidades negras. É também uma tentativa de compreender a dinâmica sócio-territorial e situações referentes aos aspectos históricos e geográficos. Apontando materialidades de ancestralidades históricas afrodescendentes que ajudarão a definir os quilombolas e a construir uma consciência de afirmação de identidade, na perspectiva de que o Jalapão seja considerado acima de tudo como um território quilombola.

**Palavras Chave:** Território, Quilombo, Identidade e Jalapão.

## **ABSTRACT**

The present research deals with how the quilombola communities are in historical contexts of resistance and struggle for land, characteristics that can be evidenced in an agrarian geography perspective. Thus, the characteristics of the territory and the identifications materialized in the socio - territorial survival history of the quilombola communities of Jalapão - To, taking into account the historical trajectory of the quilombos in Brazil, and the complexities and possible perspectives of the quilombola individuals in the struggle for the final conquest of their lands. It is also an attempt to understand socio-territorial dynamics and situations regarding historical and geographical aspects. Pointing out materialities of Afro-descendant historical ancestry that will help define the quilombolas and build a consciousness of identity affirmation, in the perspective of Jalapão being considered above all as a Quilombola territory.

**Keywords:** Territory, Quilombo, Identity and Jalapão.



## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Território de autodemarcação das comunidades quilombolas Carrapato, Formiga e Ambrósio

Mapa 2 Representação da Microrregião do Jalapão, englobando as áreas de preservação ambiental.

Mapa 3: Autodemarcação dos territórios das comunidades quilombolas no interior do Jalapão – TO.

Mapa 4: Território de autodemarcação das comunidades quilombolas Carrapato, Formiga e Ambrósio

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Relação das Comunidades Reconhecidas como Remanescentes de Quilombos no Estado do Tocantins.

Quadro 2: Relação de agência de turismo licenciadas

## **LISTA DE SIGLAS**

Associação Brasileira de Antropólogos (ABA)

Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO)

Encontro Regional de Geografia (EREGEO)

Fundação Cultural Palmares (FCP)

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)

Instituto de Terras do Tocantins (INTERTINS)

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS)

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB)

Núcleo de Estudos Urbanos Agrário e Rurais (NURBA)

Parque Estadual do Jalapão (PEJ)

Parque Nacional (PN ou PARNA)

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)

Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)

Reserva Extrativista (RESEX) do Extremo Norte do Estado do Tocantins

Scientific Electronic Library Online (SciELO)

Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA)

Unidades de Conservação (UC)

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1 - Áreas desmatadas próximo a Ponte Alta do Tocantins, aparentemente para produção monocultora
- Fotografia 2 - A contradição a partir de folhetos de propagandas, a disputa entre os recursos da paisagem natural e as propostas do agronegócio
- Fotografia 3 - Afinando tambor para que seu filho continuasse com seu legado nas folias da comunidade Ambrósio.
- Fotografia 4 - Crianças acompanhando o processo de retirada do mastro
- Fotografia 5 - Transporte do mastro até o local da festa
- Fotografia 6 - Travessia do mastro pelo rio Ambrósio
- Fotografia 7 - Montagem do mastro
- Fotografia 8 - Senhor Fulô na simplicidade do cotidiano
- Fotografia 9 - A labuta da mulher, lenha para o preparo das refeições
- Fotografia 10 - Atuação da mulher na produção de farinha
- Fotografia 11 - O pilão é uma ferramenta histórica, representa a produção desde os primeiros quilombos
- Fotografia 12 - Buriti colhido nas proximidades
- Fotografia 13 - Extração do óleo do buriti
- Fotografia 14 – Cozinha e mobília confeccionada a partir do buriti
- Fotografia 15 – Mesa de buriti e cabaça com caju nativos
- Fotografia 16 – Cesto partes do buriti, telhado de piaçava
- Fotografia 17 - Armazenamento de caroços de pequi
- Fotografia 18 - Pequi que será utilizado na extração do óleo ou produção de farofa
- Fotografia 19 - Confecção de um tapiti
- Fotografia 20 – Quilombola colhendo mandioca
- Fotografia 21 - Equipamentos artesanais utilizados na produção de farinha (tapiti, bacia de pneu reutilizado, ralo de lata de óleo)
- Fotografia 22 – Ralo, peneira e prensa artesanal, tapiti, cocho de tronco de árvore
- Fotografia 23 - Partes de um antigo engenho.
- Fotografia 24 - Forno de barro
- Fotografia 25 – Forma para produção de rapadura
- Fotografia 26 – Rapadura pronta para comercialização
- Fotografia 27 - Gamela utilizada na produção de rapadura
- Fotografia 28 - Processo utilizado para a conservação da carne
- Fotografia 29 - Carnes secando ao sol
- Fotografia 30 - Limpeza do intestino de gado no rio
- Fotografia 31 - Cultivo de Banana, abacaxi, mandioca, e etc.
- Fotografia 32 - Cultivo de milho, arroz e mandioca em roça-de-toco
- Fotografia 33 - Cultivo de milho em sistema de irrigação conhecido como alagamento
- Fotografia 34 - Cultivo de mandioca, melancia e arroz
- Fotografia 35 - Cultivo de melancia prontas para serem colhidas
- Fotografia 36 - Cultivo de melancia e abóbora
- Fotografia 37 – Cultivo de mamona e batata doce
- Fotografia 38 - Cultivo de cana, mandioca e banana.
- Fotografia 39 - Preparo da terra para produção e manutenção de hortaliças.
- Fotografia 40 – Horta cultivada no quintal da casa.
- Fotografia 41 - Colheita de itens produzidos na horta como, temperos e ou plantas medicinais

Fotografia 42 - Produtos diversos como açafraão, taióba.  
Fotografia 43 - Pequeno produtor descascando mandioca com a esposa e os filhos para produção de farinha para o consumo próprio  
Fotografia 44 - Casa, semelhantes a 2 casas, porém uma é a sala e os quartos, a outra é a cozinha  
Fotografia 45 - Interior da casa.  
Fotografia 46 - Fabricação de tijolos de adobe  
Fotografia 47: Armazenamento de tijolos de adobe  
Fotografia 48 - Construção de casa de adobe.  
Fotografia 49 - Casa de pau a pique.  
Fotografia 50 - Fervedouro dos Buritis  
Fotografia 51 - Balneário Rigação, administrado por um quilombola  
Fotografia 52 - Fervedouro que ainda não está licenciado para recepcionar turistas.  
Fotografia 53 - Fervedouro Rio Sono  
Fotografia 54 - Possível fervedouro futuramente.  
Fotografia 55 - Fervedouro Encontro das Águas, recebe esse nome devido ser localizado no encontro entre os rios Sono e Formiga  
Fotografia 56 – Quilombola administrador do Fervedouro do Buritizinho na comunidade Formiga  
Fotografia 57 - Cachoeira da Formiga  
Fotografia 58 - Loja de artesanato na comunidade Carrapato  
Fotografia 59 - Produção do artesanato de capim dourado  
Fotografia 60 – Chapéu e capim dourado  
Fotografia 61 – Chapéu e cestos  
Fotografia 62 – Bolsa e cestos  
Fotografia 63 – Brincos, tiaras e colares  
Fotografia 64 – Cesto  
Fotografia 65 - Potes

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO.....   | 13  |
| LISTA DE MAPAS.....   | 9   |
| LISTA DE QUADROS.....   | 9   |
| LISTA DE SIGLAS.....  | 9   |
| LISTA DE FOTOGRAFIAS.....   | 10  |
| CAPÍTULO I: OS TERRITÓRIOS E OS QUILOMBOS .....   | 17  |
| 1.1 Quilombos, uma questão de território. ....  | 18  |
| 1.2 Os quilombos e sua contextualização histórica como resistência de classe na sociedade colonial durante o regime escravista.....     | 25  |
| 1.3 As resistências ao regime escravista .....  | 29  |
| 1.4 O quilombo e sua formação inicial .....   | 34  |
| 1.5 Abolição, uma questão fundiária.....  | 39  |
| CAPÍTULO II: O Jalapão – TO, como um território quilombola .....  | 48  |
| 2.1 O que é o Jalapão?.....   | 49  |
| 2.2 Um contexto histórico .....   | 50  |
| 2.3 O ouro no caminho do povoamento .....   | 52  |
| 2.4 A pecuária, os currais e os povoados no caminho do gado .....   | 54  |
| 2.5 Quilombolas povoam o Jalapão: o processo de reconhecimento dos territórios e suas contradições .....                                | 55  |
| 2.6 O Jalapão como Unidade de Conservação: a microrregião e o Parque Estadual do Jalapão .....  | 60  |
| 2.7 O avanço das relações do capitalismo agrícola no Jalapão – TO e os conflitos territoriais e sócio ambientais .....                  | 62  |
| 2.8 Avanços e diálogos sobre os territórios quilombolas .....   | 66  |
| 2.9 Produção quilombola e sua ligação com a natureza.....   | 67  |
| CAPÍTULO III: IDENTIDADE TERRITORIAL QUILOMBOLA, ASPECTOS SOCIO ECONÔMICOS E O TERRITÓRIO COLETIVO DE AMBRÓSIO, CARRAPATO, FORMIGA..... | 70  |
| 3.1 Territorialidade das comunidades quilombolas Carrapato, Formiga e Ambrósio.....   | 72  |
| 3.2 Territorialidade da comunidade Carrapato .....  | 81  |
| 3.3 Territorialidade da comunidade Formiga .....  | 85  |
| 3.4 Territorialidade da comunidade Ambrósio .....   | 87  |
| 3.5 Modo de produção no território quilombola.....  | 92  |
| 3.6 O turismo regional, artesanato e piscinas naturais: complementação de renda ou a indústria do turismo?.....                         | 117 |
| 3.7 A resignificação do quilombo é também uma luta pela terra.....  | 127 |
| Considerações finais.....   | 133 |
| Referências Bibliográficas .....  | 135 |

## INTRODUÇÃO

Quando pensamos em quilombo, pensamos em resistência que é a base da formação das comunidades quilombolas e maior legado de suas trajetórias no decorrer da história. Pensando nesse contexto, este trabalho propõe apresentar o Jalapão – TO, além de suas belezas naturais, e evidenciar que se trata, antes de mais nada, de um território quilombola.

Inclusive percebemos que pesquisar o Jalapão - TO, é adentrar em um mundo socialmente desconhecido, com origens ainda pouco estudadas. Os Planos de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e da Serra Geral são importantes contribuições, mas trazem dados ainda incertos sobre as pessoas que ali estão e as comunidades envolvidas. No entanto, a falta de pesquisadores na área da Geografia e História na elaboração dos mesmos, pode ser um dos motivos.

Enquanto isso, os quilombolas do Jalapão - TO ainda enfrentam uma luta histórica pela reafirmação de seus territórios e valorização da cultura e identidade. Levando em consideração a formação, e organizações, e a resistência no que diz respeito aos valores culturais e as sociabilidades dessas comunidades.

A concepção de tais situações, tornou-se de fundamental importância para este trabalho, que surgiu de inquietações no ano de 2012 em uma atuação voluntária em um projeto realizado pelo NEAB em comunidades quilombolas do Jalapão - TO, visto que, a quantidade de comunidades e a pouca disponibilidade de pesquisas que as evidenciassem, nos despertou a curiosidade e nos incentivou a visitas após a pesquisa realizada pelo NEAB.

Outro fator de grande importância, foi o diálogo e contribuições teóricas sobre as questões étnico raciais com o pesquisador, professor e amigo, Geraldo Silva Filho, referência que utilizamos para a teoria e prática social, que no início dessa caminhada afirmou que: “É necessário que você compreenda que todos nós negros somos descendentes de escravos (ou afrodescendentes), mas há diferenças nas origens em vários aspectos. Palmares e Ámbrosio foram quilombos e há farta documentação sobre esses e outros quilombos históricos no Brasil. Você deve entender de imediato as distinções entre Quilombos Históricos, Comunidades Negras Rurais e Comunidades Remanescentes Quilombolas auto reconhecidas a partir do Decreto Lei 4887/2003. A partir disso você então poderá entender as origens das comunidades do Jalapão e então montar seu projeto. Entre no site da Fundação

Palmares, leia o livro de Adelmir Fiabani (Mato, pilão...), veja em meu Lattes o que tenho a respeito e também outros autores sobre o Tocantins. Também as discussões acerca de etnias e territórios, etc. No meu retorno as atividades da UFT, quando no retorno da greve, posso te receber para uma conversa” (Rede social particular, 28/09/2015).

Um negro da academia, atuante na militância e com uma solidariedade racial significativa. Em sua passagem pelo Tocantins, trouxe grandes contribuições teóricas, motivação e exemplo, logo reconhecemos, que não chegamos a todos esses esclarecimentos que ele atentou, mas indubitavelmente continuamos na luta.

Então, com a proposta de entender a realidade dessas comunidades, pretendeu-se investigar o território das comunidades quilombolas Ambrósio, Formiga e Carrapato no Jalapão – TO. Por conseguinte, realizou-se um levantamento em documentos cartográficos, fundiários, geográficos, socioeconômicos, etnográficos e mapas relacionados às comunidades, para descrever os traços que compõem a identidade quilombola, suas práticas socioeconômicas e culturais, aspectos que resultam na organização das comunidades como território coletivo, com possíveis conflitos que afetam o cotidiano dos quilombolas.

Nesse sentido, buscou-se uma análise que se baseia no método materialista histórico dialético, para compreender as práticas e organizações sociais e econômicas das comunidades em questão, levando também em consideração as práticas culturais das comunidades e os fatores influenciáveis no processo de reconhecimento e demarcação das terras para as comunidades quilombolas.

Uma pesquisa baseada em livros, revistas, jornais, artigos de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO), produções de órgãos envolvidos na luta quilombola como: Fundação Cultural Palmares (FCP), Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e demais produções de áreas como: Geografia, História, Sociologia e Antropologia.

Foram analisados documentos oficiais que podem ser encontrados em posse de pessoas, cartórios, prefeituras ou instituições, relatos de viajantes e obras que comprovem a ocupação das comunidades em questão.

Foram utilizados mapas e imagens fotográficas, para expor as localizações e as diversas formas de expressões culturais, e a produção dessas comunidades, um processo realizado em conjunto com a exposição de relatos orais, para proporcionar uma revalorização da história dessas comunidades e evidenciar as relações entre passado e presente, estimulando a ação da memória como forma de entender a dinâmica da sociedade e suas atividades econômicas e culturais que compõem o território.

Para tanto, a pesquisa foi elaborada em três capítulos. O primeiro traz discussões teóricas sobre como algumas ciências abordam as questões raciais no Brasil, com ênfase na Geografia e História, justificando o motivo de se discutir os quilombos a partir da perspectiva de Milton Santos sobre território usado. Ressaltamos também, a origem dos quilombos, e como historicamente o negro não foi omissos à escravidão, e não aceitou passivamente as manobras do seu opressor. E na tentativa de sobreviver em uma terra que lhe era estranha, seus esforços superaram até mesmo suas expectativas, que não iam muito além de uma digna sobrevivência. Assim, inicialmente a partir da fuga, formaram comunidades que são importantes contribuições à cultura do território nacional que lutam pela consolidação e demarcação de seus territórios e posse de suas terras.

O segundo capítulo, tenta definir o que é o Jalapão – TO, definição que necessitou de um resgate histórico da região para expor as possíveis causas da ocupação dos sujeitos que atuam no território em questão. Uma contextualização de como ocorre o povoamento e seu reconhecimento como território quilombola, e a atuação das Unidades de Conservação nos tempos atuais. Uma compreensão da dinâmica sócio territorial e situações referentes aos aspectos históricos e geográficos. Reforçando a necessidade de repensar a importância do reconhecimento do território das comunidades quilombolas, com base histórica para reafirmar que o Jalapão – TO é acima de tudo, um território quilombola.

No terceiro capítulo, trazemos através de relatos orais, imagens e observações, as características que marcam e definem o território, a territorialidade e a identidade das comunidades quilombolas aqui propostas, bem como seus modos de produção e a persistente resistência pela permanência na terra. Momento em que evidenciamos o trabalho empírico realizado nos vários trabalhos de campo. Reafirmando como a resistência está entrelaçada na trajetória dessas comunidades e a territorialidade é basicamente pautada na luta constante pela reafirmação do domínio

sobre seus territórios e o reconhecimento de sua identidade quilombola, que através do tempo foram ressignificadas e se materializam no Jalapão – TO.

É uma pesquisa que se propôs a analisar os conflitos sociais e territoriais que se idealizam no espaço físico e cultural, impulsionados ainda por teorias e diferenças étnico-raciais que refletem na organização social e no uso do espaço, das comunidades Carrapato, Formiga e Ambrósio, localizadas a cerca de 25 km da cidade mais próxima, Mateiros, sendo elas representadas pelo mapa a seguir:

Mapa 2: Território de autodemarcação das comunidades quilombolas Carrapato, Formiga e Ambrósio

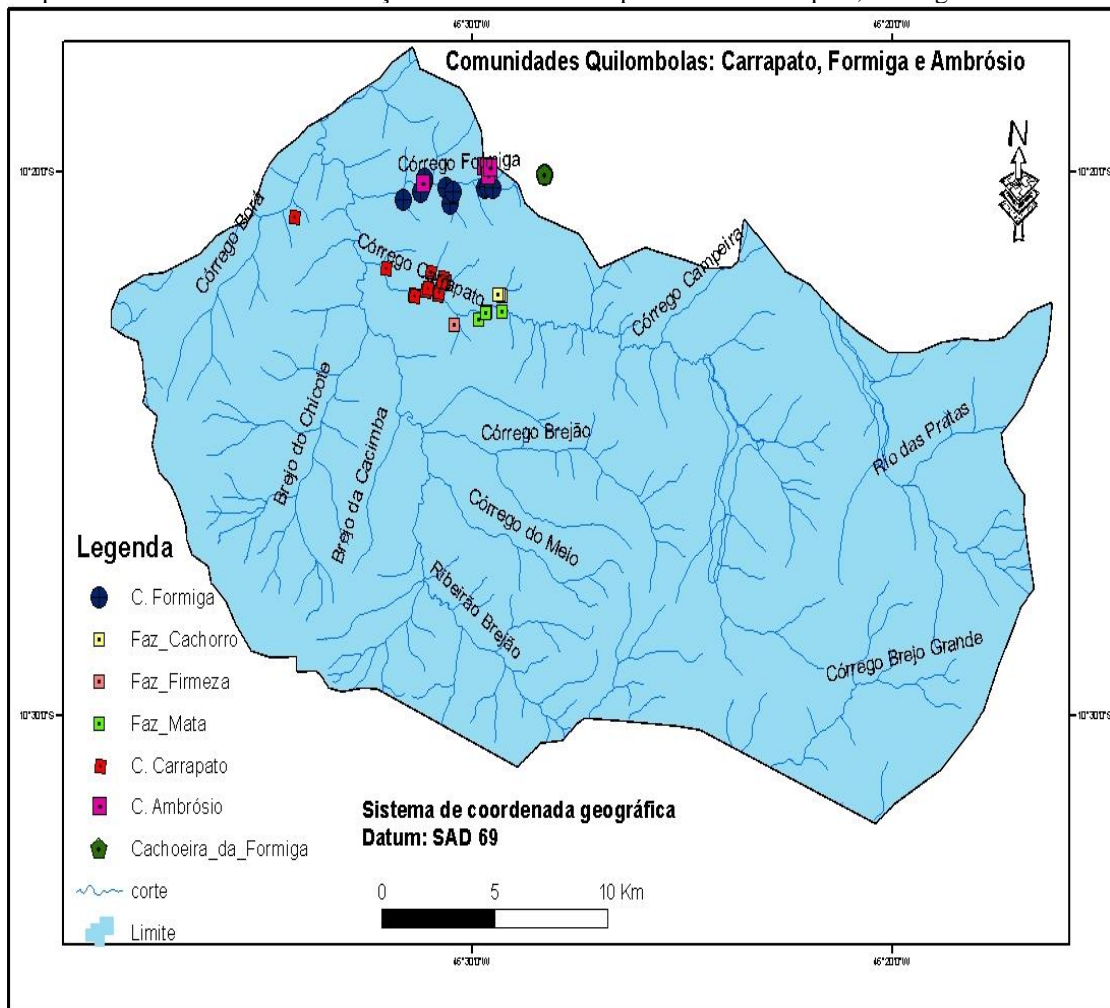


Figura 3: Fonte: SEPLAN, 2012. Org e geoprocessamento: Pereira (2012)



## **CAPÍTULO I: OS TERRITÓRIOS E OS QUILOMBOS**

Falar sobre o negro no Brasil não é fácil, assim disse Milton Santos em entrevista a repórteres que o entrevistavam. Certamente ele se referia aos acontecimentos e a complexidade que envolve a realidade e trajetória histórica que os permeiam, os inúmeros trabalhadores negros que foram obrigados a fazer parte de uma nação com a finalidade maior de disponibilizar sua mão-de-obra contra suas vontades.

Neste sentido, este capítulo traz discussões teóricas sobre as formas como algumas ciências abordam as questões raciais no Brasil. E de forma bem explícita, justifica o porque de se discutir os quilombos a partir da perspectiva de Milton Santos sobre território usado.

No entanto, ressalta que historicamente o negro não foi omissos à luta, e não aceitou passivamente as manobras do seu opressor. E na tentativa de sobreviver em uma terra que lhe era estranha, seus esforços superaram até mesmo suas expectativas, que não ia muito além de uma digna sobrevivência. Negros que, se tornaram a engrenagem principal nos grandes ciclos econômicos, e também possui importantes contribuições à cultura do território nacional.

Em decorrência, lhes foram negados provavelmente aquilo que lhes trariam uma realidade diversa da atual, o direito à terra base para a consolidação do território. E os quilombos são o símbolo da resistência ao regime escravista, da vontade de viver, e do conflito direto pelo território.

Nestas condições de contradições territoriais que o Jalapão – TO, povoado por vários quilombos, surge como um território símbolo dessa resistência, com uma complexidade ainda desconhecida, e com suas raízes fincadas no período escravista e com fortes indicações de “terras de preto”.

## 1.1 Quilombos, uma questão de território.

“Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”.

(Milton Santos, p, 19. 2014a).

Durante o andamento da pesquisa e leitura para embasamentos teóricos, surgiu a preocupação com a forma de utilizar a Geografia na pesquisa, pois a Geografia como outras ciências possui seus métodos, metodologias, conceitos e categorias. Mas, o período proposto para a pesquisa, acaba sendo pouco, para entender esse universo teórico que constitui a Geografia.

Então, a presente pesquisa levanta os seguintes questionamentos: Quais dificuldades as comunidades quilombolas do Jalapão – TO encontram para se organizar no espaço geográfico? Como ocorre o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas? Quais fatores sociais econômicos e culturais que definem a identidade desses quilombolas? Quais práticas tradicionais ainda são aplicadas nos meios de produção? Mas, após levantar tais perguntas, veio a mais instigante: como responder tais perguntas a partir da Geografia?

Houve uma grande dificuldade em adequar o trabalho em uma perspectiva geográfica e em uma condição unicamente dialética, pois os quilombos no Brasil são abordados por diferentes ciências, e com métodos variados, em que se destacam a História, Sociologia e Antropologia. A Geografia Humana ainda possui poucos trabalhos, tanto sobre o Jalapão – TO, quanto sobre os quilombos.

Provavelmente a antropologia seja a mais interligada aos quilombos, pois é a Associação Brasileira de Antropólogos (ABA), responsável por contribuir com os laudos referentes ao processo de reconhecimento dos territórios, possui importantes trabalhos na Scielo e contribuições sobre a cultura quilombola.

Então, foi como começar do zero, pois, houve uma preocupação e necessidade teórica de entender o que é Geografia, e qual categoria ou conceito poderia contribuir para contemplar as propostas mencionadas.

As disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), foram essenciais para a construção de tal entendimento, bem como as obras propostas pelo programa, mas o curto tempo, não seria suficiente para a resolução de tais compreensões teóricas, em destaque para pesquisadores de outra ciência.

Em algumas das leituras realizadas para esclarecimento teórico, influenciadas pela disciplina: Teoria e Método da Ciência Geográfica do PPGG e indicações de

orientação, surgiu à oportunidade de ler a obra *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*, e através da seguinte colocação: “Conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem” (SANTOS, 2014a). Uma colocação de Milton Santos, geógrafo brasileiro e negro com importantes contribuições a teorização da geografia e a respeito dos conceitos. Ele alerta para a necessidade de conhecê-los, e sua importância na construção de pesquisas. No entanto, o pesquisador e teórico em questão, não aborda de forma enfatizante o negro, mas tem um excelente domínio e contribuições sobre as categorias geográficas, sendo que as categorias geográficas trazem reflexões sobre o espaço, pois o domínio sobre as categorias permite certa coerência na produção histórica da realidade.

Para os historiadores Adelmir Fiabani (2012), autor de: *Mato, Palhoça e Pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532 – 2004]*, e José Mauricio Arruti (2005), autor de: *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola*, o Quilombo é uma categoria, um objeto de estudo ligado ao negro e uma de suas formas de resistência às manobras do opressor.

Para Florestam Fernandes (2014), em sua obra: *A integração do negro na sociedade de classes*, o negro é uma categoria social, que deve assumir seu protagonismo na história da sociedade brasileira. Assim, percebe-se como o negro tem uma participação significativa na construção da nação e há várias formas científicas de estudar suas contribuições e resistências, como é o caso do quilombo e suas especificidades na trajetória histórica da sociedade brasileira.

São formas de utilização do termo categoria, distinta das categorias geográficas, no entanto, Milton Santos também expõe em: *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*, que as categorias geográficas precisam ser assimiladas, uma forma de teorizar sobre a ciência geográfica, compreendendo seus diversos elementos, níveis e variedades, pois: “A história é sem fim, está sempre em movimento” (SANTOS, 2014b).

Ao abordar as concepções sobre espaço, entende-se que se trata de um misto, um híbrido, um composto de formas e conteúdos, Santos (2014a). É também um encontro entre configuração territorial, a paisagem e a sociedade Santos (2014b). E as relações entre tempo e espaço é uma reafirmação das relações entre a Geografia e a História, sendo tempo e espaço dois pontos metódicos que dificilmente se separam,

pois a temporalidade e a concepção espacial são hibridamente ligados e espontaneamente são necessários para reconstruções sociais (SANTOS, 2014a).

E não deixa de ser um dos pontos deste trabalho, uma reafirmação das relações entre Geografia e História, ou uma Geografia Histórica. Duas ciências próximas, mas com conceitos próprios.

Neste caso, tentaremos trazer uma abordagem que Moraes (2006), considera como a constituição da história de um território e pode ser representada por uma geografia histórica, através de recortes territoriais, e uma reconstituição histórica pode evidenciar a organização social e espacial, e os seus desdobramentos, que no Brasil são aspectos intimamente ligados ao trabalho compulsório escravista, aspectos importantes no campo das ciências humanas.

Uma abordagem sobre o Jalapão – TO, um lugar reconhecido mundialmente pela grande diversidade e destaque paisagístico, mas o presente trabalho não pretende enfatizar a questão das paisagens, pois a paisagem, de forma resumida, é um conjunto de formas, que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza, uma visão territorial que é possível abarcar com a visão. E a paisagem é um sistema material, relativamente imutável (SANTOS, 2014a). Neste sentido, o mesmo autor, em *Metamorfose do Espaço Habitado* vai afirmar que a paisagem é o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica (SANTOS, 2014b).

Partindo do território das comunidades aqui propostas, surge a necessidade de identificar o momento histórico, que é evidenciado de acordo com os fatos sociais, que são o conjunto de objetos culturais que formam o que poderíamos chamar de configuração territorial ou configuração geográfica, e o espaço geográfico é um dado social.

Então, as ações concretizadas no espaço também é uma realidade social, ou seja, objetos sociais que a sociedade busca oferecer novos valores, e a partir da ação humana é que são qualificados. E a tentativa de entender esses valores, baseados em ações velhas e novas, é que surge a dialética, e não há como fazer tal dialética entre paisagem e sociedade (SANTOS, 2014a).

Evidencia-se assim, que a proposta do trabalho tem como abordagem espacial geográfica a microrregião do Jalapão - TO, não necessariamente toda a região, pois suas definições são amplas e diversas, como será abordado mais à frente. Mas, a ênfase é no território utilizado pelas comunidades quilombolas Ambrósio, Carrapato

e Formiga, que estão localizadas no Parque Estadual do Jalapão (PEJ), realizando uma dialética com o território e suas origens.

Em determinados momentos, citaremos a microrregião do Jalapão - TO, mas o foco não é a região ou a categoria em si, mesmo levando em consideração que a região e o lugar, não são as mesmas coisas, e se definem como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente, assim ressalta (SANTOS, 2014a). E cada região e lugar possuem definições particulares e sua totalidade de recursos muda conforme o movimento histórico.

Então a leitura de algumas obras no campo da Geografia, foi essencial para alguns esclarecimentos, a mais enfatizada, provavelmente tenha sido as obras de Milton Santos, para que chegássemos na escolha da categoria Território. Pois o que está em jogo para os quilombos no Brasil é o Território, o domínio, o uso, a posse.

Pois, “Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”.... E, “O território usado é sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS, SILVEIRA, 2016). Onde, analisa-se sistematicamente a constituição do território, e os usos são diferentes nos diversos momentos históricos.

Assim, o território é visto como unidade e diversidade. E a territorialidade carrega o sentido de pertencimento, ou seja, pertencer a certo território, ou a sensação de pertencimento também é um fator determinante na formação da identidade. A territorialidade humana, que passa por todo um processo de construção.

Sendo assim, classifica-se território em nacional, regional e local. O território nacional comporta vários territórios locais, que possuem auto-afirmações que diferenciam uns dos outros graças a seus usos.

Neste sentido Moraes (2006) afirma que, desde o princípio da formação do território nacional brasileiro, o que esteve em evidência na relação entre sociedade e espaço, foram as disputas territoriais. E a expansão territorial foi marcada pela conquista e domínio em virtude da exploração econômica de novas terras. E se constituiu devido a interiorização além dos limites litorâneos durante o processo de colonização, uma busca pelo rompimento das fronteiras.

Os quilombos tiveram um importante papel nesse processo de consolidação territorial, pois a busca por áreas interiores e distantes era uma das medidas protetivas e justamente contra o Estado, que era escravista. Sendo que os quilombos

foram alvos de repressão e extermínio, compondo uma margem social do Estado, e criminalizada.

Foram situações que ocorreram no desenrolar da história do Brasil, e o Estado nacional, visava à preservação e ampliação das fronteiras e unificação territorial com a ajuda da Igreja, situações que estavam vinculadas a interesses externos, sobretudo de mercado.

Após reconhecer a intenção de unificação territorial do estado, percebe-se que a expansão do território brasileiro está ligada as atividades econômicas, de alguma forma ou de outra, os ciclos econômicos influenciaram nos processos, como é o caso da expansão além do litoral durante a colonização. As frentes pioneiras funcionaram como um fator de expansão das fronteiras, para expandir, ocupar e utilizar o restante do território. Essa frente pioneira foi sustentada em parte pelos bandeirantes, principais representantes do Estado, que na maioria das vezes exterminava indígenas e grupos de quilombolas ou os expulsavam, para explorar novas áreas.

No entanto, anterior ao pioneirismo bandeirante, ocorreu a busca por terras para cultivar, situação em que negros escravizados que fugiam da escravidão e do opressor branco, adentravam as matas desconhecidas em busca de liberdade e terras distantes e de difícil acesso, posteriormente houve também o camponês que chegou como colono e buscou novos rumos.

Para Silva (2006), a ocupação do interior, ocorreu em partes devido à intenção de integrar o Estado nacional a economia exportadora e mercantilista, onde a marcha da fronteira representou a expulsão de povos indígenas de seus territórios, povos que viviam com uma agricultura de subsistência viram suas comunidades serem dizimadas.

Percebe-se também que a conquista da terra, historicamente foi impulsionada pelos ciclos da economia, onde, o litoral foi lugar que começou o processo de ocupação. De onde partiu a expansão das fronteiras, impulsionado por diversas frentes pioneiras (SANTOS, SILVEIRA, 2016).

Através das técnicas, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território (SANTOS, SILVEIRA, 2016). E no que diz respeito ao território nacional, Caio Prado Jr em: História econômica do Brasil, caracteriza de maneira clara as periodizações da história do território brasileiro, pois expõe alguns dos mais importantes momentos históricos e os ciclos econômicos.

Uma observação necessária para entender o funcionamento do território, pois, é preciso captar o movimento, levando em consideração os circuitos espaciais da produção, definidos pela circulação de bens e produtos, oferecendo uma visão dinâmica do território. E no que diz respeito ao território utilizado, é preciso levar em consideração a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso através da ação humana, o encontro entre objeto e ação (SANTOS, SILVEIRA, 2016).

Sendo o território revelador de ações passadas e presentes, ou seja:

A história de um território é uma história de movimentos. É a história do seu espaço e das paisagens. Sendo história, envolve ações, é história de objetos qualificados e de sua articulação no território, diretamente, mas também de seu valor relativo no espaço, de sua relação específica nos lugares, de sua representação na paisagem. É uma história de apropriação e uso (LEITE, in.: Santos, Silveira, 2016, p. 433).

Uma análise que sistematicamente tenta reconstituir determinado território, levando em conta que, os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. E se trata de uma questão de apropriação e uso sobre o território, um movimento sempre sujeito a limitações físicas, institucionais e culturais. São usos que são definidos por meio das ações, que culminam em uma resultante cultural, e isso conduz a transformação da natureza, como formas de identidade e de memória.

Também, o que vai definir o território de certa forma é o conflito e o conjunto de práticas e técnicas que determinam o uso do território.

Para tanto, o território nacional e a construção da nação ocorreu de forma desigual, pautado em uma relação conflituosa entre as três segmentações étnicas determinantes. Situação resultante da subordinação imposta pelos brancos europeus aos povos indígenas e aos negros de origem africana, fator que posteriormente pôde ser reconhecido como um fator negativo e responsável pela negação social aos indígenas e negros, ambos escravizados, que diante da situação se viram forçados a adentrar além das fronteiras a procura de liberdade e novos territórios. Buscando formas e alternativas de resistência a aculturação europeia, e a preservação de importantes contribuições à cultura brasileira.

Ou seja, o território é um ponto de grandes análises, e a base da maioria dos conflitos, uma característica histórica na sociedade brasileira, e a sua importância na realização histórica tem sido estudada por várias cientistas de áreas diferentes além da geografia, como economistas, sociólogos, etnólogos, historiadores e etc. (SANTOS, 2014b).

Porém, essa discussão sobre território no Tocantins, possui uma atenção à parte pois, realidade que Lira (2018) expõe, pois se trata de um estado novo, e repleto de contradições e conflitos territoriais e agrários, assim como a definição de território em várias perspectivas, e nesse contexto estão as comunidades quilombolas do Tocantins.

A realidade das comunidades quilombolas do Tocantins e aqui propostas, está ligada a posse e o uso da terra. Devido a permanência de conflitos contemporâneos que surgiram para afetar a resistência das comunidades negras, a permanência e demarcação de seus territórios.

Percebemos então que, falar de quilombos no Brasil é uma questão de território, as experiências dos quilombos apontam para uma estreita relação com um determinado suporte, o território.

Se o território é mais evidentemente suporte e matéria da memória, respondendo aos interesses sociais e políticos da recordação, ele também acaba por operar como um condicionante, sócio-cultural dos modos de lembrar, um meio de convencionalização da memória, isto é, de modelagem que a situação evocada sofre no contexto das idéias e valores que a evocam. Nesse, e em outros casos, portando, modos de produção e transmissão da memória social surgem indissociados de outros aspectos sociais, nos quais estariam embutidos (ARRUTI, 2006, p. 238).

Pesquisar os quilombos, é levar em consideração suas relações com o passado, e com o território, uma relação entre território e memória, que serão fundamentais para a construção da identidade. Sendo baseadas em referências genealógicas e das paisagens, duas formas complementares de construir as identidades sociais (ARRUTI, 2006).

Então, território, memória e identidade, são um conjunto de elementos que para o quilombo se objetivam através da relação com o passado, que necessariamente passam pela sua relação com o território, suas apropriações e usos, no caso deste trabalho, dos territórios quilombolas no Jalapão - TO.

Se trata de territórios tradicionais que devido sua complexidade histórica e social, não podem ser abordados de forma tão tradicional, ou baseada somente em fontes tradicionais. Para melhor esclarecimento percebe-se que há a necessidade de incluir aspectos e vivências populares, na tentativa de aproximar a pesquisa da realidade e da importância da preservação desses territórios para a sociedade e para a cultura brasileira. Sobre tudo pela questão cultural, pois:



A cultura, forma de comunicação do indivíduo, e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações entre o homem e o seu meio (SANTOS, 2014, p. 326).

Trata-se de sujeitos sociais desfavorecidos socialmente no decorrer da história, que resistiram ao colonizador e as estratégias de consolidação da classe elitista, uma classe que se estabeleceu às custas de estratégias, como a legitimação do sistema escravista, e o favorecimento ao latifúndio, para suprir as necessidades econômicas e posição social da elite, fator determinante para a formação de uma nação socialmente desigual, e com significados distintos para o uso do território e aos atores étnicos raciais.

Um processo de formação social que se consolidou no território e a sua importância nesse processo está vinculado à realização e a materialização da história e dos fatos sobre o território e uma compreensão dos grupos que o compõem.

A consolidação territorial baseada na exploração inconsequente sobre os recursos naturais para a coroa portuguesa, também se constituiu na América um ambiente de propagação da cultura e costumes vindos da Europa, na qual a organização do Estado ocorreu a partir do ponto de vista do colonizador. Uma história de injustiças, segregação econômica e resistência por parte dos indígenas e quilombolas. Mas o que são os quilombos e como ocorreu o processo de formação no decorrer da história? É neste sentido que surge a abordagem a seguir.

## **1.2 Os quilombos e sua contextualização histórica como resistência de classe na sociedade colonial durante o regime escravista**

A formação da sociedade brasileira possui inicialmente a contribuição de três segmentações étnico-raciais, composta por brancos, negros e indígenas, que são os principais colaboradores culturalmente para a formação da nação brasileira, três segmentações culturais que surgiram em condições diferentes.

Sujeitos sociais com origens distintas. Sendo que, foram desfavorecidos socialmente no decorrer da história, negros e indígenas, que resistiram com o próprio sangue ao colonizador e as suas estratégias de se consolidar na América portuguesa.

Mas, em virtude de um sistema escravista, o favorecimento econômico e latifundiário, ocorreu para suprir as regalias da sociedade branca e de origem europeia, e indubitavelmente contribuindo para a formação de uma nação socialmente desigual e dividida.

Situação em que, “um vivia em um mundo de privilégios e direitos e o outro em um mundo de obrigações e deveres” (COSTA, 1999). Situação sustentada pela Coroa e pela Igreja, que funcionavam como mediadores entre senhores e escravos.

Tendo em vista que a colônia se empenhou prioritariamente em impulsionar a grande unidade produtora, situação em que os negros, além de ser a mão-de-obra utilizada nos maiores ciclos econômicos, era a própria mercadoria, ou seja, assumiam uma dualidade de valores na economia brasileira. De mercadoria, e meios de produção.

Assim, a política de povoamento, devido às contradições no que diz respeito a formação enquanto colônia e nação, acarretou contrastes significativos. Inclusive, houve uma corrente de colonizadores brancos, que foram motivados por interesses comerciais como é o caso do comércio de escravos.

Esses escravos de origem africana, das mais diversas etnias, foram forçados a vir para o Brasil ainda nas primeiras expedições de povoadores, sendo a primeira expedição oficial datada de 1532, para substituir o índio nas lavouras de cana (PRADO JR. 2002).

Há outras contribuições que afirmam que a exportação de africanos para o Brasil, atenuou-se para suprir necessidades e interesses de exploração dos colonizadores, entre eles, a falta de mulheres brancas para as necessidades sexuais, e as necessidades de técnicas em trabalhos como nos engenhos e nas minas. Duas poderosas forças de seleção (FREYRE, 2006).

Tanto que, o comércio de escravos foi praticado de diversas formas, com iniciativas particulares, contrabandos, as companhias, e outras formas, sendo comum o pagamento com gêneros como algodão, tabaco, e etc... (SALLES, 1971). Situação que ocorrerá devido a sua condição de renda capitalizada, como expõe José de Souza Martins (2004). Tidos como mercadoria, devido à expectativa criada pelos senhores sobre sua força de trabalho<sup>1</sup>.

A partir de então, foram os principais protagonistas na história econômica do país, atuando com suas técnicas de trabalho<sup>2</sup> nos mais importantes períodos

---

<sup>1</sup> Portanto a elite latifundiária, se consolidou às custas do trabalho escravo. Uma classe social que manteve o negro como uma representação de seu capital e máquina de trabalho, procurando obter do negro escravizado o máximo de esforço útil, um processo de desumanização do negro africanizado e subordinação a meio de produção.

<sup>2</sup> As técnicas possibilitam uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Ao longo da história as técnicas se caracterizam de forma diferente, e é por elas que o homem, no trabalho, realiza a união entre espaço e tempo. Uma situação ligada diretamente com

econômicos da história do Brasil, como na produção de cana-de-açúcar, mineração, algodão, agricultura e café.

De certo, a sua valorização se dá pelo domínio das técnicas de trabalho, fator enfatizado por Gilberto Freyre<sup>3</sup>. Tendo em vista também, que o custeio do transporte propiciou a valorização desses escravos como ressalta Prado Jr:

Não tanto pelo preço pago na África; mas em consequência da grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. Mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas, somente uma parte dos cativos alcançavam seu destino (PRADO JR. 2002, p. 37).

Como resultado dos gastos investidos por parte do senhor para sua vinda, o escravo acaba se tornando uma renda capitalizada, um bem precioso, que deveria ressarcir as despesas feitas nele, através do trabalho, sendo inclusive penhor de empréstimos e dívidas diversas (MARTINS, 2004). Inegavelmente, ter escravos era também uma questão de status.

A atuação dos negros na sociedade brasileira é bastante enfatizada por Freyre, embora demonstre uma visão às vezes reducionista das potencialidades do negro, pois afirma que se trata de uma raça entregue a inércia ou a indolência. Com um estado de inferioridade orgânica, inferiorizando seus valores econômicos e sociais, e que se agrava com o alcoolismo, para o autor, são fatores que evidenciam inferioridade física e intelectual (FREYRE, 2006).

Afirma ainda que, a formação brasileira foi um processo de equilíbrio de antagonismos de economia e de cultura, e predominantemente o mais profundo, a relação do senhor com o escravo, um processo harmonioso de tradições diversas, com condições de confraternizações e de mobilidade social, como a fácil mudança de profissão e de residência, ou até mesmo a miscigenação.

Algumas dessas colocações se tornam um tanto quanto contraditórias, pois não eram poucos e nem harmoniosos os conflitos entre as diversas culturas no Brasil, principalmente entre brancos e negros, os vários estupros de senhores brancos, os

---

o trabalho. E o conhecimento dos sistemas técnicos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios (SANTOS, 2014a).

<sup>3</sup> O autor Gilberto Freyre, ficou bastante conhecido com sua obra clássica: Casa Grande e Senzala, que trás contribuições aos estudos sobre a formação da sociedade brasileira, da família e o papel e lugar do negro da sociedade colonial. Possui colocações bastante positivistas, mas utilizamos devido trazer colocações singulares, como a frente de expansão exercida pelos quilombos.

castigos impostos, e as várias formas de resistência evidenciam que tal questão harmoniosa é um mito. E sua inferioridade é apenas uma questão de percepção, pois, mesmo com as diversas formas de coação, o negro persistiu e persiste. Neste sentido, Fiabani (2012) afirma que tal posicionamento ocorre devido defesa de superioridade racial e cultural que o autor faz do colonizador.

A questão é que “na escravidão baseavam todas as atividades econômicas, a mola mestra do país” (PRADO JR. 2002). E o Estado, defendendo os interesses da elite, que inclusive constitui a organização estatal, irá defender o escravismo com ferro e fogo.

Houve inclusive, grande esforço em prol das fiscalizações e cobranças de impostos no comércio de escravos, ocasionando assim, em uma grande quantidade de escravos que foram transportados contrabandeados e levados a províncias mais interiores pelo sertão, a exemplo da Bahia ao Sul do Maranhão (SALLES, 1971). Um comércio ilegal de escravos, que criou rotas não oficiais, para burlar a fiscalização e impostos. Inclusive, a Bahia foi um dos grandes receptores de escravos, também, Maranhão, Piauí, Goiás e Mato Grosso para trabalhar nas minas lavouras e fazendas.

Certamente, os colonizadores portugueses se destacaram por serem os primeiros, entre os colonizadores modernos, a deslocar a base da colonização, da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal, para a criação local de riqueza às custas do trabalho escravo.

Essa diversidade de extração de riquezas no território nacional, obteve técnicas econômicas e sociais inovadoras, com relação às demais colônias. Tendo em vista que a utilização de riqueza vegetal pelo capital esteve envolvida com a agricultura, a sesmaria e a grande lavoura escravocrata, segundo (FREYRE, 2006).

Situação que se iniciou com o transporte de nações quase inteiras, originadas em países africanos, trazidas forçadamente para a condição de escravos. Neste sentido, a “raça” mais “vitoriosa”, foi a portuguesa, devido suas táticas de domínio, mobilidade e a consolidação do rompimento das fronteiras, dominando espaços enormes, por razões econômicas e políticas por parte do Estado.

### 1.3 As resistências ao regime escravista

Eram trazidos, negros de nações diferentes, às vezes rivais ou com dialetos distintos. Foram estratégias que não pacificaram completamente os negros, mas, de certo modo fragmentaram e fragilizaram as possibilidades de maior resistência ao sistema imposto, contribuindo assim para a afirmativa de que:

Os escravos, apesar de sua massa que representa cerca de um terço da população total, não terão neste processo, ao contrário do ocorrido noutras colônias americanas, como por exemplo em São Domingos (Haiti), um papel ativo e de vanguarda. Acompanharão por vezes a luta, participarão debilmente de alguns movimentos, despertando com isto grande terror nas demais camadas da população. Mas não assumirão por via de regra uma posição definida, nem sua ação terá continuidade e envergadura. Isto se deve sobretudo ao tráfico africano, que despejando continuamente no país novas e novas levas de africanos de baixo nível cultural, ignorantes ainda da língua e inteiramente desambientados, neutralizava a ação dos escravos já radicados no país e por isso mais capazes de atitudes políticas coerentes (PRADO JR. 2002, p. 142).

Uma revolução aos moldes da Revolução Haitiana<sup>4</sup> (1791 - 1804), realmente não ocorreu no Brasil, no entanto há alguns fatores que devem ser levados em conta. A escravidão no Brasil foi uma das mais perversas, e as estratégias utilizadas pelos portugueses foram as mais diversas, tanto que foi a última a ser abolida, e a extensão e ocupação territorial no período colonial foram mais propícias à fuga, que inclusive os negros que fugiam eram punidos para servir de exemplo, mas sempre houve resistência e revolta.

Um assunto com divergências, à vista que, na tentativa de satisfazer a uma economia exportadora, houve uma grande importação de negros africanos, assim, cerca de 50% da população era composta por escravos resultando em um: “...reduzido núcleo da classe de colonos<sup>5</sup> brancos, que nunca se sentiram tranquilos e seguros em meio dessa massa de escravos” (PRADO JR. 2002).

---

<sup>4</sup> Também conhecida como Revolta de São Domingos, um conflito brutal que tinha como objetivo eliminar a escravidão e promover a independência do Haiti. Assim, o Haiti foi a primeira república governada por pessoas de ascendência africana. Sendo considerada como um momento decisivo na história dos africanos no Novo Mundo.

<sup>5</sup> O termo aqui utilizado como “colono”, preferimos destacar como colonizador, pois houve o imigrante europeu que trouxeram para trabalhar nos cafezais já na segunda metade do século XIX, que também ficará conhecido como colono. Mas com uma condição de trabalho diferente do que veio no período inicial do povoamento.

Passivo ou não, domesticado ou revolto, é uma condição que envolve toda uma situação complexa, intimamente ligada às condições de opressão e estratégias comportamentais impostas aos negros.

Inclusive, questão de contradição entre alguns autores, como é o caso de Caio Prado Jr (2002) e Gilberto Freyre (2003), o primeiro afirma haver no período referente ao regime escravista, uma porcentagem significativa de negros escravizados, suficiente para que não se sentissem totalmente tranquilizados os colonizadores, e não eram raros os acontecimentos de violência, entre os diferentes grupos e classes sociais, mas, a grande quantidade de negros não era suficiente para um papel ativo e de vanguarda no que diz respeito às revoltas.

Entretanto, Freyre<sup>6</sup> (2006), destaca tal dualidade de conflitos, entre a cultura europeia e a africana, para ele são os dois agentes que mais contribuíram para a formação da colônia, que historicamente se equilibraram e hostilizaram. Situações fundamentais para o crescimento da colônia, e formação social.

O negro da casa grande provavelmente teria se acomodado, em partes, por estar assimilado ao serviço mais leve e doméstico, menos árduo, e próximo de recursos que o negro do campo não teria. O negro do campo sim, este teria todos os motivos para se rebelar, seja o trabalho compulsório do campo ou os castigos, alimentaram a busca pela liberdade, que será sem dúvidas as suas maiores motivações.

Toda a crônica da escravidão é um desfile contínuo de torturas, a que todos os senhores grandes e pequenos, estavam afeitos, porque esse era o regime e somente ele ditava as normas de conduta mais gerais (SALLES, 1971, p. 130).

---

<sup>6</sup> Na obra: Da Monarquia à República, Emília Viotti alerta para a necessidade de evitarmos explicações mecanicistas na abordagem dos temas, para não apresentarmos os homens como meras vítimas de forças históricas incontroláveis, e isentá-los de qualquer responsabilidade. Situação que Gilberto Freyre faz quando diz q o homem branco é vítima da situação, quando na verdade se trata de uma classe que historicamente se estabeleceu às custas de tal sistema, imposto e sustentando por eles. Freyre acha injusto culpar o português por manchar a instituição brasileira, devido o escravismo, pois acredita que “as circunstâncias exigiam o escravo” (FREYRE, 2006, p. 322). Para ele é preciso reconhecer que só a colonização latifundiária e escravista seria capaz de manter a civilização do Brasil. E os colonizadores sofreram muito ao entrar em contato com povos “atrasados”, vítimas do meio físico, da situação geográfica, com um desenvolvimento histórico perturbador a moralidade cristã.

Mas, o que provavelmente Freyre também considera, mas não demonstra oposição é o fato de que o latifúndio também foi o responsável pela exterminação de povos indígenas e comunidades quilombolas, que apenas pretendiam manter sua subsistência. Mas, infelizmente ocupavam terras e territórios que vieram a se tornar ponto de disputa territorial. Pois o sesmeiro era o desbravador, e representante da coroa, encarregado da jurisdição sobre terras.

Um regime que em todas as suas fases, houve resistência e fugas, pois, a vontade de liberdade é uma característica marcante. As formas de tentar conter as fugas foram as mais diversas, e não foram capazes de desanimar e pacificar o negro na busca por sua liberdade.

Os negros escravizados foram um elemento ativo<sup>7</sup>, criador no processo da colonização, que infelizmente sofreram por sua condição de escravos. Entretanto, suas funções foram além da condição de mercadoria e tração-animal. Mesmo que “Na cidade ou nos estabelecimentos rurais, o escravo tenha ocupado o escalão mais baixo desta sociedade de classes” (SALLES, 1971).

Ao adentrar por territórios pouco habitados por portugueses, os negros tiveram também, uma função civilizadora, o principal fator na formação agrária, econômica, social e cultural. Na questão agrária e econômica, foram maioria na contribuição com mão-de-obra, no social influenciaram com o processo de miscigenação, e na questão cultural foram essenciais com suas reproduções, adaptações de vestígios africanos, que persistiram diante das imposições europeias, e se hibridizaram até mais que a cultura indígena.

Os grupos de escravos fugidos tiveram função civilizadora entre os índios, que embrenhados nas matas, atribuíram contribuições técnicas e culturais aos indígenas, tanto africanos como europeus, que foram assimilados pelos indígenas.

Mas, o bandeirante atuou com grande ênfase na expansão das fronteiras, e povoamento além da região costeira. Como garantia das sesmarias, se tornando um fundador de sub-colônias, se consolidando como senhor de terras alheias. Um processo de mobilidade marcado por conflitos, seja com nativos, estrangeiros, ou demais que ameaçassem a soberania portuguesa sobre o território, assim, ocorreu o extermínio de diversos povos indígenas, a expulsão dos holandeses, e de vários quilombos escondidos nas matas<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Baseando se no neolamarquismo, Freyre expõe explicações sobre a suposta superioridade das raças, pelo tamanho do crânio, tentando justificar a inferioridade do negro. Ideias que se basearam em testes contraditórios, principalmente do ponto de vista do ambiente, as circunstâncias econômicas e culturais baseadas no determinismo geográfico. Gilberto Freyre cita correntes ideológicas, que tentaram explicar os comportamentos, ambientes, alimentos e hábitos, como as elencadas por Pavlov e Mc Dogall, na tentativa de explicar comportamentos e aspectos físicos dos negros em lugares diferentes do Brasil.

<sup>8</sup> Durante o povoamento ainda no litoral, negros deixaram o litoral ou a zona açucareira para ir se aquilombar no sertão, matas e vizinhanças de comunidades indígenas, dando origem a comunidades quilombolas, que juntamente com os povos indígenas frequentemente entrava em conflito com os bandeirantes.

O rompimento da fronteira, além da costa litoral, foi uma manobra pensada ainda no século XVI e XVII, por jesuítas e bandeirantes, na tentativa de provocar movimentação e domínio sobre o vasto território. Nesse período, a Igreja<sup>9</sup> possuía grande influência, inclusive o catolicismo foi o fator que mais contribuiu para a consolidação da unificação territorial. Auxiliando na formação de uma elite aristocrática e escravocrata. Proporcionando a liberação da exploração sobre a mão-de-obra do negro, a engrenagem principal (FREYRE, 2006).

Entretanto, a exploração da mão-de-obra dos negros não foi uma dominação aceita pacificamente. No sentido de definir a resistência do negro ao regime escravista, Arruti (2006) explica que houve as formas passivas como: má qualidade de trabalho, o suicídio, o justicamento do senhor e a fuga. Porém, havia também as formas ativas, que se materializavam na forma de levantes, onde as classes dominadas tentavam destruir a ordem dominante, e atribuir novas perspectivas no âmbito econômico e social.

Pois, Fiabani (2012) ressalta que os maus tratos, a violência, o excesso de trabalho, permaneciam. A resistência à escravidão ocorria na forma de fugas, assassinatos, suicídios, sabotagem de ferramentas, desamor ao trabalho, insurreições e atentados a seus senhores.

Com considerações saudosas a Revolta dos Malês e a Cabanagem, insurreições que assumiram proporções alarmantes para os proprietários de escravos. A Revolta dos Malês<sup>10</sup>, também conhecida como Grande Insurreição Negra, foi impulsionada por uma série de revoltas ocorridas desde 1807. Em 1835, foi organizada por negros livres, escravizados, dos engenhos, da cidade, quilombolas, e demais negros que evidentemente tinham enorme negação ao regime escravista.

---

<sup>9</sup> A escravidão foi aceita pelas classes dominantes, com a aprovação da Igreja Católica, que chegou a argumentar que era uma forma de resgatar os negros da ignorância e convertê-los ao cristianismo, argumentos com certo cinismo moral, pois afirmavam que era um benefício ao negro (COSTA, 1988).

<sup>10</sup> A Revolta dos Malês foi uma revolta urbana, articulada em Salvador, liderada por escravos islamizados. Inclusive, há certa dualidade de perspectivas sobre a revolta, seria uma revolta religiosa, ou uma expressão da luta de classes? Foi um evento com um papel social, cultural e político bastante complexo. Mas, nesse acaso a religião funcionou como um suporte ideológico, para incitar uma expressão coletiva. Uma revolta com grande importância, e representação da união dos diversos povos africanos no Brasil na busca pela liberdade, pois haviam negros nagôs, jejes, hauçás, grumics, tapas, e os descendentes dos congos e angolas. Uma importante revolta que demonstra como os negros vinham se organizando, não se trata de um grupo fechado, e sim de um grupo de negros islamizados que utilizou da religião como arma para sua unidade ideológica e não de divisão entre os escravos, assumindo proporções no plano social, racial e religioso (Moura, 1981). Freyre (2003), minimiza a Revolta dos Malês, como uma simples revolta nos tempos coloniais, e para ele não foi um movimento puramente Malê, e sim a combinação de vários grupos sob a liderança de negros mulçumanos, em que todos sabiam ler.



Infelizmente a revolta foi delatada, resultando em 281 presos, alguns açoitados em praça pública, outros condenados a morte. A revolta pode não ter dado um fim ao regime escravista, mas deu um recado nada sutil aos brancos.

A revolta tinha como plano: tomar a terra, e matar os brancos escravistas, e em seguida acolher escravos dos engenhos e quilombolas. Não se trata de uma medida radical, mas sim de uma forma de alcançar a liberdade de qualquer forma, por qualquer meio necessário. Uma resposta a séculos de humilhação e maus-tratos, inclusive, “Luiz Gama - filho de negra rebelde- afirmava que o escravo que matava seu senhor praticava um ato de legítima defesa...” (MOURA, 1981, p. 79).

Com um grande peso social, ocorreu também a Cabanagem, uma revolta a segregação, que acabou também se tornando uma espécie de luta racial. Durante a Cabanagem, o negro que fugia para os quilombos distantes, começou a se aliar ao movimento.

Com um caráter de luta de classe que abalou a estrutura social e econômica da Amazônia, (SALLES, 1971 apud Sodré), foi a “guerra dos sem-terra contra os proprietários”. As proporções evoluíram e se transformou em uma luta armada, situação em que negros escravos e libertos organizados, enfrentaram as oligarquias locais e os latifundiários.

Os negros entraram na revolta, organizados e politizados, se transformando em ativistas nas zonas urbanas e nas senzalas, com maior tensão social nas lavouras canavieiras, reivindicando a liberdade dos escravos.

Inclusive, ressalta Salles (1971), que as estimativas afirmam que haviam grupos de 400 homens negros, outros de 150, outro de 300 e que assumiu proporções a totalizar milhares, um conflito em que também o homem branco sentiu perdas, e somando ambos os lados envolvidos no processo, estima-se que houve uma perda de mais de 30 mil vidas. Após a revolta ser vencida, os líderes foram capturados e foram fuzilados.

Ou seja, foram uma série de conflitos nada amigáveis, que ocorreram em vários lugares, mas de forma espontânea. A maioria, na esperança de conseguir a tão sonhada liberdade. Liberdade que também pairava o imaginário de vários negros, que acabavam fugindo para o mato, formando o que viriam a se constituir como comunidades quilombolas ou quilombos.

De certo, esses quilombos se alastraram pelo interior, inclusive, em suas experiências em viagem pela Amazônia, o médico Gastão Cruls, presenciou vários

remanescentes de antigos mocambos ou quilombos, para ele, fugidos de engenhos e de fazendas. Ele destaca também que seriam interessantes os estudos que evidenciassem a localização do que também é chamado de “redutos de antigos escravos” (FREYRE, 2006).

#### **1.4 O quilombo e sua formação inicial**

Na obra Mato, Palhoça e Pilão, Fiabani (2012), propõe expor as questões pertinentes à origem dos quilombos, e suas trajetórias. Inclusive o título da obra possui uma representatividade acerca da essência do quilombo, pois o Mato é o lugar para onde os negros fugiam em busca de liberdade, a Palhoça consistiria na moradia ou lugar de estocagem da produção de suas roças, normalmente confeccionadas por esses negros que fugiam e na maioria das vezes com estruturas precárias, e o Pilão representava a produção, ferramenta que utilizavam para triturar milho, ou promover a limpa do arroz.

Mesmo que os primeiros quilombos ou mocambos ainda eram poucos conhecidos por volta de 1750, as palavras quilombo e mocambo aparecem como sinônimo, visto que mocambo significa um aldeamento fixo, quilombo era provisório.

Os quilombos como ficaram mais conhecidos, então assumem um papel importante e decisivo para os negros escravizados, a maior esperança de liberdade e resistência às imposições da sociedade escravista, sendo que:

O processo tradicional da busca da liberdade consistiu invariavelmente na fuga para os matos, onde negros se reuniam, solidários entre si, e formavam os quilombos (SALLES, 1971, p. 203).

Foram grupos que não se organizaram de forma isolada, eram articulados com outros grupos marginalizados, e contava com parcerias dentro do meio urbano, ou rural, entre negros livres e escravizados, uma solidariedade que foi essencial para a sobrevivência dos quilombolas.

Além de socializar com os negros das próprias senzalas, os parceiros eram de várias segmentações sociais:

Era, como vemos, uma concordata que existia entre os quilombolas e os grupos e segmentos marginalizados ou oprimidos pelo latifúndio escravista. O quilombo, como vemos, nada tinha de semelhante a um quesito, ou grupo fechado, mas, pelo contrário, constituía-se em polo de resistência que fazia

convergir para o seu centro os diversos níveis de descontentamento e opressão de uma sociedade que tinha como forma de trabalho fundamental a escravidão (MOURA, 1981, p. 31).

Parte das afirmações, utilizadas por Clóvis Moura são coniventes com as de Vicente Salles, pesquisador que ele utilizou, Salles expõe a realidade dos quilombos na região da Amazônia, e fez importantes contribuições sobre as consequências das atuações desses quilombos na sociedade e no território.

Autor que, reafirma que nos quilombos não se alojavam somente escravos, havia soldados desertores, criminosos foragidos, e índios, que normalmente se dedicavam a lavoura. Se caracterizando como comunidades que representavam prejuízos a classe proprietária de escravos, que em aliança com os governos, articularam medidas legislativas para punir tal manifestação (SALLES, 1971).

Inclusive, o quilombo de Palmares, que esteve localizado em Alagoas, inicialmente governado por Ganga Zumba, e depois por Zumbi dos Palmares. Com cerca de 20 mil pessoas, o quilombo assumiu proporções alarmantes a ordem vigente ainda no século XVII. Tanto que passou a ser atacado por forças militares desde 1630, porém em 1693, organizaram um efetivo de mais de nove mil homens para enfrentar Palmares, sendo eles de Olinda, Recife e cidades vizinhas, Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. Uma tarefa encaminhada a grupos fortemente armados, custeado pelo Estado e por senhores de escravos, um contingente liderado por Domingos Jorge Velho.

Devido se instalar em lugar de difícil acesso e montar um forte sistema defensivo, o quilombo de Palmares resistiu às expedições de 1630 até 1695, situação que caracterizou o quilombo de Palmares como a maior resistência social, militar, econômica e cultural ao sistema escravista.

Visando evitar tais aglomerações, em 1740 o rei de Portugal dom João V, define os quilombos como:

...toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles (MOURA, 1981, p. 17).

Quando o rei de Portugal define o que é um quilombo, é uma forma de identificar esses grupos embrenhados nas matas e eliminá-los. Assim, legitimou-se expedições segundo Clóvis Moura, que além de promover conflitos com os

quilombolas, ainda saqueavam ou ateavam fogo, quase sempre, atitudes executadas sobre os produtos das roças e mantimentos produzidos pela economia quilombola.

Nesse sentido, a criminalização dos movimentos ocorreu através da definição utilizada pelas legislações coloniais e imperiais, uma tentativa de reprimir o maior número de situações que estimulavam a fuga e a constituição dos quilombos, foram elaboradas então táticas de defesa e repressão aos quilombos, a sua economia e relações com a sociedade envolvente (ARRUTI, 2006).

Outro quilombo de grande expressividade, citado por Clovis Moura, é o quilombo do Ambrósio, que esteve localizado em Minas Gerais, existe afirmativas de que cerca de dez mil moradores formaram o quilombo, há quem diga que chegou a vinte mil pessoas. Permaneceu intocado até 1746, quando foi violentamente destruído.

Para Moura (1981), a comunidade possuía uma estrutura econômica e organizacional comunitária, com grupos destinados a patrulha militar, a criação de gado, ao cultivo das lavouras, e vários outros produtos que eram confeccionados no mocambo. O seu líder era conhecido como Ambrósio, e a produção do quilombo era coletiva, assumindo características econômicas que chocavam com o latifúndio escravista.

Em contraste à colocação do rei de Portugal, o quilombo não irá se definir pela quantidade de pessoas, e sim pela presença do trabalhador que foge para se tornar dono de si, ou da sua própria força de trabalho.

Uma iniciativa bastante antiga, que merece destaque também, porque os movimentos de infiltração desses grupos fugidos sobre o interior da colônia chegaram a representar um pioneirismo quase ou igual ao dos bandeirantes (FREYRE, 2006). Ou seja, a interiorização do território se deve também ao quilombo. Tanto que, a Amazônia era pouco habitada na segunda metade do século XVIII, e com economia e povoamento irregular, mas o negro chegará aos mais distantes rincões de qualquer maneira (SALLES, 1971).

A fuga de escravos foi um processo contínuo, rotineiro e em certas proporções incontrolável em todo o território nacional, e se agravou com os rumores da chegada da Independência, por volta de 1822, que deveria resultar em mudanças no cenário político, econômico e social (SALLES, 1971).

Muitos negros escravizados acreditaram que a liberdade estava próxima, então as fugas vinham assumindo proporções catastróficas e prejuízos para os

senhores, pois, os escravos fugiam e adentravam o interior do território pouco explorado e extenso. Formando comunidades em que:

Escravos fugidos que propagariam entre os indígenas, antes de qualquer missionário branco, a língua portuguesa e a religião católica. Aquilombados na serra dos Pareci, os negros fugidos cruzaram com mulheres roubadas aos indígenas. Uma bandeira que os foi dispersar no século XVIII encontrou escravos dirigindo populações aquilombadas de cafuzos. Encontrou grandes plantações. Criação de galinha. Cultura de algodão (FREYRE, 2006, p. 372).

Os quilombos se espalharam por todo o território brasileiro durante o período em que a escravidão existiu. Com uma grande importância social e um assunto que merece lugar na consciência histórica, pois a sua importância social é maior do que já foi computada pelos historiadores e sociólogos, esse e alguns outros pontos a respeito dos quilombos são destacados pelo historiador Moura (1981).

Para Arruti (2006), a falta de documentação histórica, minimiza o potencial ideológico, sobretudo, de resistência que os quilombos transmitiam, sendo que também tiveram um importante papel como desbravadores do interior do território, juntamente com as fazendas de gado, que posteriormente ressurgiram como homens livres e pobres, agregados, meeiros, arrendatários, e demais situações que lhes foram pertinentes.

Fugiam irmãos, pai e filhos, mãe e filhos, mas era uma prática solitária exercida com maior frequência. Uma empreitada individual, que muitas vezes encontrava asilo em aldeamentos indígenas, que inclusive eram comuns os vínculos e ajuntamentos entre índios e negros. Inclusive, com forte miscigenação entre os dois segmentos étnicos, ambos tinham interesses em comum, provavelmente o mais evidente seja a aversão ao branco dominador.

A articulação desses grupos marginalizados causava constantes danos ao Estado, e representava prejuízos aos senhores escravistas, que elaboravam leis, como é o caso da Lei de 3 de março de 1741. Lei que autorizava que negros fugidos e aquilombados que eram recapturados fossem marcados a ferro e brasa.

Os capitães-do-mato, incumbidos especialmente para apreensão de negros fugidos, foi uma corporação criada pela Lei nº 99 de 3 de julho de 1841 (SALLES, 1971). Tendo em vista que, a presença desses territórios quilombolas nunca foi conveniente ao Estado. Inclusive, a sociedade escravista sempre fez questão de qualificar os quilombolas como ladrões, salteadores e vagabundos (FIABANI, 2012).

A sociedade escravista não considerava o escravo como um cidadão, mas deveria responder sozinho por seus atos.

Essas leis favoreciam, sobretudo, aos fazendeiros e comerciantes que ocupavam cargos políticos e exercia seus ganhos em atividades baseadas principalmente na exploração sobre o negro, com destaque aos que Vicente Salles chamou de senhores rurais, defensores do sistema escravista.

Em consequência de necessidades diversificadas, os quilombos se organizavam de formas diferentes, e nem sempre ocorreram a partir de fugas. Os pequenos possuíam uma estrutura mais simples, geralmente armados. Os grandes possuíam formas mais complexas como é o caso dos quilombos do Ambrósio e de Palmares (MOURA, 1981).

A trajetória e história dos quilombos os caracterizam como ameaça a ordem<sup>11</sup>, com ênfase no caso dos grandes quilombos. Utilizando-se da colocação de Arthur Ramos, Salles afirma que era “a mais perfeita organização de defesa, do período da escravidão” (SALLES, pg. 203, 1971).

Uma articulação que chegou a ser conhecida como:

Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar – uma síntese dialética (CARNEIRO, pg. 35, 1964).

A definição de um quilombo não se explica somente com a fuga do escravo. Uma atitude que nos diversos períodos da história do Brasil assumirá características, distintas, até os dias atuais, e sim através das várias formas de resistência à inferioridade historicamente imposta, um movimento social que em sua trajetória histórica, se ressignifica ou se ressemantiza, e assume as formas necessárias para resistir.

A escravidão desenraizou o negro de suas origens africanas, na qual foram forçados a deixar seus territórios de origem, mas seus aspectos culturais e técnicas, bem como parte da identidade, foram resilientes suficiente para tomar novas formas em um novo território, território que teve um processo histórico único e diverso.

---

<sup>11</sup> A quem compare as comunidades quilombolas como Palmares, como sociedades utopistas, por demonstrar intolerância aos grupos do poder do Estado, organizando outro modo de vida, sem lei, sem chefe, sem casamento, servindo conforme as necessidades da comunidade (COELHO, 1985, p. 83-84).

De certo, se refere a um povo que lutou para conseguir sua liberdade, e é inegável que há grande influência africana sobre a cultura brasileira, e a discriminação não surge pela condição de ser negro, mas sim pela condição de escravo, que de forma tendenciosa justificaram através da cor da pele.

Assim, percebemos como as mazelas sociais que permeiam aos negros e indígenas, são resquícios de um passado conflituoso, e de um regime, o escravista, que desumanizou pessoas e ajudou a consolidar as riquezas da elite branca e latifundiária, que tinham explícito interesse econômico sobre os negros.

À medida que foram aumentando as pesquisas sobre os quilombos no Brasil, foram identificando as comunidades mais desconhecidas, e influenciando na auto declaração e valorização da cultura quilombola, uma necessidade destacada por vários pesquisadores como Clóvis Moura, Adelmir Fiabani, Gilberto Freyre, e outros.

Estudos que retratam a trajetória dessas comunidades, e que em maioria tem ocorrido em um leito culturalista para Arruti (2005). Sendo que os quilombos é uma das mais importantes formas de resistência à escravidão, pela trajetória histórica e persistência até a atualidade. E que possui as mais variadas práticas e costumes culturais exercidas por essas comunidades, que são a base para a construção da identidade quilombola e resistência ao sistema que sempre os excluiu.

Simbolizam a persistência e reprodução dos modos de vida africanos, uma organização social que operou como um meio de resistência cultural, e com contribuições à cultura negra no Brasil.

### **1.5 Abolição, uma questão fundiária**

Os séculos XVIII e XIX, foram marcados por manifestações que se configuraram no âmbito social e político, as elites brasileiras que compunham-se de fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação eram interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade, uma segmentação social que se reafirmavam através de estratégias políticas principalmente na permanência de uma tradição agrária na economia brasileira.

Houve também a adesão de novas ideias em prol do fim do escravismo, um regime que começava a ser visto como um processo imposto pelos homens, imoral e

que oferece resistência ao desenvolvimento econômico. Período em que os negros também começaram assimilar essas ideias de liberdade.

Levando em consideração esses fatores, Prado Jr (2002) afirma que, neste mesmo período, os escravos não representavam uma classe politicamente ponderável, mas a prática antiescravista se desenvolve no Brasil, e havia grande representatividade massificada dos escravos que compunham na população total, a quantidade populacional é uma situação reafirmada, por Salles (1971) e COSTA (1999).

Algumas pessoas consideravam a escravidão como um fator negativo, mas a maioria da elite sabia e afirmava que se tratava de um mal necessário, à vista que a economia nacional ainda estava baseada no regime servil (COSTA, 1999).

Tendo em vista que, se refere a um período em que as camadas mais populares começam assumir discursos mais radicais, contestando a situação das elites, e o regime escravista, discursos que posteriormente será a base para os movimentos abolicionistas. Proporcionando um posicionamento desconfortável à elite escravista que dependia do trabalho servil.

Em 1810, os britânicos proporião tratados que em partes foram acolhidos, após muita pressão inglesa, e devido às alianças em que o português fez com os ingleses para se instalar e permanecer no Brasil. As pressões inglesas, por si não foram suficientes para pôr fim ao tráfico de negros, pois a demanda econômica inglesa não era a mesma demanda econômica da elite brasileira. Enquanto os ingleses já se articulavam para um mercado voltado para a industrialização, os brasileiros ainda se baseavam em práticas de exploração e exportação de produtos monocultores, pouco dependentes de industrialização.

Sendo assim, as exigências inglesas não terão completa eficácia sobre o fim do tráfico, que sofre sua primeira interdição em 1831, atribuindo às tropas inglesas o papel de perseguir navios negreiros no alto-mar (COSTA, 1988). Sendo então, necessário entender que há uma maior complexidade sobre a criminalização do tráfico de negros, onde fatores como o início de um movimento abolicionista, as insurreições e a influência inglesa formam um conjunto de fatores.

A partir da intensificação desses fatores, o tráfico negreiro será oficialmente abolido em 1850, mas, era uma situação em que a elite brasileira não estava muito interessada, pois o fim do tráfico era um interesse britânico, pois uma elite brasileira, estabelecia suas fortunas às custas de tal atividade econômica. Inclusive, após a



criminalização do tráfico, houve uma intensificação do tráfico de negros e aumento no valor da mercadoria após a proibição. Um desrespeito para os ingleses, que fizeram questão de realizar as fiscalizações sobre as embarcações que realizavam tal contrabando (PRADO JR. 2002).

Em relação a tal processo afirma-se também que:

A lei de 1831, no entanto foi simplesmente ignorada. Para grande irritação dos representantes britânicos no Brasil, o número de escravos introduzidos no país anualmente aumentou ainda mais. Entre 1831 e 1850, quando uma nova lei foi aprovada reiterando a proibição do tráfico, mais de meio milhão de escravos foram introduzidos no país, em total desrespeito à lei de 1831 (COSTA, 1988, p. 27).

“Até a Independência chegavam no Brasil cerca de 40.000 escravos por ano” (PRADO JR. 2002, p. 147). Era a continuidade de uma prática comercial enraizada na economia colonial, que desde o início, destinou ao tráfico africano, a missão de despejar anualmente no país algumas dezenas de milhares de indivíduos que supriam abundantemente as necessidades de mão-de-obra.

Ou seja, o fim do tráfico, não seria suficiente para reduzir de forma grandiosa a mão-de-obra a qual os negros eram responsáveis. Mesmo assim, a elite afirma que havia escassez do trabalhador negro, mas os dados expostos por Prado Jr. (2002), evidenciam um grande fluxo de negros trazidos para o Brasil.

Inclusive, a captura e venda de escravos fugidos, foi uma situação intensificada após 1850, nem mesmo o tráfico cessou completamente após esse período (SALLES, 1971). Um período oportuno para muitos mercadores de escravos que lucraram ainda mais com a campanha abolicionista por volta de 1870 e 1880, que inevitavelmente se tornou um fator de valorização sobre o negro escravizado.

A lei de terras foi criada em 1850, quando ficou estabelecido que a terra não poderia ser ocupada a não ser que fosse através da compra, uma ação paralela ao fim do tráfico negreiro, tanto que, o fim do tráfico ocorreu em 4 de setembro de 1850, e a promulgação da Lei de terras ocorreu 18 de setembro do mesmo ano.

As políticas de terras, em certos pontos, chegaram aos imigrantes europeus, na tentativa de negar a importância e direitos dos negros e indígenas. Com o objetivo de regular a situação dos títulos de terras, e estimular a migração.

Reagem os grandes fazendeiros, sem descartar a possibilidade dos imigrantes se tornarem proprietários de pequenas glebas. Entendem que o acesso direto à propriedade não deveria consumir-se com a pretendida

facilidade, pois houve no Parlamento quem advogasse até a entrega gratuita, pura e simples, das terras aos possíveis colonos (MARTINS, 2004, p.32).

Porém, a promulgação de tal lei favoreceu principalmente aos latifundiários ou pessoas com certo prestígio social, que eram beneficiadas na demarcação de terras, através de favores políticos (SILVA, 2006).

Situação que propiciou a uma indústria de falsificação de títulos de propriedades, um processo inacessível ao antigo escravo ou imigrante, porém foi uma medida que proporcionou certa possibilidade aos colonos.

Já os negros, foram jogados a própria sorte, inclusive a lei de terras dificultou o acesso à terra, e possibilitou a expropriação de comunidades que não tinham títulos de suas terras. É interessante notar como a lei de terras surge no mesmo ano em que ocorre o fim do tráfico negreiro no Brasil. Ou seja, a classe dominante parece perceber inevitável o fim do regime escravista, então surgem políticas que acabam excluindo os negros do acesso à terra.

O discurso incorporado para justificar o investimento na importação de imigrantes, é que havia escassez de mão de obra com o fim do tráfico, inclusive o governo custeava a vinda dos colonos livres para serem empregados, e deveria tomar as medidas necessárias para empregar esses colonos. Mas a Amazônia, por exemplo, não deixou de receber escravos após a proibição do tráfico, até porque havia o contrabando, uma prática realizada para suprir as necessidades de mão-de-obra na Amazônia (SALLES, 1971).

Neste sentido, o colonato foi uma estratégia para substituir o trabalho escravo. De acordo com a quantidade de negros existentes, a importação de imigrantes pode não ter sido somente pela escassez de mão-de-obra. Um processo que reafirmava a substituição do trabalho escravo para o trabalho livre, mas não somente, foi também uma substituição do trabalhador.

Em partes, o tráfico negreiro regulava a quantidade de mão-de-obra, que não deixa de ser um dos fatores, mas o comércio de negros vindos das várias partes da África durou séculos, o suficiente para que tal classificação étnica formasse cerca da metade da população incluindo escravos e libertos.

Assim, Martins (2004) ressalta que, a partir da década de 1880, quando a Abolição já se configurava como uma realidade não tão distante, a elite criava formas de tornar de fato a propriedade fundiária como fonte do capital de custeio e não mais o escravo.

De fato, o trabalho criava valores a partir dos objetos trabalhados, e isso fez com que surgissem os debates políticos sobre como substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. E a propriedade fundiária substituiu o escravo como crédito hipotecário e fonte do capital de custeio.

Assim, devido à Abolição o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra. E a elite que historicamente excluiu os negros de se inserir economicamente na sociedade, através de estratégias políticas, reafirma a negação ao acesso à terra, provavelmente a mais perversa, fator que, condenou-os às favelas.

À medida que a classe escrava se libertava das mãos de seu opressor, se via ainda em condições de desfavorecimento, pois os senhores de escravos e fazendeiros, articulavam estratégias, sobretudo, econômicas e políticas, de eliminar suas dependências no escravo. A renda capitalizada no escravo tornava-se renda territorial capitalizada: “...num regime de terras livres, o trabalho é cativo, num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 2004, p. 32).

A Lei de terras, inicialmente, proibia a aquisição de terra que não fosse através da compra, mas também estipulava que particulares tivessem títulos legítimos ou não, o governo é quem realizaria a medição das terras devolutas, conivente com a proliferação dos latifúndios, respeitando o direito dos posseiros e sesmeiros, que deveriam se amparar nas atribuições da lei (Silva, 2006. p.24-25).

Uma situação com várias complexidades, envolvendo a posse de terras inclusive:

...todo debate parlamentar sobre a abolição da escravatura é ao mesmo tempo um debate sobre a propriedade fundiária e sobre a colonização (MARTINS, pg. 65. 2004).

Assim, Silva (2006) ressalta como é compreensível os acontecimentos que consolidaram o poder das elites brasileiras, que foram beneficiadas por estratégias políticas, como é o caso do deslocamento da fronteira, leis de terras, e incentivos as práticas econômicas, e demais grandes tratados.

Tais articulações condenavam o negro à miséria e a pouca inserção no mercado de trabalho assalariado. Pois, seguindo afirmações de Fernandes (2014), o trabalhador negro, recém-liberto, não teve condições de competir em igualdade com o imigrante europeu, mas a libertação representou também, mas segundo outro autor:

Contudo, a Abolição da escravidão, em maio de 1888, representou significativa vitória aos trabalhadores escravizados, cuja resistência se deu

em sua forma mais representativa, o quilombo. A supressão do escravismo e o advento do trabalho livre configuraram-se numa verdadeira revolução no modo de produção, na reordenação da sociedade civil e na cristalização da consciência burguesa. O passado de fuga e o aquilombamento de luta contra o escravismo transformaram-se a partir daí na luta contra o preconceito, o desemprego e em favor da dignidade e da cidadania (BARROS, 2011, p. 276).

A questão abolicionista foi também uma substituição do trabalhador escravizado pelo livre, uma substituição de regime e de trabalhador contribuindo para a exclusão do negro no mercado de trabalho, pois:

No Brasil, o estabelecimento das novas relações de produção combinou-se com a imigração de trabalhadores europeus, como recurso não só para constituir a força de trabalho necessária à cultura do café, mas também como recurso para pôr no lugar do trabalhador cativo um trabalhador livre cuja herança não fosse a escravidão (MARTINS, 2004, p. 22).

Inclusive afirma-se que devido à regulação institucional sobre a força de trabalho, houve as formas de manutenção sobre a exploração da força de trabalho em prol de uma minoria elitista que, sendo que a lei de 1850 foi uma dessas estratégias:

Em consequência, quando foi possível perceber que cedo ou mais tarde a escravidão seria abolida, os fazendeiros e os políticos passaram a preocupar-se com o problema, pois a libertação do escravo destruía o único meio acessível de sujeição do trabalho (MARTINS, 2004, p. 120).

Uma articulação que fez com que o escravo libertado conseqüentemente caísse na indigência e na degradação, portanto o sistema não estava interessado em salvar o trabalhador cativo, mas sim o capital. Neste sentido, tal situação é condizente com a seguinte afirmação de que: “Foi o fazendeiro que se libertou do escravo e não o escravo que se libertou do fazendeiro” (MARTINS, 2004).

É uma afirmativa um tanto quanto complicada, porque a iniciativa de busca de liberdade não partiu do fazendeiro, mas, o processo assumiu essas características citadas pelo autor acima, como uma estratégia da elite para se manter em sua condição econômica. Ou seja, a partir do momento que o fazendeiro percebe que a liberdade do escravo era uma questão de tempo, de pouco tempo.

No entanto, o fazendeiro não se livrou do escravo, e sim se antecipou a um conflito em que os negros vinham se fortalecendo e ganharia proporções inevitáveis em 1888.

A resposta a essa questão não é simples. Vários fatores contribuíram para essa mudança. Alguns têm a ver com as transformações econômicas e demográficas que ocorreram no País durante aquele período. Outros têm a

ver com as transformações sociais e o processo político. Outros, ainda, com a campanha organizada pelos abolicionistas. Finalmente, nos anos que antecederam a aprovação da Lei Áurea, o fator decisivo foi a insurreição dos escravos e a conseqüente desorganização da Economia, o que levou os próprios fazendeiros, que até então se tinham oposto à emancipação dos escravos, a verem a abolição como uma medida necessária ao restabelecimento da ordem (COSTA, pg. 52. 1988).

Notamos assim como a transformação das relações de produção para preservar a economia colonial permeiam contradições. Tendo em vista que o trabalhador escravizado não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força-de-trabalho e sim diretamente como mercadoria, também não era considerado como capital no sentido estrito, mas como equivalente ao capital, como renda capitalizada. Uma situação entre senhor e escravo baseada no trabalho, mas com desigualdades na posse dos resultados finais.

Neste sentido, “A escravidão colonial definia-se, portanto, como uma modalidade de exploração da força de trabalho” (MARTINS, 2004, p.16).

Tal modalidade passa por mudanças com a Abolição, tanto no sistema econômico quanto social, mesmo assim, “A libertação do escravo não o liberta do passado de escravo” (MARTINS, 2004, p.17). Pois, não conseguiu uma mudança econômica nem na condição de trabalhador.

O mesmo autor afirma que o trabalhador negro recém-liberto, com traumas psicossociais irreversíveis, não estava em condições de competir em igualdade com o trabalhador imigrante, situação afirmada também por Fernandes (2014), em A integração do negro na sociedade de classes. Pois a Abolição não modificou a posição do negro na pirâmide social.

Em consequência de manobras de uma classe que preservou todo monopólio da terra, a elite fundiária, também administrava a agricultura, posteriormente a indústria, possuindo a renda absoluta sobre ambas.

Para Martins (2004), desde o princípio o imigrante teve tratamento diferente do negro, e devido ao passado ligado ao cativo, o imigrante não queria e repudiava comparações com os negros. À vista que, o próprio negro tenta evitar qualquer comparação com o ser escravizado, assim, Fernandes (2014) afirmar que, o preconceito ocorre justamente pelo passado escravista imposto aos negros.

Os colonos eram livres, mas não necessariamente assalariados, porque o pagamento que recebiam não se configuravam como renda, e sim o que produziam entre os cafezais, que servia para o consumo próprio, ou até para comercialização.

Um conjunto de fatores estabelecidos e organizados pela elite agrária, que não concedia tais situações aos negros.

Mas, a condição do colono não era tão diferente da condição do escravo, pois ambos entram no processo produtivo como renda capitalizada do fazendeiro, que custeava a vinda desse colono até o Brasil, aguardando retorno da sua força de trabalho, pois o colono não entra no mercado de trabalho como dono de sua força de trabalho, devido aos débitos que ele tem com o fazendeiro.

Após a lei de terras houve uma supervalorização no preço das terras, e um fomento na procura por novas terras, fatores que fizeram aumentar a grilagem de terras, principalmente a partir de 1870, assim, o grileiro passa a assumir o mesmo papel que do antigo traficante de escravos. O mediador da miséria imposta aos trabalhadores, que será decisivo na retirada da posse do maior bem que o trabalhador possui, sua força de trabalho, situação que o trabalhador, para tentar sobreviver acaba legitimando.

Não importa desvendar apenas os mecanismos da acumulação do capital. Essa acumulação não seria possível se o trabalhador não legitimasse a exploração baseada em relações não capitalistas de produção. A questão não é estritamente econômica. A extorsão de riqueza sob o regime escravista não precisava de outro fundamento que não fosse a vontade e o látego do senhor de escravos (MARTINS, 2004, p. 92).

Havia um monopólio de uma classe sobre a terra, no caso dos grandes fazendeiros, a mesma classe que tinha como aliado o Estado, que dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso.

Essa mesma classe que assumiu a industrialização no Brasil, e também oferece alguns pontos de dúvida, pois “...a consciência Burguesa foi condição ou resultado das transformações nas relações de trabalho” (MARTINS, 2004, p. 110).

Pois, a consciência se determina pela mediação das relações de produção, nesse sentido a transição de trabalho escravo com liberto, possui toda uma relação com a produção. Porém, uma situação que também deve ser considerada com algumas complexidades que cercam essa transição e mudança social, provavelmente um das maiores mudanças na história brasileira, pois o escravismo como foi citado até aqui, era o carro chefe da economia brasileira.

Mas, foi substituída, em resultado do andamento de vários fatores, visto que há a afirmativa de que:

Daí que a liberdade *do* escravo não tenha se constituído em liberdade *para* o escravo e sim em liberdade para o burguês, isto é, para o capital. A noção de liberdade que comandou a Abolição foi a noção compartilhada pela burguesia e não a noção de liberdade que tinha sentido para o escravo (MARTINS, 2004, p. 110).

Uma afirmativa que pode proporcionar equívocos, pois seguir ao pé da letra essa afirmativa, pode se configurar como uma afirmativa que minimiza a trajetória de luta pela liberdade que o negro se empenhou desde que chegou ao Brasil, pois, como se afirmou até aqui, várias foram as formas de resistência elencadas, que se intensificaram no início do século XIX.

O fim da escravidão não representava somente a liberdade aos negros, mas também a posse sobre sua força de trabalho, e a possibilidade do acesso a terra.

A condição da classe operária no Brasil tem sua gênese baseada no campesinato e no trabalho escravo, o escravo, com um peso muito grande na formação social brasileira. Tanto o escravo quanto o camponês de origem europeia, tiveram sua força de trabalho explorada pelo burguês, que constantemente planejou componentes ideológicos para legitimar a exploração sobre o trabalhador.

De acordo com tal situação, Silva (2006) expressa que, os escravos e imigrantes não ameaçavam a condição dos núcleos hegemônicos, e sempre foram vistos e tratados como mão-de-obra. Não houve um esforço sério de contemplar essas camadas sociais, independente da intenção e sinceridade de seus atores.

Há de concordarmos com a autora de que não houve intenção de beneficiar os negros, sejam libertos ou não, foram postos às margens ou criminalizados, como é o caso dos quilombos, inclusive, há uma complexidade sobre suas potencialidades. E não houve políticas públicas que contemplassem as necessidades dos negros, algumas conquistas, se devem aos calorosos movimentos com o grito de liberdade e igualdade.

A elite latifundiária se consolidou às custas do trabalho escravo. Mesmo assim, há quem diga que os vários acontecimentos e a abolição sem indenização para os senhores de escravos, e a vinda de imigrantes foram fatores sociais e econômicos negativos para os brancos (FREYRE, 2006).

Mas, na verdade se trata de uma classe inescrupulosa, que se estabeleceu economicamente às custas da exploração da força de trabalho e de terras alheias. O regime escravista e suas heranças é o maior legado dos europeus, é também, uma das piores lembranças do passado brasileiro.

## **CAPITULO II: O Jalapão – TO, como um território quilombola**

“O Jalapão é gente, são as pessoas que estão aqui, o Jalapão é quilombola”.

(Fonte verbal) Ana Mumbuca<sup>12</sup>

Para entender o Jalapão – TO, percebemos que é necessário realizar um resgate histórico da região atualmente conhecida como Jalapão e expor as possíveis causas da ocupação dos sujeitos que atuam no território em questão.

Então, neste capítulo, é realizada uma contextualização de como ocorre o povoamento do Jalapão – TO e seu reconhecimento como território quilombola, e a atuação das Unidades de Conservação já nos tempos atuais. Sendo que, os conflitos sempre estiveram na trajetória histórica dos quilombos no Brasil e conseqüentemente no Jalapão – TO.

Em vista disso, tentamos compreender a dinâmica sócio-territorial e situações referentes aos aspectos históricos e geográficos. Aspectos que reforçam a necessidade de repensar a importância do reconhecimento do território das comunidades quilombolas. Pois, a reconstrução histórica reafirma que o Jalapão é acima de tudo, um território quilombola.

---

<sup>12</sup> Bacharel em Serviço social, participou dos projetos: Nova Cartografia Social da Amazônia, Quilombolas da Ilha de São Vicente-Araguaína – TO, Caderno Nova Cartografia Comunidades Quilombolas no Município de Esperantina – TO, Boletim Informativo da Cartografia Social: Comunidades Quilombolas do Jalapão: Os territórios em conflitos com as Unidades de Conservação. É também artesã, liderança quilombola e atualmente cursando em um programa de mestrado na UNB.



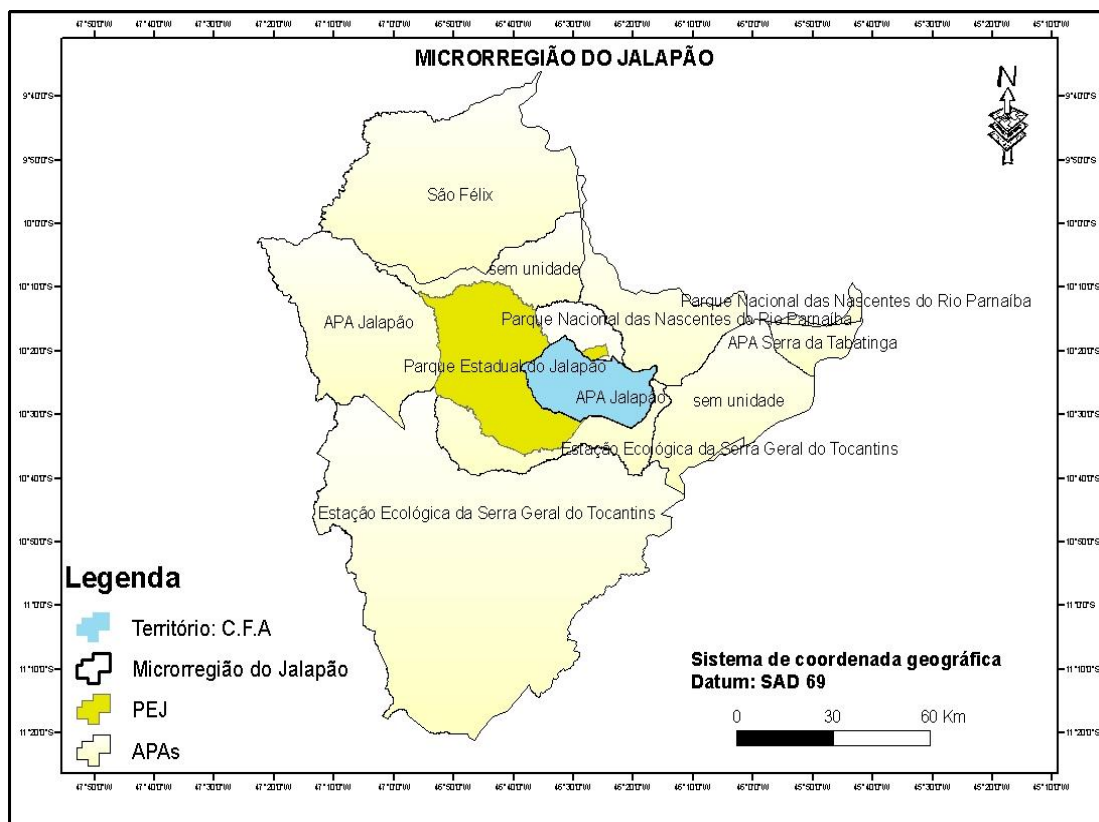
## 2.1 O que é o Jalapão?

As possibilidades do processo de ocupação na microrregião do Jalapão – TO ainda estão encobertos por acontecimentos pouco evidenciados, a falta de fontes precisas e pontuais é um dos motivos. Assim, há certa dificuldade em entender os conflitos no território envolvendo as comunidades tradicionais quilombolas, levando em consideração os objetos geográficos, naturais e sociais.

Uma tentativa de compreender os elementos culturais que expliquem a ocupação das comunidades a partir do território, e os conflitos envolvendo os diversos atores sociais do meio em questão. Mas para chegar a essas comunidades, se faz necessário entender um pouco do que seria o Jalapão – TO, a partir de uma análise dialética materialista sobre o território proposto e suas origens. Levando em consideração a diversidade que paira sobre a microrregião, e os possíveis motivos que resultou nas ocupações das comunidades tradicionais que foi historicamente pautada em conflitos.

A seguir, utilizamos uma mapa, referente à microrregião do Jalapão – TO, o PEJ e o território demarcado pelas comunidades Carrapato, Formiga e Ambrósio (Território: CFA):

Mapa 2 Representação da Microrregião do Jalapão, englobando as áreas de preservação ambiental.



Fonte: SEPLAN, 2012. Org e geoprocessamento: Pereira (2012)

## 2.2 Um contexto histórico

Uma vez que, uma análise geográfica pode utilizar-se do presente como referência de reconstituição histórica no estudo da formação dos territórios buscando a gênese e o desenvolvimento de materialidades (MORAES, 2006).

A ocupação do território norte goiano, hoje Tocantins, ocorreu pela procura de rotas navegáveis, situação em que o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva (conhecido como Anhanguera<sup>13</sup>) e seu filho estão entre os primeiros colonizadores da região por volta de 1682. Quando atravessaram Goiás até o rio Araguaia, viagem que ficou conhecida como expedição Anhanguera. Os rios, era uma importante descoberta para o deslocamento dos exploradores, porém descobriu também ouro em terras indígenas. Há outros apontamentos de que André Fernandes tenha sido o primeiro a se instalar na região entre os anos de 1613 e 1615.

Em 1730 foram criadas as missões de bispado com o objetivo de apaziguar os indígenas, formando povoados menos hostis e reduzindo conflitos com os Akroá e Xakriabá, localizados na região atualmente conhecida como Jalapão, e áreas vizinhas. Os Xakriabá são dissidentes dos Akroá, que se transformaram pela miscigenação com negros, e acabaram se tornando pertencentes a um só grupo ainda no século XVIII (APOLINÁRIO, 2005).

Os índios constantemente apareciam nas rotas comerciais, e essas rotas, além de pouco conhecidas, traziam grandes desafios e aventuras aos desbravadores, os índios, entravam em confronto com famílias que se instalavam na região, uma medida de defesa a seus territórios.

As mortes eram inevitáveis, e a captura de crianças<sup>14</sup> não indígenas ocorria durante os ataques, situação que também aconteciam nas incursões de bandeirantes. Eram histórias que assustavam os viajantes, e moradores locais.

Estes índios tem feito diversos ataques à missão; mas a vez em que cometeram maior devastação foi no ano de 1789, quando um bando deles, em número superior a duzentos, cercou a aldeia pelas dez horas da manhã; antes do anoitecer tinham queimado todas as casas dos arredores... (GARDNER. 1975, p. 149).

---

<sup>13</sup>Ao se deparar com indígenas enfeitados com chapas de ouro, colocou fogo em uma tigela para amedrontá-los, e ordenou que lhe informassem a procedência do metal, ameaçando atear fogo nos rios e nas fontes. Daí em diante passou a ser chamado de Anhanguera (em tupi significa diabo velho).

<sup>14</sup> Situação que ocorria também ao inverso, até com mais frequência, inclusive ciada em relatos populares, referindo a ancestrais indígenas que foram capturados em aldeias indígenas.

Este é um ponto de vista tradicional e relatado por forasteiros que tiveram passagem pelo território provavelmente durante o processo de povoamento, que viam os indígenas como hostis.

As fontes evidenciam também que a área do Antigo Norte de Goiás, que faz divisa com o nordeste foi habitado pela etnia Xerente, pertencente à mesma família e tronco linguístico dos Akroá, ou seja, o Sul do Piauí e o Norte de Goiás, foi um território indígena, que inclusive criaram variadas estratégias de sobrevivência frente à ameaça dos bandeirantes e aventureiros que procuravam ouro e escravos. A resistência indígena foi uma tentativa de preservar seus territórios, para não se submeter às novas culturas colonizadoras (APOLINÁRIO. 2005). São povos que tiveram que deslocar para o interior do Norte de Goiás ou outros territórios ainda isolados nos séculos XVII e XVIII.

Ou seja, a história do Jalapão é historicamente constituída a partir de conflitos territoriais, sendo o período das desapropriações dos indígenas o mais violento. Sobre os conflitos indígenas, Lira (2013) afirma que a história dos indígenas é marcada pelas migrações forçadas pelos sertões e historicamente marcados pela violência, desde a colonização, até conflitos agrários já no século XX.

Tais descobertas são originadas de relatos orais, e arquivos oficiais, ou outros meios como é o caso dos relatos de viajantes, que são importantes documentos históricos utilizados para retratar as diversidades encontradas no interior do Brasil, normalmente em rotas utilizadas por bandeirantes, pesquisadores, grupos que transportavam boiadas e mercadorias.

Uma dessas rotas existentes ligava o nordeste ao norte. Onde, percorriam comerciantes de ouro, gado, e outros produtos que suprimiam os povoados locais, e as minas. No decorrer das rotas comunidades se estabeleciam e as trocas eram constantes entre os diversos aventureiros e viajantes, uma atividade necessária devido à diversidade e imprevistos em toda viagem.

Como é o caso dos relatos da expedição realizada por George Gardner, os relatos desse pesquisador, foram referência e pioneiro nos estudos referentes aos negros no Brasil, que atribui grande importância a pesquisa realizada em sua Viagem ao interior do Brasil. Atribui a função de adentrar o interior do território no período colonial aos quilombos, um movimento social paralelo aos bandeirantes, tanto que eram comum grupos de bandeirantes encontrarem quilombos em áreas ainda não dominada por brancos (FREYRE, 2005).

### **2.3 O ouro no caminho do povoamento**

Além dos povoamentos em função das rotas comerciais, a mineração também influenciou. O setor de maior ênfase econômica, e influência sobre o povoamento do norte teve seu auge no século XVIII, quando assume maior área de expansão geográfica e alto nível de produtividade. Assumindo importante papel na economia nacional. Pois, os metais preciosos foram objeto de busca para exploração desde o início da colônia. Sendo uma das maiores motivações para as expedições de aventureiros e bandeiras que adentraram pelo interior do território, situação que colocou os bandeirantes de tais expedições em constante conflito com aldeamentos indígenas (PRADO JR. 2002).

Neste sentido percebe-se como foi o processo de ocupação territorial, um rompimento de fronteiras, em que os conflitos com os povos indígenas do então norte goiano foram os principais obstáculos aos bandeirantes e mineradores, pois em todo o século XVIII, os índios tiveram presentes nos conflitos com essas frentes pioneiras. Alguns povoados que iniciaram nessa época, estagnaram ou até mesmo desapareceram em decorrência do abandono da população devido escassez de ouro ou ataques dos nativos (PARENTE, 2003).

A descoberta de jazidas auríferas deu origem a vários povoados e novas atribuições ao uso do território, tendo o ouro no século XVII se transformado no maior cenário econômico da colônia. As jazidas se organizavam em dois tipos: as lavras, onde ocorriam as jazidas mais importantes, com aparelhamento especializado, geralmente existente quando havia grandes recursos e produção abundante. E os faiscadores, que tinham instrumentos rudimentares, não se fixavam, sendo móveis e nômades (PRADO JR. 2002).

Em virtude da descoberta das minas os aventureiros iam se fixando da melhor maneira possível, segundo Silva Filho (2012) dando origem à formação dos arraiais, que poderiam persistir ou serem abandonados. Situação muito comum na sociedade mineradora, proporcionando mobilidade populacional e contínuos afluxos e refluxos (PARENTE, 2003). Nesse contexto, que surgiram as cidades atualmente conhecidas como: Almas, Arraias, Dianópolis, Natividade, Monte do Carmo e outras.

Após a descoberta das minas, qualquer pessoa podia participar no momento da partilha dos lotes para a exploração. O tamanho dos lotes iria depender da quantidade de escravos que cada pretendente possuía.

O ouro foi de grande importância, ao ponto da côrte criar formas de vigiar as minas através da ação dos guardas-mores e cobrar impostos sobre o ouro encontrado, imposto que ficou conhecido como quito.

Na capitânia de Goiás, tal fiscalização era ainda mais difícil, pois, as jazidas eram de difícil acesso, os altos e baixos no comércio do ouro, resultou no pouco desenvolvimento dos arraiais e pouca densidade populacional que dificultava a comunicação, e a presença de um poder coercitivo (PARENTE, 2003).

No entanto, nas minas haviam trabalhadores livres e escravizados. Aos escravos era fixada uma quantidade de ouro que deveriam entregar, o excedente era feito sua manutenção, e em caso de grandes achados poderiam até mesmo comprar a liberdade (PRADO JR. 2002). Sendo que, a formação da capitania de Goiás e do Norte de Goiás que veio a se tornar Tocantins, é um processo indissociável da história do trabalho escravo pois:

A economia goiana no período colonial fundamentou-se nesse trabalho, desde o desbravamento da área, no início do povoamento, a partir das descobertas das primeiras minas, até o cultivo do solo. Na mineração, ele foi espinha dorsal, envolvendo a prospecção, a extração de jazidas e até o momento final dentro da colônia e o carregamento para os portos marítimos com destino a Portugal (PARENTE, 2003, p. 68).

A economia mineradora se intensificou de tal forma, a determinar parte do processo de interiorização da colônia brasileira, atribuindo ocupações além da costa, um processo que desencadeou vários outros processos sociais, além do povoamento influenciou na distribuição e consumo de outros setores produtivos caso da pecuária e agricultura, que tomaram novos rumos economicamente, na medida em que suas produções eram direcionadas ao consumo das minas (SILVA FILHO, 2012).

No entanto, além da mineração de ouro e diamantes a criação de gado também influenciou em tal processo. A vista que, o comércio de gado é também um fator indispensável, tendo em vista que no nordeste semiárido, estados como Bahia e Piauí, foi dominado por grandes latifúndios. Estabelecendo vínculos comerciais entre o Nordeste e o Norte (SANTOS, SILVEIRA, 2016).

## **2.4 A pecuária, os currais e os povoados no caminho do gado**

Sobre tal influência, autores descrevem que a pecuária também influenciou no povoamento, pois a ocupação do interior nordestino terá como fator econômico determinante a pecuária, como é o caso de Piauí e Bahia, onde os povoados iniciaram em torno dos rios, sobre o Rio São Francisco, sendo que o comércio de gado irá se intensificar após o povoamento das minas, que servirão de mercado consumidor para a carne (PRADO JR. 2002).

Expõe ainda, que esses fluxos comerciais entre norte e nordeste, a administração pública, preocupada em evitar possíveis descaminhos do ouro, procurou fechar as comunicações com o Norte, dificultando o fornecimento de gado feito pelas fazendas dessa região. As fazendas do Piauí serão as mais importantes de todo o Nordeste, e a maior parte do gado consumido na Bahia provém delas.

Neste sentido, os povoados criados devido às descobertas das minas no norte goiano, sobretudo as mais próximas dos estados nordestinos, eram abastecidos por gado que era criado em Pernambuco, Bahia e Piauí (APOLINÁRIO, 2005), caso de Dianópolis, avista que a dedicação em maior parte do tempo será destinada as minas.

Mesmo que as práticas produtivas da pecuária não tenham sido economicamente tão expressivas como a mineração. Devido até mesmo pelas características da criação extensiva do gado. Mas, Silva Filho (2012) afirma que as necessidades básicas de consumo de subsistência dos mineradores, como é o caso de gêneros comestíveis fez com que ainda houvesse uma circulação das mercadorias, que devido também a necessidade de manutenção das ferramentas e instrumentos necessários ao trabalho permitiu a permanência de rotas e caminhos.

As pessoas das fazendas de gado não eram de grande número, e ainda havia comércio de condução de gado, uma atividade em que o gado era conduzido por longas distâncias em manadas de centenas de animais. Cruzando lugares inóspitos e contribuindo para a origem de aglomerações insignificantes e distanciadas umas das outras (PRADO JR. 2002). O processo de interiorização ocorreu tanto pela mineração quanto pela criação de gado nas fazendas. Responsável por aglomerações nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso (SANTOS, SILVEIRA, 2016).

Áreas como o Jalapão, tiveram importante papel no período do povoamento do Tocantins, provavelmente possa também ter sido o que Geraldo Silva Filho

(2012), denominou como lugares que poderiam ser utilizadas para dispersão e concentração, à vista que o ouro era explorado em regiões cada vez mais longínquas, e também rotas para o contra bando do ouro eram criadas. Na tentativa de conter tais descaminhos, a administração pública tentava manter o Norte isolado evitando a criação de rotas alternativas, mas essa concepção de dispersão e concentração devem ser melhor estudados para entender de fato como ocorreram.

Porém as necessidades comerciais foram fatores que proporcionaram a criação de rotas alternativas, interligando Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, que devido à pouca povoação ou por ser dispersa, tornava o comércio de mercadorias por terra reduzido (SALLES, 1971).

Nesse período de povoamento a presença do negro no Antigo Norte Goiano ocorreu por ser um elemento necessário como força de trabalho, ainda sob o regime escravista. Dando origem a uma sociedade miscigena em sua maioria por índios ou mestiços pretos uma grande maioria perceptível nessa região, geralmente escravos fugidos. Dando origem a comunidades precárias e uma cultura adaptada de acordo com as disponibilidades locais (GARDNER, 1975).

Essa situação irá persistir, atribuindo ao Tocantins uma característica territorial praticamente “natural”, “pré-técnico”, onde a vida de relações, sobretudo comerciais serão precárias (SANTOS, SILVEIRA, 2016).

Assim, percebemos como o Tocantins possui um passado histórico ligado a luta e participação do negro, a qual surgiram várias comunidades quilombolas segundo Salles (1971) ainda no período colonial final do século XVIII. Em uma Região mais próxima do Pará, inclusive quilombos com mais de 300 indivíduos, comunidades que persistiu por vários anos, onde negros viveram em verdadeira comuna, se multiplicaram pela floresta.

## **2.5 Quilombolas povoam o Jalapão: o processo de reconhecimento dos territórios e suas contradições**

As comunidades que se fixaram no interior do Jalapão, ou parte delas, possuem grande ligação com um universo de resistência territorial, onde resiste uma diversidade de manifestações originadas na África e re-significadas aqui no Brasil, o que é conhecido como: “Fragmentos de diásporas africanas no Brasil”, e essas relações afrodescendentes são a base da formação territorial das comunidades

quilombolas que é o maior legado das trajetórias das lutas contra a escravidão no decorrer da história.

As comunidades de afrodescendentes na atualidade têm intensificado sua luta pela consolidação de seus territórios, proporcionando avanços sobre o conhecimento a respeito das trajetórias históricas e organizações dessas comunidades (LIRA, VALADARES, 2013).

Um processo que tem se legitimado a partir das lutas sociais, e no centenário da Abolição, em 1988, obteve uma das celebrações históricas mais significativas para a historiografia brasileira, e a população afro-brasileira. Pois, aconteceram várias manifestações que levantaram discussões sobre as políticas públicas destinadas aos negros na sociedade brasileira, como: saúde, educação e terra. Resultando na formatação e aprovação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (FIABANI, 2015).

O ano do centenário ficou marcado além das manifestações como também com o ano em que o Estado começou a discutir a questão fundiária das comunidades negras, aprovando o art. 68. ADCT: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Um projeto de lei que surgiu com o intuito de preservar a identidade étnica e cultural dos quilombos e conceder os títulos definitivos de suas terras. Foi a criação de um artigo constitucional que implicou em uma inovação no plano de direito fundiário e uma ação de reparação aos prejuízos atribuídos aos negros com o processo de escravidão (ARRUTI, 2005).

Situação que segundo Arruti (2005), alavancou as pesquisas a respeito dos quilombos do território brasileiro, evidenciando suas complexidades, possibilitando a manutenção de seus costumes e tradições. E evidenciando a ligação que as comunidades quilombolas possuem com a terra e a busca pela conquista efetiva de seus territórios, um objetivo geral de comunidades com identidades coletivas, origem ancestral em comum, hábitos, rituais, vínculos territoriais, parentesco social generalizado, homogeneidade racial e demais características sociais históricas.

Desde então, as comunidades remanescentes de quilombos passaram a ter maior visibilidade, e começaram a ser reconhecidas por todo o território brasileiro, e ressignificadas através de pesquisas e pelos órgãos competentes.



Por volta de 1996, na tentativa de resolver as questões pertinentes a criação e execução do “artigo 68”, surgiu o GT interministerial composto pelo INCRA, IBAMA e pelos ministérios da Cultura e da Justiça, que definiram que a Fundação Cultural Palmares deveria ficar responsável pela questão, promovendo pesquisas e reunindo recursos para identificar e delimitar os territórios, em conjunto com a Associação Brasileira de Antropologia e as comunidades (ARRUTI, 2005).

Mas por se tratar de uma problemática tanto cultural como fundiária, as terras dos quilombos foram incluídos como parte integrante do Território Cultural Nacional, e ficou incumbida ao FCP a responsabilidade de fazer as pesquisas históricas e antropológicas para determinar a ancestralidade quilombola das comunidades.

Ao INCRA ficou a responsabilidade sobre a questão fundiária devido à experiência com a questão, pois deve efetivar a demarcação e titulação das terras reivindicadas pelas comunidades negras, devido também obter escritórios em todas as unidades da Federação, equipamentos e técnicos (FIABANI, 2015).

A partir do desenvolvimento de tais políticas públicas, comunidades mais isoladas no interior do estado nacional, começaram a reivindicar o reconhecimento quilombola. Neste contexto, que são reconhecidas pela FCP as comunidades do Jalapão TO.

O nosso primeiro contacto com as comunidades do Jalapão – TO, surgiu com nossa participação em uma pesquisa referente as condições sócio econômicas em comunidades quilombolas, um projeto que foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da UFT campus de Porto Nacional.

Assim, depois de um breve levantamento bibliográfico e visitas aos territórios, podemos levantar algumas idéias sobre as transformações históricas e outros aspectos jurídicos territoriais vividos pelas comunidades negras no novo Estado do Tocantins. Como forma de transparência de informações o INCRA, disponibiliza um quadro quantificando as comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, mas são dados preliminares e muito pobre de informações, não apresenta por exemplo, a situação fundiária dessas comunidades, ver quadro a seguir:

Quadro 1: Relação das Comunidades Reconhecidas como Remanescentes de Quilombos no Estado do Tocantins.

| Nº de ordem                              | Comunidade                   | Município                         | DIÁRIO OFICIAL |
|--|------------------------------|-----------------------------------|----------------|
| 01                                       | Lagoa Da Pedra               | Arraias                           | 10/12/2004     |
| 01                                       | Mimoso                       | Arraias                           | 12/09/2005     |
| 01                                       | Barra Da Aroeira             | Santa Tereza Do Tocantins         | 20/01/2006     |
| 02                                       | Cocalinho E Arredores        | Santa Fé Do Araguaia Do Tocantins | 20/01/2006     |
| 03                                       | Laginha E Áreas Vizinhas     | Porto Alegre Do Tocantins         | 20/01/2006     |
| 04                                       | <b>Mumbuca</b>               | <b>Mateiros</b>                   | 20/01/2006     |
| 05                                       | <b>Povoado Do Prata</b>      | <b>São Félix Do Tocantins</b>     | 20/01/2006     |
| 06                                       | Projeto Da Baviera           | Aragominas                        | 20/01/2006     |
| 07                                       | Redenção                     | Natividade                        | 20/01/2006     |
| 08                                       | São Joaquim E Áreas          | Porto Alegre To                   | 20/01/2006     |
| 09                                       | São José                     | Chapada Da Natividade             | 20/01/2006     |
| 10                                       | Chapada Da Natividade        | Chapada Da Natividade             | 20/01/2006     |
| 11                                       | Córrego Fundo                | Brejinho De Nazaré                | 20/01/2006     |
| 12                                       | Distrito Do Morro De S. João | Santa Rosa Do To                  | 20/01/2006     |
| 13                                       | Malhadinha                   | Brejinho De Nazaré                | 20/01/2006     |
| 01                                       | Grotão                       | Filadélfia                        | 09/12/2008     |
| 01                                       | Mata Grande                  | Monte Do Carmo                    | 05/05/2009     |
| 02                                       | Santa Maria Das Mangueiras   | Dois Irmãos                       | 19/11/2009     |
| 03                                       | <b>Carrapato</b>             | <b>Mateiros</b>                   | 19/11/2009     |
| 04                                       | <b>Formiga</b>               | <b>Mateiros</b>                   | 19/11/2009     |
| 05                                       | <b>Ambrósio</b>              | <b>Mateiros</b>                   | 19/11/2009     |
| 01                                       | Currallinho Do Pontal        | Brejinho De Nazaré                | 24/03/2010     |
| 02                                       | Dona Juscelina               | Muricilândia                      | 24/03/2010     |
| 03                                       | Rio Das Almas                | Jaú Do Tocantins                  | 24/03/2010     |
| 04                                       | Lajeado                      | Dianópolis                        | 28/04/2010     |
| 05                                       | Manoel João                  | Brejinho De Nazaré                | 06/07/2010     |
| 06                                       | Baião                        | Almas                             | 04/11/2010     |
| 07                                       | Ilha De São Vicente          | Araguatins                        | 27/12/2010     |
| 08                                       | Pe Do Morro                  | Aragominas                        | 27/12/2010     |
| 01                                       | Claro                        | Paraná                            | 18/03/2014     |
| 02                                       | Prata                        | Paraná                            | 18/03/2014     |
| 03                                       | Ouro Fino                    | Paraná                            | 18/03/2014     |
| 01                                       | <b>Boa Esperança</b>         | <b>Mateiros</b>                   | 02/02/2015     |
| Total - 33 Comunidades Afro-descendentes |                              |                                   |                |

Fonte: INCRA, (2015)

Sendo que o processo de reconhecimento dessas comunidades adotado pela FCP<sup>15</sup> é disponibilizado também pelo INCRA, e seguem como passo a passo da titulação do território quilombola as seguintes etapas:

<sup>15</sup> Fundação Cultural Palmares, foi criada em 1988, e é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira. A Palmares formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País (APA-TO, 2012).

Autodefinição quilombola: a comunidade quilombola como um grupo social, tem direito à autodefinição. Para regularizar seu território, o grupo deve apresentar ao Incra a certidão de autorreconhecimento emitida pela FCP.

Elaboração do RTID: a primeira etapa da regularização fundiária quilombola consiste na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), visando o levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O RTID tem como objetivo identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

Publicação do RTID: Os interessados terão o prazo de 90 dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o RTID junto à Superintendência Regional do Incra, juntando as provas pertinentes. Do julgamento caberá recurso único ao Conselho Diretor do Incra Sede, no Prazo de 30 dias a contar da notificação.

Portaria de reconhecimento: a fase de identificação do território encerra-se com a publicação de portaria do Presidente do Incra que reconhece os limites do território quilombola no Diário Oficial da União e dos estados.

Decreto de desapropriação: nos casos em que há imóveis privados (títulos ou posses) incidentes no território, é necessária a publicação de Decreto Presidencial de Desapropriação por interesse Social (Presidência da República). Os imóveis desapropriados serão vistoriados e avaliados conforme os preços de mercado, pagando-se sempre previamente e em dinheiro a terra nua, no caso dos títulos válidos, e as benfeitorias.

Titulação: O Presidente do Incra realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescindível e pró-indiviso à comunidade em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro. É proibida a venda e penhora do território<sup>16</sup>.

Os prazos são situações que se tornam um empecilho para algumas comunidades que, às vezes se localizam em áreas afastadas ou de difícil circulação e comunicação, devido a suportes técnicos como energia, telefone<sup>17</sup> e etc.

---

<sup>16</sup> Os dados estão disponíveis na internet no site: [http://www.incra.gov.br/passos\\_a\\_passos\\_quilombolas](http://www.incra.gov.br/passos_a_passos_quilombolas)

<sup>17</sup> Atualmente bastante casas possuem telefone fixo, com o sistema de antenas rurais.

Porém, há que se entender que esses dados “oficiais” necessitam de revisão inclusive, Lopes (2009), afirma haver cerca de 49 comunidades no Tocantins. Mas esse reconhecimento dinâmico é necessário, tendo em vista que, foram vários fatores de grande importância na formação dos quilombos pelo interior do território brasileiro, o desejo de liberdade e controle sobre a produção de sua força de trabalho foram as maiores motivações. Assim, os quilombos foram tomando forma naturalmente à medida que acolhiam escravos fugidos, que procuravam condições geográficas favoráveis à permanência em liberdade.

Um território com relevo favorável – densas matas, presença de rios, montanhas escarpadas, pântanos e mangues – facilitava o estabelecimento e a estabilidade de um quilombo, dificultando sua identificação-repressão (FIABANI, 2012, p. 251-252).

Os lugares escolhidos para que fossem estabelecidos os quilombos, costumavam ser áreas distantes dos perímetros urbanos e isoladas, tal como são as comunidades que estão localizadas no Jalapão - TO.

## **2.6 O Jalapão como Unidade de Conservação: a microrregião e o Parque Estadual do Jalapão**

No sentido de proteger o patrimônio natural do país surgem as Unidades de Conservação. Que em 18 de julho de 2000, passaram a contar com a criação da Lei Federal 9.985 com o objetivo de regulamentar o artigo 225 da constituição brasileira, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Mas, para a consolidação das Unidades de Conservação é necessário a criação de um Plano de Manejo, que tem em suas atribuições a elaboração de estratégias e objetivos sobre a área proposta. Há cerca de, 239 UC's localizadas em 83 países, daí que surge a proposta de que sejam viabilizadas oportunidades de diálogo para que as populações que vivem dentro ou próximo das UC's, desenvolvam um relacionamento equilibrado com a natureza, pensando nas necessidades socio-ambientais e a criação de um futuro sustentável.

No Estado do Tocantins há dez Unidades de Conservação Federais, administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA): APA Meandros do Rio Araguaia, APA Serra da Tabatinga,

RESEX do Extremo Norte do Estado do Tocantins, PARNA do Araguaia, PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba, estação Ecológica Serra Geral do Tocantins<sup>18</sup>.

Existem ainda outras Unidades de Conservação Estaduais, administradas pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), sendo: APA das Nascentes do Araguaína, APA Foz do Rio Santa Tereza, APA Ilha do Bananal/Cantão, APA Jalapão, APA Lago de Palmas, APA Lago de Peixe/Angical, APA Serra do Lajeado, Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins, Parque Estadual do Cantão, Parque Estadual do Lajeado e Parque Estadual do Jalapão.

A região do Jalapão tem como fator referência a importância biológica extremamente alta, atenção destinada a áreas prioritárias pertencentes ao Cerrado e Pantanal. E de acordo com o Plano de Manejo, o Parque Estadual do Jalapão está inserido na região do Jalapão. E há na região, o que os pesquisadores chamam de Corredor Ecológico da Região do Jalapão, composto por várias Unidades de Conservação, de proteção integral e de uso sustentável, dentre elas estão: o Parque Estadual do Jalapão (PEJ), a Área de Proteção Ambiental (APA) do Jalapão (UC estadual), a APA da Serra da Tabatinga (UC federal), no TO, e o Parque Nacional (PN) Nascentes do Rio Parnaíba, que abrange parte dos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Bahia.

O Parque Estadual do Jalapão foi criado pela Lei Estadual 1.203 de 12 de janeiro de 2001, pertence à categoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado do Tocantins que surgiu com a estratégia de agregar importância ao já elevado valor natural do PEJ, que possui relevante posição geográfica em relação às várias outras UC estabelecidas na região do Jalapão. Também está incluída na categoria de Parque Estadual por suas peculiares belezas cênicas e paisagísticas e os consagrados atrativos turísticos de cunho ecológico.

O Parque é representado por 158.885,5 hectares, mas sua área total se concentra em apenas um município tocantinense, Mateiros, e foi classificada com UC devido sua predominância de bioma característico, o Cerrado, que é o segundo maior bioma do país e as áreas cobertas por tal bioma apresentam características ímpares e grande sensibilidade ambiental.

---

<sup>5</sup> É uma unidade de conservação a qual sua abrangência de território ficou definido como região (entorno) da EESGT, os municípios de Rio da Conceição, Dianópolis, Almas, Porto Alegre do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins e Mateiros, no TO, e Formosa do Rio Preto.

Porém, o que pouco se evidencia, é que antes da criação das UC's, os quilombolas já estavam no território, inclusive se for levar em consideração somente as comunidades que estão ligadas ao PEJ, conforme mapa e a tabela anteriormente disponibilizada, há cerca de 6 comunidades, mas se for levar em consideração a micro-região do Jalapão, essa quantidade notoriamente aumenta, evidenciando assim, que se trata de um território quilombola, mas com poucas informações sobre a trajetória dessas comunidades.

A maioria dos trabalhos científicos encontrados nos sites de pesquisa e os Planos de Manejos, possui maior ou exclusividade de objetivo o bioma, ou aspectos físicos, inclusive, o próprio IBGE que se disponibiliza a fazer um levantamento das cidades, não possui informações referentes a história das cidades centrais do Jalapão – TO, caso de Mateiros – TO e São Felix – TO.

## **2.7 O avanço das relações do capitalismo agrícola no Jalapão – TO e os conflitos territoriais e sócio ambientais**

Os quilombolas de que tratamos aqui, não dominam expressivamente as práticas comerciais geradas pelo turismo no parque do Jalapão – TO. Geralmente essa atividade econômica é agenciada por empresas de turismo que atua na região como: Beleco Turismo, Korumbo Expedições, Norte Tur, e outras com sede na capital Palmas<sup>19</sup>. Restando aos posseiros quilombolas e demais camponeses, a produção tradicional na agricultura, venda de artesanatos confeccionados com capim dourado, ou prestação de serviços, normalmente como guias turísticos, ainda favorecendo economicamente empresários e comerciantes que na sua grande maioria são todos de fora do estado.

Essas comunidades por estarem em difícil acesso as cidades mais expressivas do estado do Tocantins, possuem pouca visibilidade e inclusão nas políticas públicas as quais deveriam lhes ser destinadas pelo estado. As cidades mais próximas das comunidades que deveriam dar esse tipo de suporte são Mateiros – TO e São Felix – TO, que estão localizadas a cerca de 360 km da capital do Tocantins, Palmas, além disso, a região é muito arenosa, as estradas são ruins, dificultando o acesso por automóveis.

A comunidade quilombola Mumbuca, foi a primeira a ser reconhecida pela FCP, possui uma organização definida e uma associação consolidada, valorizando o

---

<sup>19</sup> Cidade jovem e com origem permeada em contradições sociais, e possui origem bem explícita através da obra “A gênese de Palmas – Tocantins” de Lira (2011).

comércio, a coletividade e a manutenção de partes de sua cultura tradicional. Um conjunto de fatores que lhe atribui a fama de ser a mais conhecida e para muitos a única comunidade existente no Jalapão – TO, portanto a mais visitada pelos turistas e pesquisadores, curiosos em conhecer a organização dos quilombos do Jalapão.

Por outro lado, assim como as demais comunidades, enfrenta problemas de aspectos legais para organizar suas atividades de auto sustentação e para definir a demarcação do seu território. Mas de certa forma está mais atendida que as outras principalmente as mais isoladas na mata, que estão em profunda desvantagem na luta pela consolidação de seus direitos e ao acesso as políticas públicas e a demarcação definitiva dos seus territórios.

As quais são Ambrósio, Boa Esperança, Q. Rio Novo, Carrapato, Formiga, Prata, Riachão e algumas outras ainda não reconhecidas, também possuem organizações próprias, segundo a FCP, que constituem os territórios e a identidades de comunidades quilombolas. Ou seja, possui um ambiente sócio econômico e territorial de acordo com suas atividades tradicionais.

Um dos aspectos mais visíveis que fornece elementos de análise de suas existências é a luta pelo território, pois todas elas inclusive a Comunidade Mumbuca estão em litígio territorial com o Parque Estadual do Jalapão, uma área de preservação ambiental criada por lei estadual, sem levar em conta a presença histórica das comunidades em seu interior, ficando as comunidades, refém dos marcos regulatórios do parque, que proíbe qualquer espécie de atividade tradicional como, por exemplo, a prática de plantação em roças de toco, a caça, e coleta de frutos deixando assim as comunidades em profunda insegurança alimentar e de subsistência de seus territórios.

Assim, enquanto o Jalapão como região turística de reconhecimento internacional, recebe uma grande circulação de turistas, e ganha visibilidade através de suas paisagens exóticas, rios, lagos, dunas e cachoeiras, os lucros ficam com as empresas de turismo. Os habitantes quilombolas vão para as roças tradicionais, plantar: mandioca, inhame, feijão, batatas e colher: buriti, murici, mangaba, capim dourado e outras atividades sertanejas que dão a manutenção de sua subsistência como indivíduos pertencentes a comunidades quilombolas.

Uma preocupação constante dos moradores locais, que percebem que o cerrado é o maior alvo de empresas voltadas para o agronegócio, pois, é um dos principais fatores que impulsionaram a modernização na agricultura, uma

valorização da produção para exportação e desvalorização das agriculturas e alimentos básicos.

Situação que tem ocorrido em grande parte do cerrado brasileiro e também é um dos fatores que incluíram o Tocantins em um alto índice de conflitos no campo, desencadeando disputas por terras.

O Tocantins e estados vizinhos como: Piauí, Maranhão, e Bahia já possuem uma grande expansão do agronegócio (SANTOS, 2015). De acordo com tal situação, Oliveira (2014) afirma que há uma forte monopolização do território desenvolvida por empresas multinacionais com atuações no mercado de grãos nesses estados.

Tal situação chega a ser uma preocupação para o bioma rico e diverso do Jalapão e as comunidades tradicionais, mas tais práticas produtivas capitalistas se tornam inoperantes em Unidades de Conservação. Neste sentido, a criação do parque Estadual do Jalapão – TO e das APA's, funcionam como barreira as empresas globais do agronegócio que possam pretender cultivar sobre o cerrado no Jalapão.

Mas a maior resistência a degradação do cerrado é social, resistência que também é praticada pelas comunidades tradicionais e quilombolas, tendo em vista que a preservação das heranças materiais e culturais, também são formas de resistência (SANTOS, SILVEIRA, 2016), principalmente sobre as técnicas econômicas capitalistas.

As Unidades de Conservação são consideradas por pesquisadores que estudam os biomas, como uma das melhores estratégias de proteção do patrimônio natural. Como é o caso da Unidade de Conservação do Parque Estadual do Jalapão, pois tem o objetivo de preservar os recursos naturais da região na qual está inserida, condição que restringe suas formas de exploração, admitindo-se apenas o aproveitamento indireto de seus benefícios.

Levando em consideração que a diversidade de fisionomias paisagísticas possui certa fragilidade nesses ambientes e ecossistemas, se tornando um desafio para as comunidades tradicionais quilombolas que necessitam dos recursos naturais para a manutenção própria, e comumente tentam manter certo equilíbrio para a conservação da diversidade existente no bioma em questão.

Então, nota-se a necessidade de maiores discussões e de trabalhos que façam a descrição do território, com enfoques socioeconômicos, culturais e históricos. Uma forma de tentar estabelecer um diálogo a fim de prever, resolver e/ou minimizar conflitos envolvendo as comunidades quilombolas e os órgãos estatais.



O PEJ é coordenado pelo NATURATINS, que mantém efetivo apoio à fiscalização no parque, e durante o processo, teve a participação de diversos atores da sociedade, que sugerem e tecem considerações e contribuições para o zoneamento interno da unidade. Neste sentido, propôs-se a constituição de um Conselho Consultivo composto pelos diversos atores ligados ao PEJ. Para discutir as atividades econômicas cujos impactos das ações humanas sejam minimizadas de acordo com as normas das unidades de conservação que já dispõem de proteção legal. Como é o caso do combate aos incêndios<sup>20</sup>.

Neste sentido, o uso inadequado do fogo para o manejo de pastagens e outras finalidades é proibido nos limites da unidade, situação que preocupa os camponeses das comunidades tradicionais que utilizam o fogo para realizar a cultivo de suas lavouras, como é o caso das chamadas roças-de-toco.

O fator negativo com tais imposições aos moradores locais, está na condição de dependência que tais moradores possuem da terra e de seus recursos onde aplicam suas práticas e técnicas, pois, necessitam da utilização dos recursos naturais para sobrevivência, diferentes dos turistas e empresas externas, que estão apenas de passagem. O controle de tais práticas tradicionais levou os moradores locais que produzem na terra, principalmente os que foram afetados pela área atual da Unidade de Conservação, a ter empatia sobre as normas e criação do PEJ.

O turismo é uma forte alternativa econômica, devido a grande circulação de turistas, e se torna uma das práticas econômicas mais almejadas. Porém, mesmo com a localização de alguns pontos turísticos em terras quilombolas. Os lucros ficam com as empresas de turismo, em sua maioria, de fora da região.

Os habitantes locais nem sempre dominam ou possuem recursos para impulsionar a prática do turismo em suas terras, e enfrentam problemas, devido à ausência de estruturação adequada e básica para receber e atender adequadamente o fluxo de turistas, se tornando difícil a proteção adequada aos atributos naturais. As áreas mais visitadas sofrem maiores impactos, devido à degradação na vegetação, erosão provocada por fluxo de veículos, tráfego de veículos fora das estradas, e deposição inadequada de resíduos sólidos.

---

<sup>20</sup> Segundo site do Jornal do Tocantins, o Estado já teve 5,8 mil focos de queimadas em 2017. Parque Estadual do Jalapão, houve mais de 130 focos de queimadas em dois dias. Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que monitora a situação por satélite em todo o país. (G1 Tocantins. 15/08/2017).

No Jalapão – TO, as empresas turísticas oferecem carros de passeios e vans, fazendo percursos com turistas de vários lugares diferentes, algumas dessas empresas, localizadas em Palmas - TO, e a população local não está entre esses atores hegemônicos, que atuam sobre o turismo (CHAGAS, 2007).

As comunidades tradicionais pouco ganham em comparação as empresas externas e o meio de sobrevivência que lhes resta é a produção oriunda de suas roças, onde plantam mandiocas, inhames, feijão, batatas, coletam buriti, capim dourado e outras práticas que viabilizam a manutenção de sua subsistência, que são à base do sustento das famílias, evidenciando assim a dependência que essas famílias possuem do controle sobre o território e a posse definitiva de suas terras.

Uma forma de agricultura voltada para a subsistência, e um conjunto de práticas que definem o território e comprovam a importância da inclusão e permanência definitiva dessas comunidades na organização do ambiente em questão.

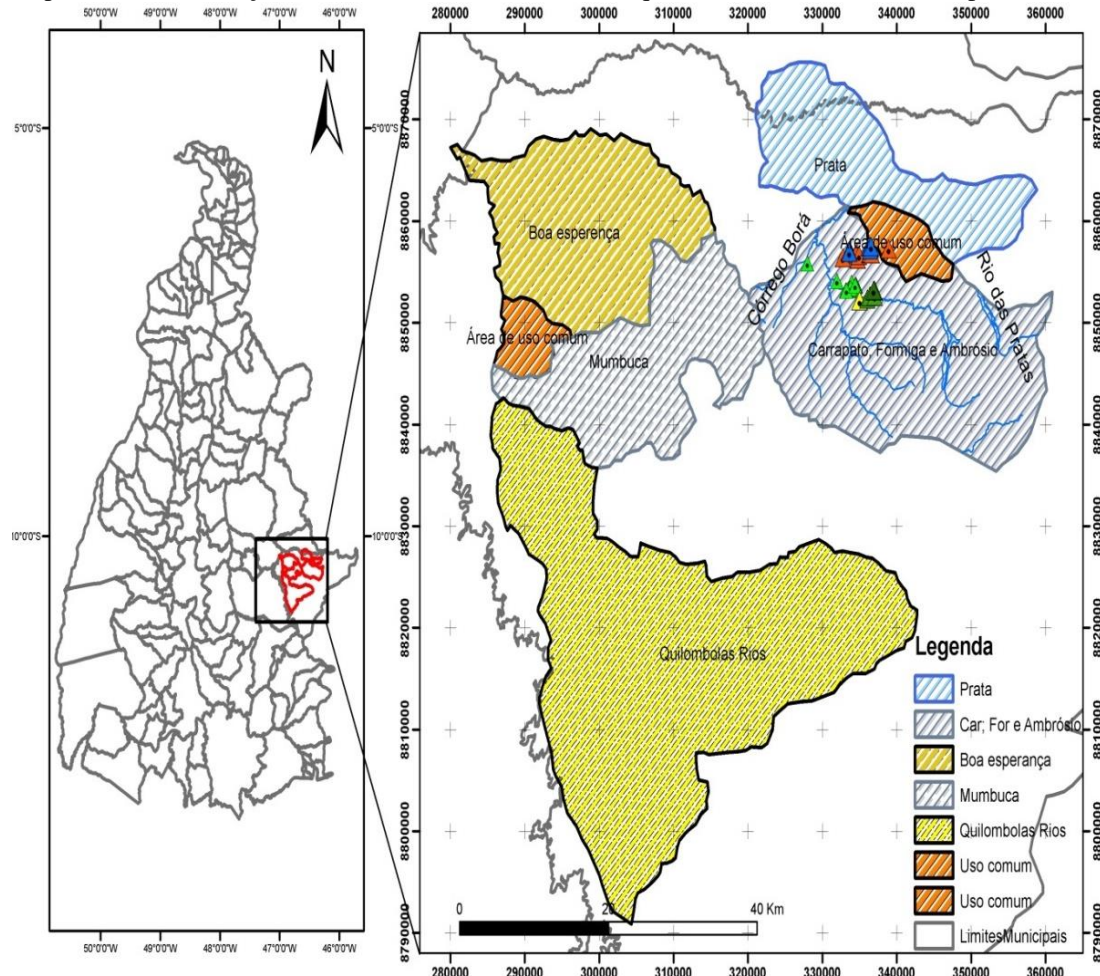
## **2.8 Avanços e diálogos sobre os territórios quilombolas**

Levando em consideração tais perspectivas e com uma análise de base socialista, este trabalho contempla a tentativa de compreender a dinâmica sócio territorial de comunidades quilombolas na microrregião do Jalapão – TO. Como podemos compreender até o momento, possuem aspectos históricos e geográficos baseados em materialidades de ancestralidades históricas afrodescendentes. Comunidades que tentam construir uma consciência de afirmação de identidades sócio territoriais próprias.

A partir de novos diálogos entre as Unidades de Conservação e as comunidades quilombolas do Jalapão - TO, tem sido revisadas algumas normas das unidades e aceitação das práticas e usos das comunidades quilombolas sobre o território.

Em uma iniciativa da APA – TO em parceria com as comunidades quilombolas resultou na criação de um mapa de uso das comunidades residentes no Parque Estadual do Jalapão, o mapa a seguir publicado na cartilha: Boletim Cartografia da Cartografia Social, expõe os limites territoriais de cada comunidade quilombola:

Mapa 3: Autodemarkação dos territórios das comunidades quilombolas no interior do Jalapão – TO.



Fonte: SEPLAN, 2012. Org e geoprocessamento: Pereira 2012.

Esse e outros mapas referentes aos quilombos no Jalapão - TO, foram disponibilizados às associações que representam as comunidades. Assim, nota-se que há uma tentativa de inserção das comunidades quilombolas na organização e preservação do território, tendo em vista que as comunidades ocupam a terra antes da criação das Unidades de Conservação, e a manutenção de sua sobrevivência e cultura, é baseada no uso dos recursos naturais existentes.

## 2.9 Produção quilombola e sua ligação com a natureza

A imposição de regras sem considerar a realidade das comunidades quilombolas afeta o ciclo de questões históricas. Pois a produção dessas comunidades depende da utilização do fogo no manejo do solo para pastagens e roças, e até mesmo para a produção do artesanato do capim dourado.

No mês de setembro, por exemplo, ocorre o início da colheita do capim dourado, e é celebrada uma festa, assim a colheita é liberada e regulamentada para garantir o manejo sustentável.

Geralmente as áreas de colheita estão localizadas longe das residências, atribuindo maior trabalho e dificuldade no acesso ao capim dourado e fiscalização. É um recurso natural utilizado para a confecção de artesanato pelas comunidades. As comunidades utilizam o fogo para a suposta agilização da rebrota do capim dourado, processo manual, que passa por uma seleção dos fios maduros, retiram a parte das sementes e devolvem a natureza para realizar a fecundação do capim para o próximo ano. Atitude prejudicada com a grande quantidade de incêndios criminosos e coletores clandestinos, situação que tem preocupado os quilombolas e artesãos.

Há ainda a produção de mandioca e derivados, e demais produções sobre as roças-de-toco. Um sistema baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, um período de pousio para restauração da fertilidade. É uma prática agrícola que enquanto sistema produtivo assume um papel transformador da paisagem onde está inserida. O fogo é utilizado para a limpeza da área e liberação de nutrientes para fertilizar o solo, promovendo uma alternância de usos da terra dentro das propriedades.

Esse modelo de uso da terra é favorável à dinâmica contínua e eficiente do processo de sucessão vegetal. Mas, é um sistema de agricultura que deve ser analisado como um todo, considerando que além do uso da terra há o complexo que envolve a vegetação de determinada área (SIMINSKI, FANTINI. 2007).

Levando em consideração que são territórios com pouca infraestrutura nas localidades, como é o caso das estradas que recebem pouca manutenção, e a escassez de políticas de apoio e de orientação aos pequenos proprietários e comunidades tradicionais que residem no entorno, inclusive no que se refere ao uso e manejo da terra.

Os moradores locais se veem incapazes de exercer outras atividades e a base das comunidades quilombolas costuma ser além da produção oriunda dessas roças, a coleta de recursos do cerrado, pesca.

No geral, os moradores locais executam suas atividades em um ritmo diferente da sociedade urbana e capitalista, pois respeitam os ciclos da natureza, extraem apenas o necessário para o consumo, e o pouco excedente, é utilizado para a venda nas cidades, para a aquisição de produtos que não são produzidos no quilombo.

O Jalapão – TO é um território diversificado e contraditório, uma região rica por suas paisagens e bioma, bastante explorada pelo turismo, e amplo campo para

pesquisas, mas é um território historicamente constituído a partir de conflitos sócio-culturais, que colocam o cerrado e as comunidades tradicionais em ameaça.

Nota-se que a conservação dos recursos naturais no Jalapão tem grande auxílio das Áreas de Proteção Ambientais, que constituem uma série de regras a serem seguidas para manter a preservação do meio natural, mas essas regras entram em conflitos com a cultura local, evidenciando a necessidade de melhor incluir os costumes das comunidades quilombolas em tais planejamentos.

Pois, possui áreas com grande escassez de políticas públicas, principalmente nas áreas com péssimas condições das estradas, pouco investimento em educação, saúde e assistência para a manutenção e trabalho da terra, evidenciando a ausência de atenção pública com as comunidades tradicionais.

Situação propícia à desestruturação dessas comunidades, contribuindo para a falta de uma consolidação territorial e de garantia permanente da posse de suas terras. Assim podem acabar perdendo até a capacidade de manter suas tradições e necessidades básicas, sendo a história do Jalapão, indissociável dos usos das comunidades tradicionais nos seus diversos momentos históricos.

O reconhecimento desses territórios como quilombolas é essencial para a manutenção e preservação de uma classe social histórica no Brasil, que exige a consolidação da posse da terra. Tendo em vista que, é no território, que se idealiza a identidade quilombola, e não há como falar em quilombos no Brasil, sem considerar a luta pela terra.

### **CAPITULO III: IDENTIDADE TERRITORIAL QUILOMBOLA, ASPECTOS SOCIO ECONÔMICOS E O TERRITÓRIO COLETIVO DE AMBRÓSIO, CARRAPATO, FORMIGA**

Nesta etapa da pesquisa, pretende-se, trazer através de relatos orais, imagens, e observações às características que marcam e definem o território, a territorialidade e a identidade das comunidades quilombolas aqui propostas, bem como seus modos de produção e a persistente resistência pela permanência na terra. E ressalta-se que se trata de observações que vão além do período proposto<sup>21</sup>. Momentos em que realizamos vários trabalhos de campo, onde foram feitas entrevistas, observações sobre o cotidiano nas comunidades e fotografamos diversas situações do dia-a-dia quilombola.

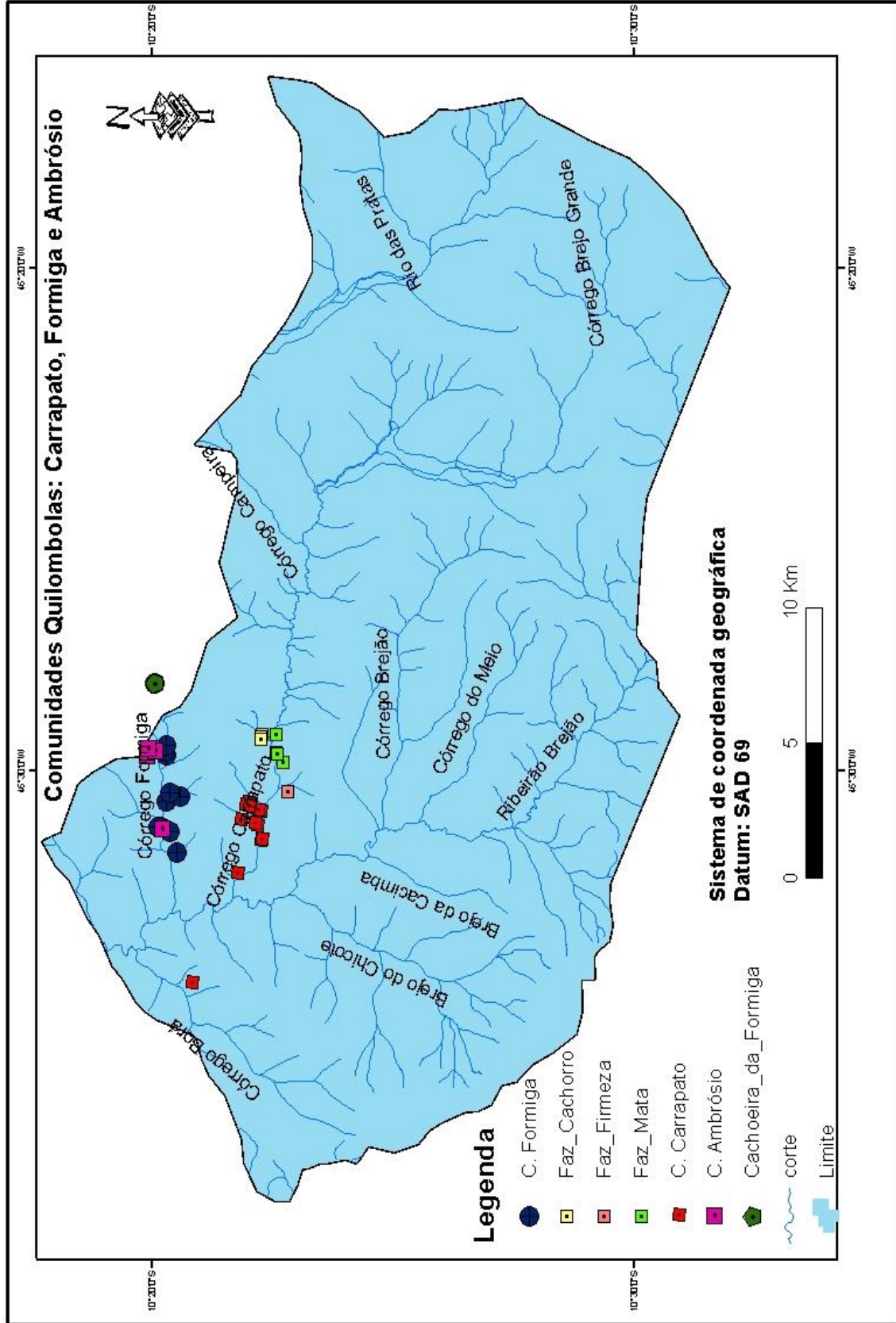
Evidenciando como a resistência está entrelaçada na trajetória dessas comunidades e a territorialidade é basicamente pautada na luta constante pela reafirmação do domínio sobre seus territórios e o reconhecimento de sua identidade quilombola. As comunidades em questão que traremos detalhes neste capítulo, são representadas pelo mapa<sup>22</sup> a seguir, mapa que representa a autodemarcação territorial:

---

<sup>21</sup> O primeiro contato com essas comunidades ocorreu em 2012, obtivemos novos dados em 2015, e com maior ênfase nos anos de 2017 a 2019. Neste período de 2017 a 2019, foram visitadas várias outras comunidades além das aqui proposta, no intuito de conhecer a dimensão territorial e, mesmo que de forma superficial, os aspectos de cada uma, comunidades como Boa Esperança, Mumbuca, Prata, Fazenda Nova, Rio Novo, Barra do Aroeira e outras, assim pudemos observar aspectos no que diz respeito aos dois principais pontos de entradas do Jalapão - To. Sendo, Ponte Alta do Tocantins, que dá acesso a Mateiros, e a entrada que dá acesso a São Felix do Tocantins, via Palmas e Novo Acordo, as duas entradas, próximo as delimitações das Unidades de Conservação e das APA's já existem grandes áreas desmatadas para a provável implantação de grandes lavouras de monocultura.

<sup>22</sup> As coordenadas geográficas de algumas residências nas comunidades foram coletadas em um trabalho de campo realizado nos dias 24 a 26 de setembro de 2017. Porém, posteriormente percebemos que há mais residências no território.

Mapa 4: Território de autodemarcação das comunidades quilombolas Carrapato, Formiga e Ambrósio



Fonte: SEPLAN, 2012. Org e geoprocessamento: Pereira (2012)

### **3.1 Territorialidade das comunidades quilombolas Carrapato, Formiga e Ambrósio**

Dentro da diversidade territorial dos quilombolas do Jalapão – TO, há que se entender o caso das comunidades Ambrósio, Carrapato e Formiga e de certa forma, a comunidade Mata, que se encontram próximas umas das outras e obtém uma única associação responsável pelas 4 comunidades, ou seja, as comunidades se organizam através de uma única associação, e o uso do território é em partes coletivo.

Mas o interessante, é que cada uma delas possuem características próprias, como a escolha dos seus nomes, que normalmente fazem referência aos rios que banham seus territórios e as práticas culturais às vezes também diferenciadas, pois cada uma delas costuma comemorar e/ou festejar um dia santo diferente da outra, ou seus moradores pertencem a segmentações religiosas diferentes.

De acordo com os registros existentes, no caso, o reconhecimento fornecido pela FCP, se refere a uma comunidade só, pertencem a um mesmo território, e se organizam em uma única associação, possivelmente são nucleadas, onde Carrapato, Formiga, Ambrósio e Mata se configuram como 4 núcleos de moradias.

Atualmente devido interferências externas na organização da comunidade, a associação passa por uma desestruturação, sem representante e reuniões mensais, e os moradores estão preocupados com os rumos que a associação vai tomar, e com os problemas que o território tem enfrentado, como a investida de “forasteiros” e a perda de projetos que poderiam ser conquistados através da associação. Problemas que fragilizam a resistência e as articulações dos moradores.

Os nomes das comunidades foi uma questão interessante e inquietante, despertando grande curiosidade, à vista que, fazem referência a seres vivos, como carrapato e formiga, exceto Ambrósio e Mata. Em conversa com os mais idosos, ao perguntar a motivação para a escolha dos nomes dos rios, não ficou algo muito definido, pois obtivemos respostas como a fala a seguir de um morador que afirma: "Desde quando me entendo por gente ele já se chamava assim" (Informação verbal). Esses rios estão localizados próximo das comunidades que também recebem esses nomes.

Há algumas pessoas mais jovens que afirmam que o rio Formiga, por exemplo: recebeu este nome devido viajantes, que ao passar pelo rio notavam que haviam bastante formigas às margens do rio. Sobre o rio e a comunidade Carrapato,



afirmam algumas pessoas que, também foi influenciada por viajantes e moradores da região, que notaram que nas proximidades haviam muitos carrapatos aspecto que atribui o nome ao rio e a comunidade. A comunidade Ambrósio e o rio, são um conjunto mais complexo, pois não possui explicações ou versões por parte das pessoas, o interessante é que é o mesmo nome de um dos maiores quilombos que já existiram, que era localizado em Minas Gerais.

Esse aspecto de auto intitulação, acreditamos ser o fator que mais evidencia a identidade específica de cada comunidade, além de alguns costumes e práticas que são únicas de cada comunidade.

Essa característica já é bastante antiga, inclusive George Gardner em Viagem ao interior do Brasil, expõe relatos de sua rota e chegou a passar pelo que hoje conhecemos como Jalapão. Ele como Botânico recolheu várias amostras de plantas, flores, e relatou as paisagens e experiências. Em alguns trechos ele afirma haver grande quantidade de carrapato ou de formiga, também veados mateiros, e outros.

Os dois primeiros exemplos, coincidentemente são os mesmos das comunidades que abordamos, o terceiro animal que é o mateiro, é o nome da cidade atualmente conhecida como Mateiros, inclusive os moradores locais afirmam que na região da atual cidade, era um lugar com muitos veados mateiros, daí a origem do nome da cidade.

Não queremos insinuar que o Gardner deu nome a esses lugares, mas que há na região uma relação muito íntima entre homem e natureza. Situação em que os rios e os animais possui uma ligação muito profunda com os moradores locais, que vez ou outra os reverenciam e os homenageiam nos nomes de suas localidades, inclusive acreditamos que seja um dos fatores mais determinantes na definição da identidade dessas comunidades, que possuem aspectos intimamente únicos, como as festas culturais e religiosidade, porém há fatores que é comum entre elas como: o uso comum de recursos naturais<sup>23</sup>, parentesco e ancestralidade.

É um conjunto de situações que, para Arruti (2005), tais heranças e origens existem de fato, são matérias múltiplas em confrontos entre si, situação em que as identidades resultam de conflitos e as diferentes maneiras pelas quais um grupo se representa e é representado, situações que vão definindo seus limites. E no caso das comunidades do Jalapão – TO, podem não se tratar exatamente de uma resistência

---

<sup>23</sup> Segundo Araújo (2012), é um sistema de utilização de recursos naturais baseada no conhecimento passado de geração em geração e que atribui baixo nível de impactos ambientais.

guerreira ou fuga para longe, mas com certeza são comunidades que tentam preservar sua cultura e saberes, e o acesso aos recursos territoriais.

Refere-se a um território de uso comum, porém com identidades à parte. Inclusive o mapa não traz limites entre os territórios das comunidades Ambrósio, Carrapato e Formiga, situação favorável para algumas práticas que os define como territórios coletivos.

Porém, é uma coletividade com delimitações, características que não seriam totalmente contempladas por uma administração coletiva, não por culpa dos moradores locais, mas pela forma como a propriedade privada e o individualismo influenciam no comportamento e na organização das pessoas enquanto sujeitos pertencentes à sociedade.

E na organização dessas comunidades há um conjunto de núcleos familiares, representados por uma única associação, e o povoamento é distribuído pelos núcleos Carrapato, Formiga, Ambrósio e Mata, porém Mata não aparece citado nos dados da FCP.

Então, devido as situações até o momento expostas, percebemos que o território em questão, é de fato quilombola, pois se tratam de comunidades que ali estão a mais de 100 anos, os relatos comprovam, porém, devido a oralidade dos mais velhos não obter uma precisão no tocante as datas, não utilizamos uma data exata. Dados que nos leva a acreditar que inclusive, venham a ter sido formadas ainda durante o período escravista, ou logo depois<sup>24</sup>, devido sobretudo a necessidade de terras para cultivar, uma opção de sobrevivência, já que o fim do regime escravista não assegurou a integração dos negros no mercado de trabalho.

Assim, asseguramos que o reconhecimento realizado pela FCP é incontestável. E o que nos instiga aqui, é entender a realidade que envolve a trajetória e territorialidade dessas comunidades, tendo em vista que:

...a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS, SILVEIRA. 2016, p. 19).

---

<sup>24</sup> Até o presente momento não conseguimos chegar, ou achamos melhor não delimitar uma data precisa do início da formação dessas comunidades em questão. A vista que, são comunidades que resistem as expropriações e a idéia de resistência segundo Arruti (2005), é um artefato ideológico, que sempre tem sido omitido pelas documentações históricas, que pouco atribui protagonismo a esses grupos, que possuem um importante papel como desbravadores, por meio do avanço das fazendas de gado, e devido ao esquecimento histórico, lhe são atribuídas às definições como homens livres pobres, agregados, meeiros posseiros etc.

E intimamente ligado à territorialidade está a questão da identidade<sup>25</sup> e percebemos que falar de identidade é uma característica ou situação delicada. Principalmente se tratando das comunidades Ambrósio, Carrapato, Formiga e Mata. Mas é em sua essência, uma tentativa de tentar entender como o território está formado e como as comunidades se apropriam, e os fatores que contribuem para a consolidação da identidade dessas comunidades.

Neste sentido, Arruti (2005), afirma que a questão da identidade quilombola, assim como a indígena, possui um caráter jurídico e que, passa pelas práticas sociais, e se configuram como um espaço para as reivindicações para o exercício da luta política.

E a coletividade e solidariedade, são características da identidade quilombola, inclusive nos nossos trabalhos de campo, percebemos várias atitudes e comportamentos que exprime uma solidariedade incomum, comportamentos que despertam ou expõe como essas comunidades mesmo com suas contradições<sup>26</sup> conseguem se relacionar e manter vínculos <sup>27</sup>.

Há uma solidariedade entre os negros, e não é de agora:

A solidariedade que ligava os “indivíduos de cor”, recém egressos da sociedade escravocrata, não chegava sequer a ser uma solidariedade tribal, de natureza mecânica. No entanto, os problemas econômicos, políticos e sociais com que o “negro” se defrontava exigiam os padrões de solidariedade orgânica típicos da sociedade de classes (FERNANDES, 2008, p. 90).

---

<sup>25</sup> Tanto que, Arruti (2005), faz a reflexão de que o conceito de identidade surgiu para corrigir os usos reificados dos conceitos de cultura e nação, e acabou servindo para as mesmas naturalizações. Para Malcher, discutir identidade quilombola, é levar em consideração que território e identidade aparecem intimamente imbricados, e a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território, este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais.

<sup>26</sup> É um território repleto de contradições, e as contradições para Konder (2008), é a manifestação de um defeito no raciocínio, uma realidade humana que não pode ser compreendida isoladamente, e a contradição é essencial para o movimento de seres humanos, exigindo um olhar além da lógica, situação que a dialética oferece.

<sup>27</sup> Por exemplo, várias pessoas com algum grau de parentesco conseguem fixar moradias ou roças para produção agrícola sem a compra da propriedade, ou seja, nem sempre a terra é vista como mercadoria. Ou os casos de solidariedade, como um caso em questão, em que certo morador passava por necessidades, pois seu sustento provém da produção de sua terra, mas devido fatores ambientais sua produção não foi como nos anos anteriores. Então, uma parente de outra comunidade, ao saber da situação enviou uma quantidade de carne, açúcar, arroz, café e outros utensílios, ao ser surpreendido pela atitude bondosa de sua parente, o mesmo como forma de retribuição, providenciou de enviar um pouco do que havia conseguido produzir, como farinha, cana de açúcar. Em nenhum momento o dinheiro fez parte desse processo, ou seja, a produção e resistência dessas comunidades vão além das perspectivas econômicas ditadas pelo sistema capitalista e pela lógica de mercado baseada no dinheiro.

Para Fabrini (2011), essas características de solidariedade no campo, assimilando-o com o território, base e “chão” onde se erguem as lutas, os valores comunitários, solidariedade, trabalho, ajuda mútua e produção de subsistência, não são extintos do espaço agrário. Situação diferente do que ocorre nos territórios do agronegócio ou de latifundiários.

São formas de cooperação social que foram e são necessárias para superar a desintegração entre os negros, que necessitam e constantemente cultivam sentimentos, emoções e laços morais, para abarcar o dinamismo e às necessidades socioespaciais.

Porém, há um conjunto de situações que deixam essas comunidades apreensivas, a princípio havíamos identificado que a criação do parque influenciou na resistência contra expropriações e a tentativa de implantação de grandes projetos como os do agronegócio.

No entanto, percebemos que o reconhecimento como território quilombola realizado pela FCP e a autodemarcação, foram os fatores que mais influenciaram e asseguraram a resistência e permanência dos moradores tradicionais da região, que se viam ameaçados de algumas formas de expropriação, como através de compras, ou a expropriação sugerida inicialmente pela criação do parque estadual e das APAs. Situação que obteve a colaboração de projetos e o diálogo entre moradores e órgãos parceiros como a APA-TO<sup>28</sup> e COEQTO<sup>29</sup>.

Sendo que, o maior inimigo da resistência quilombola é o Estado e seus aparelhos repressores, que tem se configurado historicamente como o principal repressor dos povos tradicionais, incluindo os quilombos, que automaticamente são excluídos de direitos básicos, e o mais importante, o direito à demarcação definitiva de seus territórios.

Ao negar apoio aos donos da terra por direito, o Estado automaticamente favorece a elite fundiária, pois acredita que tal classe traz mais lucratividade para seus interesses econômicos. Situação preocupante, pois o território do Jalapão – TO

---

<sup>28</sup> APA-TO: Associação de Alternativas para a pequena Agricultura no Tocantins é uma ONG criada em 1992, por iniciativa das organizações do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Tocantins e da Comissão Pastoral da Terra. Tem sido uma instituição parceira das comunidades quilombolas, executando projetos para a captação de recursos, e auxiliando na formação de lideranças das comunidades. Tem produzidos várias cartilhas sobre os territórios quilombolas no Estado do Tocantins, inclusive realizou junto com as comunidades os mapas aqui utilizados que representam o território de autodemarcação das comunidades quilombolas do Jalapão.

<sup>29</sup> CONAQ: Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, agrega várias Associações e organizações das comunidades quilombolas.

está cercado por ameaças ao ecossistema, entre elas está o agronegócio, avista que cidades que fazem fronteira com o Tocantins, pertencentes a estados como Bahia, Maranhão e Piauí e pertencem a microrregião do Jalapão já possuem grandes empresas do agronegócio atuando, bem como em cidades tocantinenses mais próximas das áreas das comunidades quilombolas e das Unidades de Conservação. São fatores que são representados nas imagens a seguir:

Fotografia 1 - Áreas desmatadas próximo a Ponte Alta do Tocantins, aparentemente para produção monocultora



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 2 - A contradição a partir de folhetos de propagandas, a disputa entre os recursos da paisagem natural e as propostas do agronegócio



Fonte: Xavier (2019)

O ecossistema do cerrado é diversificado e alvo de investidas do agronegócio, mas segundo Fabrini (2011), o agronegócio é um sistema que compreende a associação entre agricultura, indústria e finanças, inclusive é incentivado pelo Estado, para ampliar lucros e renda. E essa materialização de típicas relações capitalistas é responsável pela geração da pobreza, miséria, exploração, opressão etc, um dos maiores inimigos dos movimentos sociais do campo, pois é um dos maiores causadores de expropriação de comunidades tradicionais como as quilombolas, assim, acreditamos que e a forma de resistência que a pequena propriedade pode utilizar é deixar de tentar competir com a produção capitalista, e permanecer com a manutenção de seus territórios.

Neste sentido, Fabrini (2011), afirma que os movimentos sociais e o território são categorias que se identificam, e os trabalhadores do campo forjam-se a si mesmos e constituem-se em sujeitos com identidades sociais próprias nos movimentos sociais. E para Fabrini (2014), há uma grande diferença entre o território do agronegócio latifundiário, e os movimentos sociais, ambos almejam a posse da terra, mas a capacidade produtiva de pequenos produtores teria papel importante no país, inclusive de soberania, no caso alimentar.

Mas, a grande produção é um dos processos de interesse do Estado, que inclusive, segundo rumores de moradores das proximidades, efetuou o leilão de terras, terras que poderiam ter sido destinadas ao processo de titulação, uma garantia do território quilombola no Jalapão – TO, porém este ponto não é o interesse do Estado, inclusive alguns de seus órgãos resistiram bastante na disponibilização de dados.

Toda essa preocupação com o Jalapão – TO é recente, pois até certo tempo era representado como forma de atrasado e por muito tempo tido como um território impróprio para habitação urbana devido à distância de outras cidades, solo arenoso, e características ambientais visíveis da transição do agreste para o cerrado, considerado até então com poucas potencialidades para produção agrícola.

Uma produção agrícola minimizada, devido administração pública, que sempre tem se omitido na disponibilidade de serviços básicos, contribuindo para essa fama de lugar atrasado, pois energia elétrica é um recurso recente e certas pessoas ainda não possuem em suas casas, algumas moradias possui acesso difícil, sendo possível chegar somente através de trilhas, há alguns aglomerados de casas, formando

uma espécie de vilarejo, como também pessoas que resolveram fazer suas casas mais distantes.

Não há água encanada, geralmente, há um encanamento custeado pelos próprios moradores, há também quem ainda realize as atividades no rio, como lavar louças, tomar banho, lavar roupas, banhar-se e outras atividades, evidenciando como os rios são fundamentais no cotidiano dos quilombolas.

O que os moradores locais mais reivindicam são, estradas, posto de saúde e escolas de fácil acesso. Situação representada no desabafo de uma moradora:

Tem gente aí que mudou para a cidade, arrumou um serviço lá na prefeitura, mas foi pouco tempo, acabou voltando com os meninos tudo, por que lá é mais difícil, não tem emprego para todo mundo, aluguel é caro, aí teve que voltar, e os meninos tem que ir todo dia pra ir pra escola (Informação verbal. PEREIRA. Depoimentos. Entrevistador: Jonathas Adonias Xavier, 2019).

Situação que expõe como a ausência de políticas públicas e infraestrutura, tem sido agravante, dificultando a manutenção humana, e a permanência em seus territórios.

No entanto, essa permanência também tem sido abalada por situações mais recentes, como é o caso das descobertas sobre as potencialidades do cerrado, as variedades turísticas do território e diversidade no bioma, propiciando assim a expropriação de quilombolas e camponeses por parte de “forasteiros” ou empresas multinacionais do ramo turístico e demais sujeitos com interesses voltados para lucratividade<sup>30</sup>. A situação foi expressa da seguinte forma por um morador local:

“É andando de córrego em córrego, de fervedouro em fervedouro, caçando uma brechinha para tomar a terra da gente” (Informação verbal).

Essa intensificação do turismo se trata, de um impacto tanto no homem quanto na paisagem, pois para Lima, Almeida (2012), a paisagem se apropria da cultura, dos costumes e das práticas sociais das comunidades, como: as festas, a religiosidade, a agricultura, o uso dos recursos naturais, a culinária, a convivência entre as famílias. Porém, no Jalapão, a paisagem era vista apenas como um meio natural para auxiliar

---

<sup>30</sup> O cerrado tocantinense, como foi exposto anteriormente, sofre grandes ameaças devido ações de multinacionais e seus projetos, mas, tem se deparado com a resistência das comunidades e povos tradicionais, e o apoio dentro de produções acadêmicas. Inclusive, o núcleo NURBA, através de suas produções acadêmicas e empenho de seus pesquisadores, tem evidenciado em suas produções essa luta desigual denunciando os vários conflitos agrários no Tocantins, assim como as investidas dos latifúndios e multinacionais contra comunidades tradicionais.

em suas vivências e suprir necessidades básicas, mas, com as novas atribuições provocadas pelo turismo, a paisagem ganha outros significados e outros valores.

Ou seja, falar de identidade territorial e suas características é algo delicado, e mesmo com métodos e metodologias, podemos não retratar com fidelidade a realidade dos sujeitos envolvidos no território em questão, não de má fé, mas dadas as circunstâncias e formas interpretativas. Então, na intenção de dar voz a resistência dos quilombos, trazemos uma perspectiva através do sujeito, em especial aos que persistiram em um lugar como o Jalapão – TO. Tendo em vista que:

O território... representa uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra enquanto constrói sua identidade cultural... Uma identidade cultural é composta por elementos que, juntos, formam um todo integrado e inter-relacionado, com a língua, a história, o território, os símbolos, as leis, os valores, as crenças e outros elementos tangíveis, incluindo a tecnologia (LIMA, ALMEIDA, 2012, p. 92).

Situação que pode sofrer complicações quando há pouca transmissão dos saberes para os mais jovens, ainda assim, são transmitidas, pois a memória é um elemento essencial de identidade, atuando como um saber, formando tradições e caminhos como canais de comunicação.

Visto que, Ricouer (2010), destaca que a memória é um fator essencial para a reconstrução do passado, e a memória é a matéria prima da história, e sua reconstrução está sempre ligada ao período atual. Assim compreendemos que há uma ligação íntima, entre memória e história, território e identidade.

E devido a diversidade de versões que tivemos até aqui, sobre a realidade dessas comunidades, trajetória histórica e territorialidade, decidimos dar voz ao sujeito, ou seja, a definição do que é o território das comunidades Carrapato, Formiga e Ambrósio, será aqui definido através dos relatos dos próprios integrantes do território. Sem esquecer que a memória é carregada de subjetividade, e o diálogo entre história e memória não há um apoio absoluto, tendo em vista que há inclusive divergências na materialidade sugerida pelos documentos, Arruti (2005).

Para tentar representar essa questão do sujeito e da memória, não realizamos questionários, no intuito de não aproximarmos de uma pesquisa quantitativa, realizamos conversas, com algumas perguntas envolvendo as histórias de seus antepassados, a posse e o uso da terra. Algumas perguntas foram adaptadas a uma linguagem mais formal no momento da transcrição, pois foram realizadas em uma linguagem menos formal, na tentativa de obter um diálogo.



### 3.2 Territorialidade da comunidade Carrapato

A comunidade está localizada a cerca de 25 km da cidade de Mateiros, a maioria de seus habitantes são evangélicos, inclusive há uma igreja Assembléia de Deus. É a comunidade em que está localizada a associação, e possui vários pontos turísticos.

Possui uma dinâmica social bastante rotativa e grande fluxo de pessoas, fator determinante para que a associação esteja localizada em seu núcleo, trazia várias pessoas constantemente para debates, ou reuniões. Para tentar expor um pouco dessa comunidade, é essencial falar da criação da associação, assim segue uma entrevista<sup>31</sup> com Silva, um dos seus representantes anteriores:

As comunidades que unificam a associação dos quilombolas de Carrapato, Formiga, Ambrósio e Mata, se chamam (ASSOCIAÇÃO CAFM), há cerca de 100 ou mais famílias, segundo um levantamento realizado em 2009.

Desde quando iniciou a demarcação do território que ainda não foi concluída, mas parece que tem desenvolvido algumas coisas, embora a associação tem andado meio desorganizada, inclusive era pra ter uma eleição nova hoje para escolher a nova presidência, mas os concorrentes não compareceram, mas precisamos organizar essa associação, temos que agilizar o mais rápido possível para ver o que vai fazer, alguns produtores precisam fazer seus trabalhos, mas pra isso essa questão da demarcação do território precisa estar organizado, porque as pessoas ficam com medo de fazer alguma coisa na terra e depois ter que desfazer.

Os benefícios que vinham sempre condenando os moradores, era devido à criação do parque, mas foi amenizada com o reconhecimento desse território como quilombola, mas é preciso regular essa questão da demarcação, para as pessoas começar a trabalhar, porque uma coisa é você dizer que é uma coisa ou dizer que é seu, outra coisa é você ter o documento em mãos comprovando. Mas também tem o problema que dizem que o governo não tem dinheiro, ou que o Incra não paga indenizações, acaba que não anda muita coisa.

Conseguimos o reconhecimento do território como quilombola, e a nossa maior conquista foi resistir aos impactos colocados pela secretaria do meio ambiente que queria desapropriar todo mundo que está aqui dentro, esse foi o maior benefício. Mas tivemos poucas outras pela associação, algumas outras associações conseguiram carros, tratores para trabalhar na terra, e nós não ganhamos nada disso, mas, o que a gente precisa mesmo é a regularização das áreas que hoje é nossa, o parque sair de dentro das comunidades, e não as comunidades sair de dentro do parque, colocam regras que nós não podemos cumprir, pois nós dependemos das coisas que tem aqui, da madeira ou de alguma coisa que dá aqui.

A questão de ser parque aqui só prejudicou, você vive dentro de um lugar que não tem estrada, e dizem que não pode fazer porque é parque. Mas, o Jalapão não é conhecido por ser parque, e sim pelas belezas que aqui tem. Eles querem é vender lá pra fora as nossas terras, e nós que nascemos e nos criamos aqui, vamos acabar sendo mandados embora, sair daqui escoltado pela polícia.

---

<sup>31</sup> As entrevistas serão utilizadas constantemente, algumas pessoas não tiveram o nome divulgados na intenção de preservarmos a imagem das pessoas.

Então, a maior vantagem, que nós precisávamos era a permanência aqui, e para nós quilombolas, os benefícios do governo tem que fazer pra mim e pra todo mundo, estrada, educação e saúde, e não queremos que faça diferenciado, e sim o que é certo pra todos.

Mas, tanto que tá desse jeito, aqui não tem nenhuma ajuda de governo, tudo aqui é por conta nossa, governo aqui não trouxe nada pra ninguém, se você olhar aí, não tem uma escola diferenciada para os quilombolas como diz que tem que ter, precisa de uma saúde diferenciada, e não tem, como dizem, saúde, educação e segurança que é o básico, não tem, poderia ter o básico e não está tendo.

Aqui na época de aula, os alunos dormem na beira do mato por causa de carro atolado, aí que a gente vai lá, e desatola eles, mas atola novamente, por que não tem estrada e o governo não faz manutenção, numa estrada Estadual.

Ou seja, o que tiver pra vir de bom com essa demarcação, e tiver de vir que venha. É tanta dificuldade e ainda as pessoas não querem assumir a associação (SILVA. Depoimentos. Entrevistador: Jonathas Adonias Xavier, 2019).

Atualmente a associação tem enfrentado dificuldades na organização, estruturação, durante o período de nossa pesquisa, a associação esteve desarticulada. Porém, fatores como distanciamento, falta de condução, desarticulação e provavelmente a pior ocasião, que é a interferência de sujeitos externos, empenhados em impulsionar a expropriação, principalmente para intensificar o processo de vendas das terras, são questões que tem influenciado nessa desarticulação da associação. Algumas situações são bem representadas nas falas da entrevista anterior, e também a entrevista exposta a seguir é de outro membro da comunidade Carrapato:

Teve alguns projetos para a associação, e voltou um monte, o único que conseguimos foi alguns computadores e impressoras, que estão aqui.

Inclusive, nós temos um projeto pra ganhar um trator, mas nós temos que regularizar a associação até o meio do ano.

Um senador conseguiu ajeitar o projeto para ganharmos um veículo, mas um carro fica complicado e precisa pagar um imposto, nós achamos melhor o trator, pois serve pra fazer muita coisa aqui, ir no mato pegar uma madeira ou alguma coisa que precisar, depois a gente tenta conseguir um caminhão.

Por isso precisamos organizar essa associação, quando fui representante, entreguei 11 computadores, internet e uma impressora, mas depois disso, as coisas desorganizaram. Então, fizemos outro projeto, devido à desorganização da associação e ausência de representante, acabaram mandando pra mim, e aí coloquei dois jovens aqui para trabalhar, eles vão ser representantes para lavrar projetos, históricos, essas coisas. Eles vão fazer os projetos e entregar lá, na APA-TO, pois é ela que tem auxiliado a comunidade.

Assim, tem muitos conflitos, aqui no nosso meio nem tanto, mas a que mais é afetada é a Formiga, onde tem gente invadindo, e eles contam que não é quilombola, mas lá é quilombola, e é demarcado como quilombola. Vai chegar um dia que quando forem no cartório pra ajeitar os papéis, vão ver que no cartório não passa, eles vão se enrolar, esses que estão fazendo projeto, prédio, não vai pra frente. E a associação enfraquecida fica difícil de resolver isso aí.

Nós fizemos uma casa ali pra funcionar a associação, mais nunca funcionou lá, até teve uma reunião lá, mas nunca foi pra frente.

Quando funcionar lá, vai ter um escritório, com os computadores e internet, para os meninos trabalhar lá.

Lá do lado do Formiga, já tem morador demais, e eles não conseguem nenhuma assinatura da associação, pois a associação não está funcionando, e tem que arrumar um contador, pra deixar tudo organizado, pois a associação gera um imposto, que a associação deveria pagar baseado nas mensalidades (MATOS MENDES. Depoimentos. Entrevistador: Jonathas Adonias Xavier, 2019).

O entrevistado que acabamos de expor suas falas, possui um restaurante, ele conta que tem muitos sujeitos de fora que constantemente arrendam pontos comerciais para receber turistas, como restaurantes e pontos turísticos. A saber que na comunidade Carrapato possui vários pontos turísticos que são administrados por famílias locais, com estruturas de restaurantes e áreas de camping. Um dos pontos mais conhecidos é o Fervedouro do Ceíça. Mas um destaque especial para é o Restaurante e Fervedouro dos Buritis, que possui área de camping, dormitório, e a sua atração principal, um fervedouro, todos os membros da família possuem funções, e alguns pontos sobre o histórico do lugar são expostos nas falas a seguir de Ribeiro Silva:

Pela demarcação que eles fizeram, nós estamos dentro da terra, mas depois não sei o que aconteceu. Pois, não teve reunião mais no Carrapato, e nós íamos a todas as reuniões que tinha. As demarcações não ficaram de acordo com o que os quilombolas queriam. Mas acho que é uma situação que tem que ter um limite.

A origem nossa é de lá do Maranhão, viemos pra cá devido uma crise doida que teve faz bastante tempo, aí viemos pra cá em busca de melhoria de vida. E deu certo, quando eu cheguei aqui, em Mateiros tinha poucas casas.

Casei por aqui, aí fui pro Maranhão, mais acabei voltando pra cá. Então fomos levando a vida devagarzinho, vivendo da roça, até que Deus deu pra nós esse Fervedouro.

Na verdade essa terra aqui era do meu sogro, porém ele vendeu pra um homem que vendeu pra outro de fora, que veio e retirou meu direito de posse, eu fiquei aqui cuidando pra um rapaz do Rio de Janeiro, que me pagou só dois salários e depois sumiu, então eu fiquei olhando aqui como se fosse minha. Aí quando ele veio, tirou esse pedaço pra mim como forma de pagamento. Até certo tempo, eu era posseiro né.

Até então eu sobrevivi da roça, plantando e colhendo mais a mulher e os meninos. Os meninos eram pequenos, não podíamos largar só, aí nós levávamos, para ajudar a plantar mandioca, feijão, arroz. Os meninos, a partir da idade que dava conta de pegar na enxada já ajudavam, e a mulher sempre teve do meu lado.

Mas, melhorou um pouco depois que nós aposentamos, eu e a mulher, ela aposentou como produtora rural, eu aposentei porque uma cobra ofendeu minha perna, aí me deixou com esse problema, mas, todo ano ainda planto em minha roça.

Mas agora, esses meninos de hoje em dia, não quer mais saber de foíce e enxada mais não.

Há cerca de 6 anos atrás que nós começamos a mexer com o fervedouro, montei também esse restaurante e a área pra acampar, e todo mundo ajuda aqui em casa, na hora de receber os turistas, de fazer as comidas no restaurante e o que precisar.

O turismo deu uma melhorada nas coisas, pois começou a entrar mais dinheiro, as propostas de emprego que tem aqui é a prefeitura, mas a prefeitura não emprega todo mundo. Aí, o turismo emprega alguns guias, e tem também o artesanato, que os turistas compram bastante, principalmente o capim dourado, que ajudou a levantar muita gente. O ruim é porque tem muito guia de fora, a maioria, agora que tem alguns de Mateiros.

Hoje eu comparo o capim dourado mais o turismo com Dilma e Lula, que foi quem mais tirou a gente da pobreza, inclusive deve ser por isso que tá preso, nos tirou da pobreza e não deixou que passássemos fome.

Então, trabalhamos para receber os turistas, e tem turista de todo jeito, tem muita gente boa, e muito ignorante, que chega querendo mandar em nossas coisas, com ignorância. Tem muitos que chega aqui, vê a gente simples, descalço de pé no chão, acha que nós não sabemos de nada não.

Ainda tem os órgãos ambientais, que colocam as regras para que façamos tudo certo, e nós fazemos principalmente as orientações perto da água, e nós dependemos dela, e com o uso do fogo também, pois as roças-de-toco depende do fogo, e o capim dourado também. Até tentaram uma época aí, mas o adubo do capim dourado vem do fogo. Todo mundo sempre queimou, e sempre queimou do jeito certo, fazia o acero e fazia tudo certo, na época certa. E tudo que a gente precisa, a gente tira daqui, uma madeira pra fazer a casa.

Mas o problema é que não tem fiscalização para os turistas, acho que só nas Dunas. Inclusive é o que eu acho que está faltando, pois tem umas coisas que tem que fazer que eles não fazem, como não deixar lixo, pois tem umas pessoas que não estão nem aí para os pontos turísticos, e não há coleta de lixo nos pontos turísticos, é uma coisa que a prefeitura podia fazer. Pois, falta sinalização, eles tinham que fazer. O secretário podia estar ajeitando essas coisas.

Mas no geral, a nossa relação com o pessoal que fica aqui é tranquila, sempre conversamos e não fomos muito de ter problemas. Na realidade, nós acabamos sendo quilombolas também. O problema é que a gente não sabe como vai ficar o território quilombola, aí a gente tem medo. Ainda mais com essas histórias de virar parque, pra tudo que fazer tem que pedir autorização lá.

E, se caso formos expropriados, não seria bom ir pra cidade, pois nós não gostamos da cidade, lá não dá certo, minha descendência é do mato. Dizem até que nós temos uma descendência de índio, vai vê é por isso que nós gostamos de ficar por aqui. E na rua não daria conta de sustentar os meninos igual dei conta de sustentar aqui (RIBEIRO SILVA. Depoimentos. Entrevistador: Jonathas Adonias Xavier, 2018).

Ao falar da demarcação do território como quilombola, ele trouxe algumas situações que evidenciam uma certa confusão sobre direitos quilombolas e as ações coletivas. Mas traz importantes colocações e a reverência à ancestralidade indígena é comum nas falas das pessoas, situação que evidencia a presença de povos indígenas no passado, inclusive há algumas pessoas com traços físicos indígenas, como pele avermelhada, cabelos lisos e etc.

Concluimos nossas observações da comunidade Carrapato com a descrição de uma observação. Um morador ao anoitecer, ouvindo as notícias pelo rádio, próximo ao fogão caipira, atento às notícias e as novidades, descalço, com o pé no chão sobre a terra em que estão fincadas suas raízes sua identidade e esperança. São

trabalhadores humildes, que dependem da terra, vivem da terra e nela está sua essência existencial, pessoas caracteristicamente humildes e acolhedoras.

### 3.3 Territorialidade da comunidade Formiga

A comunidade Formiga está localizada a cerca de 6 km da comunidade Carrapato, e cerca de 31 km da cidade de Mateiros. A maioria das pessoas são católicas e seu morador mais velho é conhecido como Liano, sujeito mencionado em vários outros momentos, e que seus relatos evidenciam situações importantes:

Me chamo Leandro Pereira da Silva, hoje não estou andando mais, estou sem movimentar as pernas e as mãos direito, tenho 4 filhos, 3 moram no Jalapão, e uma mora em Brasília, até já tem netos, mas não conheço ainda.

Meu filho mais velho também perdeu os movimentos das pernas. E tem um monte de netos por aí, que não dou conta nem de contar, contando com bisnetos e tataranetos. E eu fui nascido e criado na comunidade Formiga, criado pela mãe,

Minha mãe era mulher da vida (ou seja, no dizer dele, solteira). E o pai era de Ponte Alta. Mas ela já morava lá, na Formiga.

Não tenho lembrança de meus avós, meu filho tá lá na Formiga, eu vim pra cá porque estou adoentado. Mas sou o mais velho desses lugares, nem na cidade do Mateiros, não tem quase ninguém mais velho do que eu, é tudo menino perto de mim, vai ter um ou outro na Mumbuca ou na Fazenda Nova. Da idade que estou, tenho até umas lembranças. Acostumado banhar no córrego Formiga, quando criança, era limpo lá, nascido e criado lá. Tenho até pouco primo, alguns lá no Córrego Fundo, já trabalhei pelo Córrego Fundo, Ponte Alta e Lagoa do Tocantins, mas sempre tive minha casa aí no Formiga. Tenho muito sobrinho por aí.

Mas, não sei por que chamam de formiga, já perguntei os mais velhos, mas não descobri não, quando alcancei, já via o povo chamando de formiga, mas lá por cima tem um córrego chamado Ambrósio que também não sei.

Na minha terra tinha de tudo, mandioca, milho, feijão, a fava, e várias outras coisas da roça. Então, a terra tem que ter um sinal para os filhos e para os netos, ali que está nosso suor, lugar de trabalhar, minha vontade é de continuar lá, e minha vontade é que os filhos e os netos também, que vão morar lá, os mais novo agora estão na cidade para estudar, mas quando terminar, tem que voltar né, pra voltar pra de junto dos pais. E a terra pra mim sempre foi boa, pois fiz minha idade lá, nasci e cresci, e a terra é rica, tem quem diga que é pobre, mas pra mim é rica.

Mas essa história de quilombola eu não sei o que, não sei o que é ser quilombola.

Mas, sou católico, era até folião, sei bater tambor, eu quando estava aprendendo fui numa folia, e bati melhor que um outro, e eu estava aprendendo e já batia dos dois lados, aí peguei gosto pela coisa. Até lá por Minas bati tambor nas folhas de lá.

É coisa que aprendi só, pois não tive instrução, então não sei ler nem escrever, teve uma professora por lá, aí me perguntou se eu sabia o que era o “a”, eu disse que não sabia, mas sabia o que era o “b”. O “b” é adiante do “a”, mas eu sabia o “b”. O corpo da gente tá assim né, mais a palavra tá a mesma coisa (LIANO. Depoimentos. Entrevistador: Jonathas Adonias Xavier, 2019).

Seu Liano mora na comunidade Formiga, é o mais velho da comunidade, devido problemas de saúde, tem ficado na cidade de Mateiros, ou lugares mais próximos, para facilitar o acesso às suas necessidades médicas. Desde quando iniciamos nosso contato com a comunidade Formiga, a sua situação de saúde tem se agravado, há uma grande generalização entre parentes, a maioria primos.

A sua importância é primordial, pois é o folião mais experiente, e notamos que esses saberes, ele tem repassado para seus filhos, inclusive, seu filho mais novo é o tocador de tambor atualmente, executando práticas que aprendeu com seu pai, e é transferido para alguns dos mais jovens, que acompanham atentos as folias.

Inclusive, há quem reconheça a importância dos saberes de Liano, saberes que são aqui homenageados na poesia escrita por Ana Mumbuca.

### **O tambor no Jalapão**

Tambor de muitos sons  
Tambor do seu Liandro  
O som que existe em nós  
O tambor que não anda só

Sei como aprendo  
Nós estamos aqui  
Nestas andanças da vida  
Da Firmeza ao Formiga, os sons faço ouvir

Este tambor não é só meu  
Sozinho ele não andará  
Passará por trivialis, mas não acabará  
Nas lembranças da vida, alauza ele sempre fará

Ele não é só de outrora  
Este tambor é dos tempos do futuro e de agora  
Ele é turudo, mesmo quando eu for embora  
O som é do tambor!  
O tambor é do som!

Fotografia 3 - Afinando tambor para que seu filho continuasse com seu legado nas folias da comunidade Ambrósio.



Fonte: Xavier (2018)

Poesia de: Ana Claudia Matos (Ana Mumbuca)

### 3.4 Territorialidade da comunidade Ambrósio

A comunidade Ambrósio fica a cerca de 7 km da comunidade Carrapato, e cerca de 32 km da cidade de Mateiros, é a comunidade de acesso mais difícil. A maioria das pessoas são católicas e devotas do Bom Jesus da Lapa, santo que a comunidade reverencia com festas. No período das festas, muitas pessoas que residem em outras comunidades e na cidade vão para o festejo, os moradores da comunidade Formiga são os mais envolvidos, além dos moradores da comunidade Ambrósio. Transformando a situação também em um momento de encontro entre parentes e amigos, há uma grande motivação em frequentar as festas todos os anos, sendo um período muito esperado por todos.

A festa religiosa, costuma durar cerca de 10 dias no mês de julho, e são preenchidas com vários momentos, como as novenas, missas, conversas, a retirada do mastro, transporte do mastro até o local onde será levantado, e o dono da casa ou da festa no último dia após a missa disponibiliza um jantar a todos os convidados, jantar que percebemos ser preparado da melhor forma possível, com comida abundante, geralmente uma vaca é ofertada para a festa e posteriormente há um forró. Na comunidade Ambrósio e Mata, a festa ocorre no mesmo dia.

A festa é muito motivada, e seus acontecimentos acompanhados pelos mais velhos, neste caso seu Liano, que curiosamente é o morador mais velho da comunidade Formiga, atribuía as dicas mais importantes, vários de seus filhos, netos ou sobrinhos residem e compõem a comunidade Ambrósio, processo que é evidenciado nas imagens a seguir:

Fotografia 4 - Crianças acompanhando o processo de retirada do mastro



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 5 - Transporte do mastro até o local da festa



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 6 - Travessia do mastro pelo rio Ambrósio



Fonte: Xavier (2018)



Fotografia 7 - Montagem do mastro



Fonte: Xavier (2018)

Na comunidade Ambrósio, há outros sujeitos que chegam posteriormente à composição dessas famílias, chamamos de agregados ao território, que são pessoas que tem origem tanto de outras comunidades como migrantes, a maioria nordestinos. São famílias que usam o território, devido a um fenômeno que provavelmente chegou um pouco antecipado para eles, nas terras onde antes habitam.

O fenômeno de migração circular então se esboça. Em 1980, 11, 5 milhões de famílias não dispunham de terra ou já não sobreviviam em pequenas propriedades. Isso significa que um terço da população, cerca de 40 milhões de pessoas, estavam em permanente migração, tentando fixar-se no campo, mas frequentemente não o conseguindo. É um novo patamar do êxodo rural, devido a uma combinação explosiva de uma estrutura fundiária arcaica em zonas agrícolas tradicionais e da modernização capitalista do campo em zonas dinâmicas e em áreas de colonização agrícola e de ocupação recente (SANTOS, SILVEIRA, 2016, p. 213).

Esse processo de migração é um dos fatores que irá proporcionar a chegada de moradores na comunidade da Mata<sup>32</sup>, migrados da Bahia, fugindo da fome e a procura de melhorias de vida, porém neste caso, os migrantes chegam ainda na década de 1970. Ao chegar no Jalapão, ocupam terras para produzir, situação que não ofereceu risco ao cotidiano quilombola, inclusive esses produtores rurais se integraram ao território quilombola, relacionando no que diz respeito a produção, e até constituindo famílias com os quilombolas que já existiam, construindo vínculos de parentesco sem conflitos agravantes, proximidade que será mais comum entre os moradores da comunidade Ambrósio.

Porém o morador mais velho da comunidade Ambrósio é seu Fulô. Personagem muito importante de nossa pesquisa, que aqui lhe daremos oportunidade de fala, e provavelmente saiba expressar de forma mais contundente o que é a comunidade Ambrósio e seu território, segundo colocações a seguir:

Sou sobrinho de Liano, meu nome é Florêncio Gonçalves. Minha mãe é prima carnal de Liano, e meu pai morava em Ponte Alta, mas minha mãe continuou morando aqui com os filhos. A mãe de Liano é prima carnal de minha mãe, e a mulher do meu avô era irmã da mãe de Liano. Mas não me lembro muita coisa dessa avó minha.

Mas eu sempre morei aqui na região, nascido e criado, não nasci em hospital. E tenho 86 anos, moro sozinho atualmente. E tenho 4 filhos que moram na cidade, mas cada um tem casa por aqui também. Inclusive saíram daqui hoje para a cidade, pois estavam trabalhando na roça.

Mas, dizem que aqui é quilombola né, e acho que quilombola é negócio de índio, e por aqui era tudo índio.

O rio é muito bom, mas o motivo do nome dele eu não sei, quando meu avô mudou para o lugar, o rio já se chamava Ambrósio. Meu avô morou aqui e criou todos seus filhos aqui, e morreu aqui.

Neste caso, também não quero mudar daqui, daqui só para o cemitério mesmo, por que não tem outro jeito, também já estou velho, ruim das vistas, e se eu sair é pior. Por que a gente chega nos lugares aí e não temos muito costume, dessa maneira, e a gente nascido e criado no lugar é melhor. Perto dos parentes da gente, às vezes um ajuda o outro, e aqui tem os primos que ajuda a gente com alguma coisa.

Meu avô mesmo sempre ficou por aqui, ele se chamava João Firmino, nascido e criado aqui, assim como meu pai, mas não me lembro o nome completo. Ele caçou muito pra criar os filhos, diferente de como é hoje, era bom de caça, e plantou roça nessas capoeiras daqui tudo.

Não me lembro muito de minha vó, porque era muito pequeno, mas chegou pra cá faz muito tempo, dizem que vieram da Bahia correndo da fome.

Assim como eles, ou católico, sempre frequentei os festejos daqui, como folião, tocava pandeiro, e sou devoto do Bom Jesus, que a gente reza todo ano. Inclusive meu avô e meu pai também eram foliões.

Também sempre plantei nessas roças aqui, até uns 3 anos atrás, mas as vistas foram ficando ruim e não aguentei mais trabalhar. Como não planto mais, compro as coisas de comer em Mateiros, com o dinheiro da aposentadoria, mas a mandioca sempre tem por aqui.

---

<sup>32</sup> Recebe este nome, por haver no local com uma mata mais densa e fechada. Porém ela não aparece como comunidade quilombola nos dados disponibilizados pela FCP.

Mas, nós fomos criados aqui na dureza, e ainda estamos. Nunca ouvi nada a respeito sobre escravo. Mas aqui eu admirava como a natureza sempre nos ajudou, porque as coisas eram difíceis, mas hoje está muito mais fácil.

Pois, tem os turistas, que estão ajudando o pessoal, por causa do dinheiro. Mas, eu não tenho muito contato com turista.

Devido o que nós temos aqui, que é nossa terra, mas tem esse povo entrando aí, eu não sei como é que eles estão fazendo não, querendo desapropriar a gente. Assim, nós mesmos nem tanto, mas lá pro Formiga.

Uma vez Agimiro vendeu pra um rapaz, e nós achando que ele estava era bom, parecia boa pessoa, mas começou a dizer que comprou isso aqui tudo, e foi pegando e vendendo. Mas o pior que quem mora fora, chega dizendo que é dono de terra que não é, e acho que quem tá vendendo, tá vendendo sem assinatura, porque nós aqui, ninguém deu assinatura.

E a terra pra mim, é mãe né, porque fui nascido e criado aqui, é mãe. E estou sobrevivendo até agora, graças a ela, é como dizem, é uma mãe mesmo (GONÇALVES. Depoimentos. Entrevistador: Jonathas Adonias Xavier, 2019).

Ao verificar a documentação como identidade e certidão de nascimento de seu Florêncio, na intenção de averiguar se havia registros de seus ancestrais, as origens de sua avó indicavam Mateiros – Bahia. Percebemos que o dia de nossa entrevista era o dia do seu aniversário, dia em que completava 86 anos, o aniversário era dele, porém nós que fomos presenteados com sua presença, seus relatos e memórias, e um café ao qual nos convidou para tomar, café que ele mesmo fez, mesmo sem enxergar direito. Por não estar ciente do dia da semana e do mês, nem se lembrava que aquele era o dia de seu aniversário.

Fotografia 8 - Senhor Fulô na simplicidade do cotidiano



Fonte: Xavier (2019)

Na casa do sr. Fulô ainda não possui energia elétrica, afirma que vão colocar agora, só não sabe quando exatamente.

Mais adentro, em regiões de difícil acesso, lugares que somente é possível chegar a pé, nos deparamos com famílias em seus momentos diários, onde realizamos um curto diálogo e deparamos com as seguintes falas de um quilombola sobre a importância da terra: "...para mim é muita coisa, é o lugar que a gente tem para trabalhar, plantar o feijão, a mandioca, tirar o nosso sustento. Não quero vender, negociar, nada, só quero sobreviver nela..." (Informação verbal).

É a colocação de um pai de 7 filhos, os filhos no período das aulas ficam em Mateiros para estudar, a família recebe o benefício Bolsa Família<sup>33</sup>, e mantém a produção da terra para o consumo próprio, e o excedente é vendido para complementar a renda. Confeccionam artesanatos, fazem diárias para outros fazendeiros e não possui ligação ou vínculo com os turistas.

Devido tais situações, percebemos que é uma luta pela terra, mas não somente, é também pelo território como um todo, pois o pertencimento à terra implica em uma formação cultural e de identidade que cotidianamente é defendida e reafirmada. A exposição desses relatos, acreditamos ser mais precisas que nossas observações e abre uma diversidade de situações para interpretações.

### **3.5 Modo de produção no território quilombola**

A produção quilombola é uma questão indissociável do território e elemento essencial para a manutenção humana, um processo que possui importantes contribuições das mulheres.

A mulher que, possui um papel fundamental nesse processo, quando os homens vão para a roça trabalhar ou caçar, as mulheres ficam em casa cuidando das crianças, cuidando da horta, ou para fazer as refeições, ou confeccionando artesanato, porém, nem sempre foi assim, anteriormente as mulheres iam, e ainda vão, para a roça com os maridos e filhos, prontas e dispostas a pegar no trabalho pesado e fazer o que for preciso para manter a produção necessária para o sustento da família, situação representada nas imagens a seguir:

---

<sup>33</sup> Para alguns quilombolas, o auxílio da Bolsa Família é a única forma fixa de obtenção de dinheiro, a vista que, as vezes a produção não é tão abundante, sendo insuficiente para o comércio.

Fotografia 9 - A labuta da mulher, lenha para o preparo das refeições



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 10 - Atuação da mulher na produção de farinha



Fonte: Xavier (2019)

Se trata de uma produção pautada na organização familiar, que não possuem capital social e prerrogativas necessárias ao desenvolvimento, como educação, crédito e informação. Geralmente se trata de produtores inseridos, de acordo com reflexões de Fabrini (2011), mesmo que inconscientemente na luta dos movimentos sociais<sup>34</sup>, se configurando como resistência ao “desenvolvimento territorial”.

A seguir, fotografias de um pilão, item que representam a produção dos quilombos:

Fotografia 11 - O pilão é uma ferramenta histórica, representa a produção dos primeiros quilombos



Fonte: Xavier (2019)

---

<sup>34</sup> Para Bombardi (2003), a geografia agrária tem atribuído novas perspectivas aos movimentos sociais no campo, reconhecendo os conflitos agrários numa perspectiva de classes, e atuações coerentes, tendo em vista que a geografia oficial, sempre foi pautada num ponto de vista colonialista, porém essa característica não é unicamente da geografia, ao utilizar-se de Reclus, a autora afirma: “...a divisão da terra em latifúndio, tornou-se regra em certas regiões, onde os verdadeiros trabalhadores são quase sempre excluídos de qualquer parcela de posse no território produtivo” situação que muitas vezes se configura como a ruína da população e da própria terra.

As diversidades que permeiam o meio econômico e social das comunidades, possui na atualidade uma grande influência externa, que decide valorizar aquilo que acham viavelmente econômico, nessa proposta que o artesanato do capim dourado surge como uma atividade econômica, uma atividade econômica e cultural.

Pois, a produção local é repleta de contradições que podem ser elaboradas em colaboração ou no conflito, a partir de visões gerais ou particulares, sendo aspectos influenciáveis na construção da produção, também contraditória de idéias políticas, através de interesses corporativos, privatistas e de interesses coletivos.

Assim:

A Globalização, amplia-se a variedade de tipos econômicos, culturais, religiosos e linguísticos, multiplicam-se os modelos produtivos, de circulação e de consumo, segundo qualificações e quantidades, e também aumenta a variedade de situações territoriais (SANTOS; SILVEIRA, 2016, p. 287).

O território, considerado como território usado, é objeto de divisões de trabalho superpostas, assim a base territorial possui uma produção e circulação, influenciada por fatores locais e nacionais, nesse sentido, que tentamos expor a diferenciação das práticas tradicionais, que estão intimamente ligadas as necessidades locais, uma dialética entre homem e meio.

Porém, há uma tentativa, principalmente midiática de valorizar as interferências externas na produção local. Existindo assim, no território uma força de desarticulação sobre a coletividade quilombola, onde desvalorizam a base produtiva dessas comunidades e revalorizam outras práticas que não abarcam a maioria dos sujeitos que ali existem, caso que ocorre na supervalorização do turismo.

Fator influenciado pela mídia e a publicidade, uma inovação contemporânea que impera no meio imagético, valorizando as características paisagísticas e omitindo o meio social.

Assim, evidenciam as potencialidades que podem ser proporcionadas pelo turismo, mas, não se deve omitir o uso que a sociedade faz, por exemplo, da paisagem e como por meio de suas ações acrescenta a eles um conteúdo cultural, tornando a transformação da natureza como formas de identidade e de memória. Situações que os moradores locais realizam de forma sustentável a mais de século, porém pode tomar novos rumos com a supervalorização de novas práticas, como é o caso do turismo. Modificando a tradição de pessoas que sempre se dedicaram a uma produção não voltada para o consumo capitalista e intima ligação com suas ações

culturais tradicionais, como é o caso das festas, passando a se dedicar à novas práticas.

Práticas que afetam na forma de produzir, e distanciam cada vez mais o trabalhador da produção baseada em suas técnicas de trabalho, e cria novas relações de produção, pois:

As relações de produção são na essência relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. São, portanto, relações sociais de produção. Essas relações são a essência do processo produtivo. Elas são estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção. Os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

São relações que estão no modo de vida quilombola, e despertam comentários e afirmações de leigos ou interessados em desarticular a organização das comunidades, são afirmações que não condiz com a realidade, pois chamam os quilombolas de preguiçosos, sem o que fazer, e até afirmam que são pobres por opção. Na tentativa de desconstruir essas afirmativas fizemos um levantamento do que esses quilombolas produzem ou extraem da natureza, então chegamos ao levantamento dos seguintes itens produzidos e extraídos

Abacate – alimento.

Abóbora – alimento.

Abacaxi – alimento.

Acerola – alimento (consumo da fruta, e extração da poupa para suco e sorvetes).

Algodão – remédio (antes era utilizada para fiar).

Andú – alimento (similar ao feijão, geralmente substitui o feijão em refeições).

Arnica – remédio.

Arroz – alimento.

Babosa – remédio.

Bacaba - alimento (consumo da fruta, suco da fruta, extração do óleo).

Banana – alimento.

Batata doce – alimento.

Batata de purga – remédio.

Batata Jalapa – remédio.

Batata Jalapinha – remédio.

Buritirana – alimento (suco extraído da fruta).

**Buriti** – remédio e alimento.

A fruta: além do consumo direto da massa com farinha ou leite, a massa serve também para fazer doce, suco, sorvete. O óleo que serve para queimaduras, câncer, gripe, problemas no coração, colesterol, ou até mesmo para frituras.

A madeira: é utilizada na confecção de artesanatos, móveis e utensílios como: bancos, sofá, cama, cestas, balaios, tapiti, peneira, quibane.



A palha: é utilizada na cobertura de residências, nas paredes da casa, retiram a sêda para confeccionar cordas, ou linhas para costuras artesanatos, existem também redes, esteiras e carocha.

Cagaita – alimento (extração da poupa para sucos ou sorvete).

Cana: alimento (consome a cana in natura, faz o suco da cana, conhecido como garapa, e a fabricação de doces como a rapadura).

Caju: alimento e remédio.

A fruta: consomem a fruta, fazem poupa da fruta para fazer suco, sorvetes, doces.

A folha: é utilizada em remédios, chá para dores.

A casca da árvore também serve para remédios.

A castanha: pode ser consumida assada, ou retirada o óleo.

**Capim dourado** – artesanato.

Capim Santo – remédio.

Carne de gado – alimento.

Cebolas – alimento (temperos).

Coco da Bahia – alimento.

Coentro – alimento (temperos).

Dente de Leão – remédio.

Estomazil – remédio (para problemas no estômago).

Feijão – alimento.

Folha Santa – remédio.

Frangos – alimentos.

Gervão – remédio.

Graviola – remédio.

Hortelã – remédio.

Inhame – alimento.

Lima – alimento e remédio. (Consumo da fruta, ou confecção de chá).

Limão – alimento e remédio. (Consumo da fruta, extração para sucos ou sorvetes, utilização das folhas para remédio).

Limão de bico – alimento e remédio

Laranja – alimento e remédio.

Macaúba – alimento (a massa e o coco da fruta são consumidos ou extraída a poupa para fabricação de sorvetes).

Malva Doce – remédio.

Malva grossa (Hortelã Grande) – remédio.

Mamona – remédio, (extração do óleo para utilizar em feridas e estômago).

Mandioca – alimento (farinha de mandioca, puba, polvilho, mandioca in natura, e etc).

Manga – alimento, (extração da poupa para confecção de sucos e sorvetes).

Mangaba – alimento (o leite serve para confecção de bixigas, borracha, cola).

Manjeriçã – remédio.

Maracujá – alimento e remédios.

Maxixe – alimento.

Melancia – alimento.

Mexerica – alimento.

Mulatinha – remédio.

None – remédio.

Pão da vitória – remédio (para o coração).

Peixes – alimento.

Pepino – alimento.

Pequi – alimento (consome a massa da fruta, que também pode ser extraída para a industrialização da poupa da fruta para a produção de sorvetes, extrai também o óleo da fruta e do caroço, há também a farofa do caroço).

Pião Branco – remédio.

Piaçava – alimento e remédio (coco para consumo, para extração do óleo, e a palha é utilizada na confecção e cobertura de casas).

Romã – remédio.

Transsagem – remédio.

Urucum – alimento e remédio (para o coração e corante).

Xixá – alimento (uma espécie de coco).

Os itens citados, recebem os nomes que é conhecido pelos moradores locais, e são cultivados nos quintais de residências diferentes ou roças.

O buriti é encontrado nas veredas, e provavelmente seja um dos itens de maior importância, pois, além dos alimentos que podem proporcionar, é utilizado na confecção de artesanatos e na construção e mobília das casas:

Fotografia 12 - Buriti colhido nas proximidades



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 13 - Extração do óleo do buriti



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 14 – Cozinha e mobília confeccionada a partir do buriti



Fonte: Xavier (2017)

Fotografia 15 – Mesa de buriti e cabaça com caju nativos



Fonte: Xavier (2017)

Fotografia 16 – Cesto partes do buriti, telhado de piaçava



Fonte: Xavier (2019)

O pequi, fruto típico do cerrado, no período de sua produção é constantemente utilizado na culinária, ou em períodos posteriores, devido formas artesanais de armazenamento.

Fotografia 17 - Armazenamento de caroços de pequi



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 18 - Pequi que será utilizado na extração do óleo ou produção de farofa



Fonte: Xavier (2019)

A mandioca é um dos itens mais produzidos no Brasil, por pequenos agricultores, é de fácil adaptação ao solo, e possui uma variedade de alimentos derivados como: farinha, polvilho, e etc... uma produção que corre na maioria das vezes de forma artesão, como expõe as fotografias a seguir:

Fotografia 19 - Confeção de um tapiti<sup>35</sup>



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 20 – Quilombola colhendo mandioca



Fonte: Xavier (2019)

---

<sup>35</sup> Artefato de bambu ou buriti, utilizado para prensar e secar massa de mandioca.

Fotografia 21 - Equipamentos artesanais utilizados na produção de farinha (tapiti, bacia de pneu reutilizado, ralo de lata de óleo)



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 22 – Ralo, peneira e prensa artesanal, tapiti, cocho de tronco de árvore



Fonte: Xavier (2015)

A cana já foi bem mais produzida, e seus derivados substituíam o açúcar que hoje é comprado em supermercados, a cana atualmente é muito utilizada para fabricação de rapadura e os engenhos manuais normalmente foram substituídos por máquinas elétricas como evidenciamos a seguir:

Fotografia 23 - Partes de um antigo engenho.



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 24 - Forno de barro



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 25 – Forma para produção de rapadura



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 26 – Rapadura pronta para comercialização



Fonte: Xavier (2018)



Fotografia 27 - Gamela utilizada na produção de rapadura



Fonte: Xavier (2018)

Algumas pessoas criam gado, poucas cabeças de gado, para o consumo ou para o comércio em momentos de dificuldade financeira, devido as dificuldades no serviço de distribuição de energia elétrica, são adotados formas tradicionais no armazenamento da carne, como evidenciamos a seguir:

Fotografia 28 - Processo utilizado para a conservação da carne



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 29 - Carnes secando ao sol



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 30 - Limpeza do intestino de gado no rio



Fonte: Xavier (2018)

O objetivo de expor essa diversidade de utensílios é primeiramente de reafirmar que os quilombolas não são preguiçosos, pois inclusive, sempre procuram alternativas para driblar as necessidades, tanto que estão no território há muito tempo. Pretende-se também, demonstrar como a produtividade local e natural é intrinsicamente ligada à manutenção e produção quilombola. Uma produção que depende intimamente da posse e uso da terra, baseado na sustentabilidade e força de trabalho de pessoas que pouco possuem a utilização de ferramentas tecnológicas com a finalidade de industrialização. E se trata de uma produção diferenciada, e pouco dependente de políticas públicas ou de interferência do Estado.

Pois, tanto a alimentação quanto as questões que desrespeitam a saúde, eram resolvidas na própria comunidade, a partir dos recursos naturais que produzem nas comunidades, inclusive uma moradora de outra comunidade quilombola que aqui não destacamos, afirma que chegou a ter acesso a serviços públicos de saúde somente após os 50 anos de idade.

Situação diferente de certas reproduções de discursos de latifundiários preconceituosos, que estão sempre atribuindo características negativas para os quilombolas, de que são preguiçosos, “não servem nem para procriar”<sup>36</sup>, ou não possuem uma produção digna para o sustento humano, um discurso que é realizado por sujeitos interessados na aquisição de terras, para legitimar o que Oliveira (2007), destaca como: aquisição para especulação imobiliária, pois muitas vezes o interesse não é colocá-la para produzir.

Essas comunidades sempre sobreviveram devido ao seu esforço, pois o Estado, sempre se absteve, e é muito característico do Estado se abster de sua responsabilidade social, inclusive afirma que essas comunidades são insuficientes e impedem o progresso, discurso que serve de base para a expropriação<sup>37</sup>.

Porém, há uma produção constante e diversificada no território dessas comunidades, que com o intuito de otimizar e atribuir melhor aproveitamento da área, o produtor utiliza de um sistema de consorciação de culturas como: arroz, feijão, mandioca, milho, melancia, e etc. E a terra é trabalhada da forma mais

---

<sup>36</sup> Falas de um candidato à presidência da República.

<sup>37</sup> Situação decorrente do fato que o país tem se declarado oficialmente europeu, uma estratégia para se omitir a influência indígena e africana na sociedade brasileira, automaticamente negando a retratação histórica exigida por essas identidades que mais contribuíram para a formação do Brasil (Anjos, 2007, p. 75).

Para Abreu; Oliveira (2012), Políticas públicas para comunidades do campo sem trazer a perspectiva e a inviabilização de mobilidade, não contribui de forma satisfatória para a construção coletiva de comunidades com produtividade em pequena escala e de base familiar.

diversificada possível, no sistema de roça-de-toco, na maioria das vezes respeitando os padrões de sustentabilidade, e há pouca utilização de implementos agrícolas, nem agrotóxicos e ou venenos para o controle de ervas daninhas, pragas e doenças. As imagens a baixo expõem um pouco da diversidade que é produzida:

Fotografia 31 - Cultivo de Banana, abacaxi, mandioca, e etc.



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 32 - Cultivo de milho, arroz e mandioca em roça-de-toco



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 33 - Cultivo de milho em sistema de irrigação conhecido como alagamento



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 34 - Cultivo de mandioca, melancia e arroz



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 35 - Cultivo de melancia prontas para serem colhidas



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 36 - Cultivo de melancia e abóbora



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 37 – Cultivo de mamona e batata doce



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 38 - Cultivo de cana, mandioca e banana.



Fonte: Xavier (2018)

O sustento das pessoas é em maioria resultado da produção local, onde o feijão, arroz e mandioca, são os itens mais cultivados. Esses itens geralmente são cultivados nas roças, ou nos quintais<sup>38</sup>, onde também cultivam hortaliças ou plantas medicinais que estão presentes em todas as casas, na culinária do cotidiano e nos festejos, uma diversidade de produtos como expõe as figuras a seguir:

Fotografia 39 - Preparo da terra para produção e manutenção de hortaliças.



Fonte: Xavier (2017)

Fotografia 40 – Horta cultivada no quintal da casa.



Fonte: Xavier (2019)

---

<sup>38</sup> Ao entender o quintal como lugar, uma categoria bem definida por geógrafos, Pereira; Almeida (2010), afirma que os quintais são lugares onde ocorrem as experiências, as práticas dos saberes e as mulheres podem deixar suas marcas ao perpetuarem os saberes sobre as plantas, passando-os para novas gerações. Sendo o quintal, um lugar que tem um significado, pois as plantas, são comuns de sua vivência.



Fotografia 41 - Colheita de itens produzidos na horta como, temperos e ou plantas medicinais



Fonte: Xavier (2017)

Fotografia 42 - Produtos diversos como açafraão, taióba.



Fonte: Xavier (2018)

Se trata de uma utilização dos recursos que estão disponíveis, inclusive, Fabrini (2011), afirma que no contexto agrário no Brasil os sujeitos ou grupos sociais que possui precário domínio sobre o espaço, sobrevivem em uma perspectiva em que o território se constitui a partir da produção de mercadorias que se nutre e deriva da força local. Um processo em que o desenvolvimento e a produção local expressam a força do território, permitindo aos pequenos se inserirem em diferentes escalas e cadeias produtivas.

Todavia, com este levantamento, evidenciamos justamente o inverso do que é afirmado pelos discursos preconceituosos, o que ocorre é que essas comunidades sobrevivem a muito tempo, sem depender de ações ou serviços públicos. Bem como

a pouca dependência de produtos vindos do comércio urbano, há um consumo, porém não é integral, e sim uma complementação a produção quilombola<sup>39</sup>. Esses sujeitos sociais à margem da sociedade, possuem um estilo de vida que, Costa; Lira (2018), denomina como uma territorialidade baseada na produção da vida imediata, com uma produção voltada para suprir suas necessidades, e geralmente não explora ninguém para a manutenção da produção. Assim, a territorialidade toma forma a partir da utilização que esta classe social atribui ao território, um processo dinâmico que conduz a formação da identidade.

Fotografia 43 - Pequeno produtor descascando mandioca com a esposa e os filhos para produção de farinha para o consumo próprio



Fonte: Xavier (2019)

Na maioria das casas ainda são construídas de forma rústica, com cobertura de palha de piaçaba ou de buriti, e paredes de adobe, taipa ou pau a pique, materiais que são trabalhados no local, por moradores locais. Há algumas residências que já foram construídas com tijolos e telhas industrializados, mas o custo desses materiais é alto, devido a distância e péssimas condições das estradas, que dificultam o transporte, nestas condições existem várias formas de construir moradias, como evidenciamos nas fotografias a seguir:

---

<sup>39</sup> Calheiros; Stadtler (2010) afirma que, a partir de diversas críticas, tem se construído uma compreensão de que se trata de um desenvolvimento associado às dimensões do local e do sustentável.

Fotografia 44 - Casa, semelhantes a 2 casas, porém uma é a sala e os quartos, a outra é a cozinha



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 45 - Interior da casa.



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 46 - Fabricação de tijolos de adobe



Fonte: Xavier (2017)

Fotografia 47: Armazenamento de tijolos de adobe



Fonte: Xavier (2018)

Fotografia 48 - Construção de casa de adobe.



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 49 - Casa de pau a pique.



Fonte: Xavier (2019)

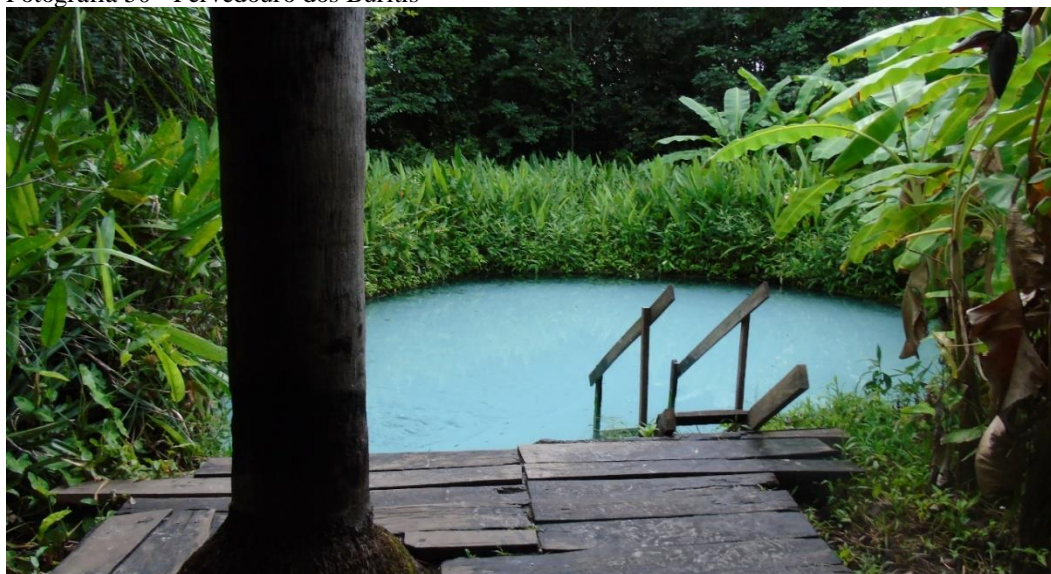
### 3.6 O turismo regional, artesanato e piscinas naturais: complementação de renda ou a indústria do turismo?

Há no território alguns pontos turísticos administrados por pessoas que não são naturais do lugar, mas aqui serão expostos alguns pontos que são administrados por moradores locais. Situação que é exposta em falas como: “Antes, ninguém queria saber de Jalapão, ninguém queria vir para cá, ninguém queria ser daqui. Hoje, todo mundo quer nossa terra” (Informação verbal).

Ao visitar algumas residências, nos deparamos com um senhor idoso, mas que ainda trabalha arduamente na roça, recentemente tem descoberto alguns possíveis pontos turísticos, no caso em questão alguns fervedouros, porém tem receio de não conseguir administrar, inclusive cogitou a hipótese de venda ou arrendamento. Fato que tem ocorrido em várias comunidades, uma espécie de expropriação realizada por sujeitos externos, “forasteiros”, de fora da região, sujeitos que procuram comprar propriedades com pontos turísticos.

Os moradores, impossibilitados de ter melhorias de vida devido o descaso público, e não possuem técnicas ou recurso financeiro para administrar ou realizar a manutenção dos pontos turísticos para a recepção de turistas. Após a expropriação, os antigos donos ainda são contratados para ser funcionários, situação que chega a ser intrigante, como pode, os donos da terra serem empregados em seu lar natural, enquanto o “forasteiro” enriquece às custas do território e do trabalho do morador local quilombola. Os pontos turísticos a serem expostos a seguir, se localizam nas comunidades e são administrados por moradores locais.

Fotografia 50 - Fervedouro dos Buritis



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 51 - Balneário Rigação, administrado por um quilombola



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 52 - Fervedouro que ainda não está licenciado para receber turistas.



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 53 - Fervedouro Rio Sono



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 54 - Possível fervedouro futuramente.



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 55 - Fervedouro Encontro das Águas, recebe esse nome devido ser localizado no encontro entre os rios Sono e Formiga



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 56 – Quilombola administrador do Fervedouro do Buritizinho na comunidade Formiga



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 57 - Cachoeira da Formiga



Fonte: Xavier (2019)

Na comunidade Carrapato há uma loja de artesanato, onde vendem cerca de 1000 R\$ a 1500 R\$ de peças por mês, o artesanato é confeccionado por várias pessoas, das comunidades Carrapato, Formiga, Ambrósio e Mata. Cada pessoa confecciona de 4 a 6 peças por mês, por ser uma atividade detalhista, e ainda é necessário cuidar das crianças, acompanhar o esposo na roça, fazer comida, e cuidar da horta ou plantas que são cultivadas no quintal. Nesse sentido, o capim dourado se configura como um complemento para a renda dessas famílias, para compra de utensílios básicos.



Fotografia 58 - Loja de artesanato na comunidade Carrapato



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 59 - Produção do artesanato de capim dourado



Fonte: Xavier (2019)

“O artesanato do capim dourado trouxe sorte para o povo, as coisas melhoraram mais, e a nossa renda melhorou um pouco” (Informação verbal).

O artesanato do capim dourado e o turismo surgem como forma de complementação de renda, ou uma alternativa para a aquisição de dinheiro, que também pode ser adquirido através da prestação de serviços a fazendeiros próximos. Adiante, fotografias que expõem vários itens confeccionados a partir do capim dourado:

Fotografia 60 – Chapéu e capim dourado



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 61 – Chapéu e cestos



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 62 – Bolsa e cestos



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 63 – Brincos, tiaras e colares



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 64 – Cesto



Fonte: Xavier (2019)

Fotografia 65 - Potes



Fonte: Xavier (2019)

Por contribuir com a criação de várias práticas comerciais, o turismo<sup>40</sup> recebe bastante destaque, e devido às novas potencialidades econômicas, tem provocado a ascensão econômica de algumas famílias, e impulsionado a procura por artesanato.

Porém o turismo assume aspectos negativos<sup>41</sup>, como o aspecto em que promove fragmentações de interesses entre as pessoas, inflama a disputa por territórios com possíveis pontos turísticos, o individualismo, e até mesmo o despertar da atenção de sujeitos externos interessados em expropriar para explorar pontos paisagísticos, inclusive, as funções que mais lucram como: guias ou a venda de

---

<sup>40</sup> Chagas (2007), faz uma análise importante sobre o turismo no Jalapão, seus impactos e políticas territoriais baseadas no turismo, e as estratégias para amenizar seus impactos no meio ambiente, pouco são articuladas com as pessoas que ali vivem.

<sup>41</sup> Anjos (2007) alerta que, interferências econômicas externas trazem problemas diversificados como: lixos inorgânicos, doenças e a exploração de forma irresponsável do potencial natural.

pacotes turísticos são administradas por empresas, na maioria das vezes de fora, dados evidenciados no quadro a seguir:

Quadro 2: Relação de agência de turismo licenciadas

| <b>N</b> | <b>EMPRESA</b>                              | <b>REQUERENTE</b>                             |
|----------|---|---|
| 1.       | JALAPA ADVENTURE ECOTUR                     | JALAPA ADVENTURE ECOTUR                       |
| 2.       | JALAPÃO EXTREMO                             | ALEX P. SIQUIERA – ME                         |
| 3.       | SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO AR TOCANTINS     | SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC – TOCANTINS |
| 4.       | SERVIÇO TURISTICO - LAZARA MARIA DA SILVA   | DONA LAZARA DO JALAPAO                        |
| 5.       | FAZENDA SUCURI                              | DEUZENE PEREIRA DIAS                          |
| 6.       | CERRADO DOURADO EXPEDIÇÕES                  | JORDANY REZENDE DA SILVA BATTISTELLA          |
| 7.       | JALABOB TURISMO                             | WARLLEY RODRIGUES SANTOS                      |
| 8.       | REALIZE VIAGENS E TURISMO                   | REALIZE VIAGENS E TURISMO                     |
| 9.       | NORTE TUR                                   | NORTE TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA- ME       |
| 10.      | JALAPAO ECOLOGDE                            | DORAVANTE TURISMO LTDA – ME                   |
| 11.      | JALAPÃO 4X4 TURISMO E AVENTURA              | MARIA RAIMUNDA COELHO LOPES                   |
| 12.      | JALAPÃO SILVA TURISMO                       | SILVIO ANTUNES DA SILVA                       |
| 13.      | QUERENTA GRAUS NO CERRADO TURISTICO         | QUARENTA GRAUS NO CERRADO TURISMO LTDA        |
| 14.      | JALAPAO TURISMO                             | ALCIDES DA SILVA NEIVA NETO –                 |
| 15.      | JALAPAO 100 LIMITES                         | JALAPAO 100 LIMITES                           |
| 16.      | WE EXPEDICOES JALAPAO                       | WE EXPEDICOES JALAPAO                         |
| 17.      | CALLIANDRA ECOTURISMO - ECOSPORTS TOCANTINS | JOSE TEIXEIRA CESAR JUNIOR                    |
| 18.      | JALAPAS TURISMO                             | JALAPAS TURISMO                               |
| 19.      | CANINDE ECOTOUR                             | CANINDE ECOTOUR LTDA ME                       |
| 20.      | JALAPAO TOTAL ECOTOUR                       | JALAPAO TOTAL ECOTOUR                         |
| 21.      | FLY EXPEDICOES                              | FLY EXPEDICOES                                |
| 22.      | CARIOCA ECOTUR JALAPAO                      | CARIOCA ECOTUR JALAPAO                        |
| 23.      | OPERADORA DESERTO DO JALAPAO                | ANDREIA FERNANDES DIAS – ME                   |
| 24.      | BURITI ADVENTURE                            | BURITI ADVENTURE                              |
| 25.      | PARK DO SOL                                 | PARK DO SOL                                   |
| 26.      | DIEGOTOUR-TURISMO NO JALAPAO                | RANIERE CARVALHO DE SOUSA                     |
| 27.      | SAFARI DOURADO ECOTURISMO E AVENTURA        | SHAIONARY ROCHA PADUA DE LIMA                 |
| 28.      | CCTREKKING ADVENTURE                        | CCTREKKING ADVENTURE                          |
| 29.      | AVENTURA ECO - RECEPTIVO E ECOTURISMO       | HIGOR AIRES PARANHOS                          |
| 30.      | TRANSPORTE TURISTICO NO JALAPÃO             | SS DA SILVA NOLETO                            |
| 31.      | TOUR JALAPAO                                | MOACY TAVARES TURIBIO                         |
| 32.      | OURIQUE - BIKE, TREKKING, 4X4               | MANOEL DE ANDRADE OURIQUE                     |
| 33.      | JALAPAO EXPEDIÇÕES LTDA                     | JALAPAO EXPEDIÇÕES ECOTRIP                    |
| 34.      | CERRADO RUPESTRE ECOTURISMO E AVENTURA      | VANDERLEY RODRIGUES BORGES                    |
| 35.      | FREDIANI VIAGENS E TURISMO                  | SERGIO FREDIANI – ME                          |

|     |                                       |  |
|-----|---------------------------------------|--|
| 36. | JALAPAO ÚNICO                         | JONIVON AMARAL MARQUES                         |
| 37. | KORUBO EXPEDICOES                     | KORUBO EXPEDIÇÕES – EIRELI                     |
| 38. | JALAPAO OFICIAL                       | CRISTIANO TAVAREZ DE SOUSA                     |
| 39. | ENCANTOS DO JALÃO TOUR                | VITOR VIEIRA DE MACEDO                         |
| 40. | JALAPÃO SELVAGEM CAMPING E ECOTURISMO | GALERRY ALBINO ARAUJO                          |
| 41. | PARQUE ESTADUAL DO JALAPAO            | JOAO MARCELO SANCHES PARENTES – ME             |
| 42. | JC DE SOUZA ECOTURISMO – ME           | JC DE SOUZA ECOTURISMO – ME                    |
| 43. | CAPIM DE OURO TURISMO E ARTESANATO    | CAPIM DE OURO TURISMO E ARTESANATO             |
| 44. | AGENCIA DE VIAGENS-                   | LIVRE EXPEDIÇÕES                               |
| 45. | MUKAÚ EXPEDIÇÕES E CONSTRUÇÕES        | MUKAÚ EXPEDIÇÕES E CONSTRUÇÕES                 |
| 46. | CARIAMA TURISMO                       | LEONIDIO RODRIGO FERNANDES                     |
| 47. | JALAPÃO TRIPS                         | MERVAL RODRIGUES DE SOUSA                      |
| 48. | JL TURISMO                            | JL TURISMO                                     |
| 49. | SERTÃO DAS ÁGUAS JALAPÃO ADVENTURE    |  |
| 50. | BICUDO ADVENTURE                      | BICUDO ADVENTURE                               |
| 51. | BELÊCO TURISMO JALAPÃO                | BELÊCO TURISMO                                 |
| 52. | EXPEDIÇÕES TOCANTINS                  | EXPEDIÇÕES TOCANTINS                           |
| 53. | MUNDO PRO                             | MUNDO PRO-EVENTOS E GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME |
| 54. | PONDASTUR VIAGENS                     | JEFERSON ALONSO DE SOUZA – ME                  |
| 55. | ROTA NATIVA                           | ILANA RIBEIRO CARDOSO                          |
| 56. | JALAPÃO TOUR - BIBI TURISMO           | ANDRÉ ALVES DE MIRANDA                         |
| 57. | JALAPÃO AVENTURA                      | EDÉSIO TOLENTINO DOS SANTOS                    |
| 58. | TRAVENTURE EXPEDIÇÕES                 | AMANDA MARTINS LOPES                           |
| 59. | JALAPAO MAX TOUR                      | JORDANA DO COUTO FERREIRA                      |
| 60. | CAPIM DOURADO EXPEDIÇÕES              | EDMILSON FERREIRA DOS SANTOS                   |
| 61. | JALAPÃO BRASIL                        | VILKER FONSECA SILVA                           |
| 62. | NENEM JALAPÃO.COM                     | RENALDO AIRES RODRIGUES                        |
| 63. | CIRCUITO CENTRAL – ECOTURISMO         | EDUARDO MAGALHÃES CLEMENTE                     |
| 64. | TRILHAS DO JALAPÃO                    | FLÁVIA VIEIRA CAVALCANTE                       |
| 65. | CHACARA BOM SOSSEGO                   | DEBORA RAQUEL EVANGELISTA RUFO                 |
| 66. | MOURA EXPEDIÇÃO JALAPÃO               | SANDRO CASTRO DE MOURA                         |
| 67. | VIVA MAIS TURISMO                     | VIVA MAIS TURISMO                              |
| 68. | QUATRO ELEMENTOS TURISMO S/C LTDA     | MASSIMO DESIATE                                |
| 69. | PADILHA JALAPÃO TURISMO               | PADILHA JALAPÃO TURISMO                        |
| 70. | MANGABA TUR JALAPÃO                   | MANGABA TUR JALAPÃO                            |
| 71. | ORIGINAL DO JALAPÃO                   | DEUZIVAR RODRIGUES CASTRO                      |
| 72. | OFF TURISMO                           | OFF TURISMO                                    |

Fonte: dados disponibilizados pelo NATURATINS.

A partir do processo nº 56 foram emitidos atos (autorização).

Situação que tem assumido proporções preocupantes na comunidade Formiga, e pode se alastrar pelas demais comunidades vizinhas, pois, o território das comunidades aqui abordadas possui grande quantidade de pontos turísticos, inclusive podem ser descobertos novos pontos. Sendo alvo de várias expropriações, geralmente, empresários e guias turísticos com interesse na lucratividade, turistas e até mesmo pesquisadores que simpatizam pelas belezas paisagísticas.

Assim, acreditamos que trabalhar com o turismo é algo complicado, que merece grande atenção e elaboração de estratégias, porém Lima, Almeida (2012), acreditam que o turismo é um meio para a melhoria da qualidade de vida, e complementação de renda, que auxilia na diminuição do êxodo da juventude para a cidade em busca de trabalho.

A melhoria da qualidade de vida através do turismo, depende muito da forma como vão articular o uso dos recursos naturais paisagísticos oriundos do turismo, podem ser intensificadas as expropriações, e pode se configurar como um enfraquecimento às tradições desses quilombolas que estão no território há muito tempo, resistindo às investidas externas, com produção, economia e identidade própria. Na contramão seguem as interferências do Estado e seus aparelhos, que, através da mídia tem realizado divulgações que incentivam novos usos do território e novas dinâmicas, com técnicas que não faz parte da realidade dos habitantes locais<sup>42</sup>.

Porém, no caso do inevitável desenvolvimento devido ao dinamismo social, o correto é que essas comunidades sejam as mais beneficiadas financeiramente, sendo as administradoras incontestáveis desses recursos paisagísticos.

Comunidades que tradicionalmente estão habituadas a formas tradicionais de produção, como afirma Anjos (2011), é um processo comum entre os quilombolas, que caracteristicamente possui o trabalho cotidiano marcado por muitas tarefas, que são baseadas no conhecimento e respeito ao ambiente, um ambiente responsável pela produção de seus alimentos, a sua maior recompensa.

---

<sup>42</sup> À vista que, é um processo que segundo Konder (2008), incentiva novas perspectivas à força do trabalho, que acaba se transformando em mercadoria, sofrendo pressões do mercado, e culminado na alienação do trabalho.

### **3.7 A ressignificação do quilombo é também uma luta pela terra**

Até o momento, evidenciamos como o negro foi resistente à escravidão, e como tem lutado contra as cicatrizes psicológicas, sociais e econômicas. E, se tem uma palavra que representa o negro é: RESISTÊNCIA, um artefato ideológico invisível a documentação histórica e tradicional, que reflete ou podemos até considerar como sinônimo de quilombo, sendo o quilombo, um termo ou conceito<sup>43</sup>, que historicamente tem recebido diversos significados, ou sido motivo de uma confusão a respeito do que define de fato um quilombo. Afirma Anjos (2009), que se trata de um movimento de resistência territorial, com uma identidade de matriz africana.

Arruti (2005) e Salles (1971), expõe que a resistência estabeleceu condições de alojamento diferentes, uns conhecidos como Mocambos e os ditos Quilombos. Mocambos seriam comunidades negras fixas que começaram a surgir ainda durante a escravidão, e os quilombos seriam mais rotativos, porém... “o uso do termo nunca teve um interesse descritivo, mas, antes de tudo classificatório” (ARRUTI, 2005, p. 173). Uma classificação imposta pelo Estado para promover intervenções e o controle social, pois, se trata de uma organização social que não se enquadra nos parâmetros e dinâmica socioespacial do Estado capitalista, assim os quilombos ou mocambos, se caracterizam também como uma resistência à sociedade capitalista, resistência que tem se ressemantizado ou ressignificado.

Arruti (2005), designa o processo como ressemantização, como uma reverência aos remanescentes, que diz respeito a grupos que supõe-se haver ancestrais em determinados grupos étnicos. Porém, referir aos herdeiros do legado quilombola, somente como remanescentes parece não ter adequado perfeitamente, pois a descendência pode estar referida a um lugar de origem, a uma raça, a uma religião ou etnia, sem que o indivíduo seja membro de uma categoria, cabe aqui destacar que esta é uma visão culturalista, ligada a cultura, tradição e identidade.

Mas, Fiabani (2015), utiliza o termo ressignificar. Entretanto, o emprego dos dois termos implica em uma expectativa de encontrar, nas comunidades atuais, formas atualizadas dos antigos quilombos.

Uma situação necessária, que inclusive é explorada por Fiabani e Arruti, pois ambos pesquisadores reconhecem ser necessária devido:

---

<sup>43</sup> No ponto de vista de alguns autores, trabalham considerando o quilombo como um conceito. Principalmente para historiadores e antropólogos.

Portanto, o que está em jogo em qualquer esforço coletivo pelo reconhecimento oficial como comunidade remanescente de quilombos são os conflitos fundiários... em se tratando de remanescentes, o que está em jogo é a manutenção de um território como reconhecimento de um processo de espoliação (ARRUTI, 2005, p. 82).

Assim, a ressemantização ou ressignificação surge expondo que os quilombos desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução dos seus modos de vida. É uma tentativa de reafirmar a trajetória histórica, e através de tal perspectiva, tenta-se amenizar os conflitos e evidenciar a necessidade do reconhecimento e titulação.

Uma tentativa de abarcar a complexidade e diversidade de formas em que surgem os quilombos, de acordo com as mais diferentes situações sociais, com a finalidade de garantir a terra e a afirmação identitária.

Neste sentido, a definição de Quilombo, também está envolvida em características como:

...ruralidade, forma camponesa, terra de uso comum, apossamento secular, adequação a critérios ecológicos de preservação dos recursos, presença de conflitos e antagonismos vividos pelo grupo e, finalmente, mas não exclusivamente, uma mobilização política definida em termo de autoafirmação quilombola (ARRUTI, 2005, p. 96).

Os novos quilombos é o resultado das comunidades que ainda resistem as investidas pela expropriação, uma resistência coletiva e de valorização à cultura quilombola. Assim, a nova atribuição de ressignificar o conceito de Quilombo, demonstra a complexidade do movimento social em questão, que deixa de ser representado somente pela fuga e isolamento, aderindo novas formas de resistência e autonomia.

Porém, o potencial dessa resistência tem se fragilizado com a falta de políticas que assegurem o acesso à terra, ato propositalmente consumado a muito tempo pela elite<sup>44</sup>, ato que vai configurar o que antes era uma resistência pela liberdade como uma resistência e luta pela terra.

Uma luta que vai ter uma luz no fim do túnel, através da constituição de 1988, através do Art.68 (ADCT), que assegura o direito à terra para as comunidades quilombolas, ou remanescentes de quilombo.

---

<sup>44</sup> Como é o caso da Lei de Terras de 1850, um ato que serviu para excluir os trabalhadores pobres do acesso à terra.



Acontecimento que provocou o questionamento sobre o que seria um quilombo e seus descendentes, um questionamento levantado principalmente pela elite fundiária, também conhecida como inimigos do movimento social, bancada ruralista, bancada da bala, uma parcela social que possui grande influência no cenário político, pois são sujeitos que compõem a elite fundiária na assembleia legislativa, ou seja, conservadores empenhados em impedir as comunidades negras, indígenas e pobres de ter acesso à terra.

Situação que fez com que pesquisadores intensificassem a ideia de reafirmar a necessidade do reconhecimento e demarcação dos territórios das comunidades quilombolas, situação que Barros (2011), afirma, ser necessária para lidar com a existência de diversos desafios a serem superados para que a questão da terra seja democratizada de forma eficaz em solo brasileiro.

Mas, o qual seria a definição desses quilombos? Clovis Moura (1981), Décio Freitas (1984), Edisom Carneiro (1964) e outros, já contribuíram, e outros pesquisadores têm contribuído com boas colocações, assim como Fiabani (2012). Além dessa confusão de interpretação sobre os quilombos existe o fato de que algumas vezes, os sujeitos não sabem do que se trata, pois na maioria das vezes desconhecem o que é um quilombo, fator que influencia no auto reconhecimento. Situação que justifica a atuação da ABA, que utiliza de conceitos e discursos para justificar a sua intervenção sobre a realidade, as dificuldades na autoafirmação é uma ação exposta pelos dados evidenciados nos relatos. Dificuldades que atribui abertura para a contestação dos inimigos do movimento.

Nem sempre a memória permite uma conclusão imediata sobre a origem, mas disponibiliza indícios sobre períodos anteriores. Situação a ser interpretada pelos responsáveis no processo de reconhecimento, pois as lógicas de poder que elaboram e executam as normas jurídicas utilizam de instrumentos que muitas vezes reforça suas próprias verdades e interesses. Nesse sentido a ausência de documentação histórica automaticamente, atribui-se a memória o papel de representar os sujeitos.

Sendo, a memória, uma fonte importante no enfrentamento de argumentos que inviabilizam a consumação da Lei de 1988, argumentos que possuem lugar no cenário legislativo, argumentos sustentados por partidos e políticos interessados em inviabilizar o direito à titulação.

São discursos políticos que descaracterizam a resistência do quilombo de Palmares e Zumbi, que são personagens históricos que se configuram como os

maiores símbolos da resistência, símbolos de liberdade na ordem escravista, símbolos que, tem se ressignificado, como afirma Fiabani (2015). O mesmo autor ainda expõe que é o necessário para que o Artigo 68 do ADCT seja utilizado por comunidades que não surgiram da fuga, se trata de um alargamento do termo quilombo, uma opção para realizar o enfrentamento na luta pela reafirmação histórica.

Inclusive, poucas foram as comunidades tituladas de acordo com a constituição, favorecendo a migração para as cidades e privando os quilombolas do seu direito à terra, até mesmo os que ocupam a bastante tempo

Ou seja, a posse da terra é um assunto sério, inclusive, durante os relatos, percebemos que falar de terra é algo delicado, situação que ocorre devido, a estrutura fundiária brasileira, ter se baseado na disponibilidade de mão de obra, fácil exploração e custo mínimo, é uma estrutura agrária que mantém no campo situações socioeconômicas pautadas na desigualdade, atribuindo miseráveis condições de vida, materiais, culturais e sociais aos pequenos produtores (Prado Jr, 1979).

Em complementação a colocação de Prado Jr, ressalta-se que:

A estrutura fundiária brasileira nos quinhentos anos de história não passou por transformações significativas, pois desde o período das cesmarias existe uma maior valorização das grandes propriedades monocultoras que tem suas produções destinadas a exportação para o mercado europeu seja a cana, o ouro, e agora a soja (MIRANDA, LIRA, 2015, p. 350).

Destaca-se ainda, que as pequenas propriedades que produzem o próprio consumo são sufocadas, podendo obter o mesmo fim que comunidades indígenas e quilombolas, que foram massacradas durante o período colonial.

É uma luta historicamente desigual contra os movimentos sociais que lutam pela terra, pois a elite fundiária ainda conta com uma importante aliada, a mídia, que através dos recursos midiáticos está constantemente criminalizando e deslegitimando a luta dos movimentos sociais.

Pois, o êxito dos movimentos sociais que lutam pela terra, representa um andamento no processo da reforma agrária, e no caso dos quilombos, representa ainda a exclusão de terras do sistema de compra e vendas, pois a finalidade do uso da terra para essas comunidades não é a comercialização do seu principal meio de produção, a terra.

Consequentemente, a inviabilização da terra para as comunidades é a porta de entrada para sérios problemas, pois: “Ao protelar a titulação, o Estado expõe as comunidades a conflitos, expropriações, invasões, racismos, miséria e outros” (FIABANI, 2015, p. 163). Avista que, acaba também sendo muito comum a sobreposição de terras, que é quando indivíduos falsificam documentos para a venda de terras, um processo de grilagem de terras que passa a ter um caráter “legal”.

Essa inescrupulosa ação de apropriação de terras é muito comum no estado do Tocantins, inclusive, no ano de 2018, um dia após a cassação do então governador, “servidores do Intertins são flagrados emitindo títulos de terras ilegalmente”<sup>45</sup>, e já em 2019, órgãos estaduais travam reconhecimento de direitos constitucionais quilombolas<sup>46</sup>.

Um processo que exclui famílias dispostas a trabalhar para manter o sustento, e esse trabalho familiar é indissociável da posse da terra.

Sem titulação não há segurança, alimentos, renda, dignidade, auto estima e nem meios para garantir a sobrevivência das gerações futuras. Os jovens abandonam as comunidades a fim de trabalhar, retomar os estudos e com os rendimentos auxiliar os familiares que permanecem. Consequentemente, os laços que unem os mais velhos aos mais novos fragilizam-se (FIABANI, 2015, p. 167).

Esses laços entre os mais velhos e os mais jovens, são essenciais para a continuidade da cultura quilombola, e a fragilização desses laços atribuem à definição da identidade quilombola uma série de problemas.

Ou seja, a questão fundiária no Brasil e consequentemente no Tocantins, é um assunto sério, onde a disputa e os conflitos pela posse da terra são constantes. Para a elite, se trata de mais um bem material, para a classe trabalhadora é terra de trabalho.

Neste sentido que, a resignificação segundo Schmitt; Turatti; Carvalho (2002), é uma atualização do conceito de quilombo. Um processo histórico que se configura como uma construção social de longo tempo, então é normal que assuma várias formas e rumos. Como é o caso de quilombos urbanos, ou a difícil diferenciação

---

<sup>45</sup> A notícia pode ser encontrada no portal do jornal virtual T1 Notícias.

<sup>46</sup> Comunidades quilombolas do Tocantins têm enfrentado uma série de barreiras para manter válidos os seus Cadastros Ambientais Rurais (CARs), exigidos por lei desde a reforma do Código Florestal, em 2012. O cadastro é uma etapa necessária para a busca de recursos e de outros tipos de apoio para projetos locais. Essas dificuldades para a regularização ambiental se dão junto ao Instituto Natureza do Tocantins.

Notícia disponibilizada no seguinte site: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/02/19/orgaos-estaduais-do-tocantins-travam-reconhecimento-de-direitos-constitucionais-quilombolas/>

entre quilombos e comunidades negras rurais<sup>47</sup>. Mas é uma forma de possibilitar o acesso à terra, uma compensação mínima, pelo regime escravista, já que não houve inclusão no mercado de trabalho.

Partindo dessa forma de pensar os quilombos, nossa pesquisa finaliza com novos questionamentos, que surgiram do contato com a diversidade socioespacial existente no Jalapão – TO como: qual teria sido a primeira comunidade quilombola a dar origem as demais no Jalapão? Seriam os métodos de reconhecimento quilombola, utilizados pelos órgãos responsáveis, insuficiente para abarcar a complexidade dos quilombos? Os quilombos continuam se formando, ou dando origem a novos?

São questionamentos que surgem a partir de uma pesquisa participativa, provavelmente, essa última pergunta seja a nossa maior inquietação. Pois, acreditamos que os quilombos, como um movimento social dinâmico que luta pela terra, tem continuado a surgir, já no século XX, e na dinâmica territorial existente nas comunidades quilombolas do Jalapão – TO, se formaram a partir de desmembramentos de comunidades mais antigas, onde comunidades se organizaram e se auto denominaram, assumindo traços únicos, exigências próprias e materializando novas identidades.

---

<sup>47</sup> Seguindo essa lógica, que Fiabani escreve: Os novos quilombos, e utiliza outros termos como comunidades negras rurais, que seriam comunidades que surgem de diversas formas como: doação de terras, aquisição, ocupação de terras urbanas ou rurais de proprietários decadentes, há também os quilombos contemporâneos, um termo que surgiu para designar as atuais comunidades negras, oriundas ou não de quilombos antigos, formados ou não na época da escravidão.

## **Considerações finais**

A diversidade étnica no Brasil, é crucial para a construção do território nacional, e também um fator determinante na formação da classe trabalhadora e na sua segregação econômica, tendo em vista que não houve esforços para proporcionar uma integração da população negra no mercado de trabalho. Um processo que contribui para a consolidação e manutenção do sistema capitalista.

Porém, o sistema em questão, não é um processo aceito por completo, repleto de conflitos territoriais, contradições e que busca incessantemente pelos acessórios que viabilizam a manutenção humana pautada na desigualdade.

Partindo de tal situação que, nossa pesquisa não se trata de uma expressão pessoal ou individual, mas sim do resultado de um esforço em evidenciar a luta da classe trabalhadora contra os obstáculos elencados pelo Estado e pela classe burguesa branca, pois, se a classe trabalhadora produz na terra com seu esforço, suor e força de trabalho, porque não pode ser dona de fato desse meio de produção e usufruir do resultado de seu trabalho? E na tentativa de alcançarmos uma certa equidade, os trabalhadores do Brasil, sejam quilombolas, indígenas, e demais segmentações sociais pobres, tanto rural quanto urbana, tem resistido e persistido, na luta por uma justiça social igualitária.

É o que Woods (2003) afirma ser, o embate entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, através dos “novos” movimentos sociais, marcados pela busca de uma afirmação de identidade, ocasião em que as desenvolturas sociais relacionadas às questões étnico raciais e de gênero, se consolidam como uma luta contra os fatores hegemônicos, a superestrutura e as relações de poder que reafirmam a manutenção do sistema capitalista.

Assim, percebemos que não chegamos ao fim de nossas inquietações, e a identificação desse enfrentamento fez surgir outras inquietações, avista que, pesquisar não é algo tão fácil, e que o negro aqui em especial aos quilombolas, precisam ganhar voz, e que suas existências e resistências sejam evidenciadas.

Nesse sentido que, sustentamos constantemente as reafirmações sobre as particularidades do negro na sociedade brasileira, não é uma tentativa de fragmentar a classe trabalhadora, mas sim de atentar para as particularidades dialéticas que envolvem o negro no território brasileiro. Inclusive, autores que utilizamos como Vicente Salles e Clóvis Moura, estão constantemente afirmando que a relação entre

senhor e escravo é uma relação de classes, situação que Florestan Fernandes afirma ter continuado após a escravidão, e permanecem na formação territorial.

No entanto, conseguimos elucidar algumas questões iniciais, principalmente sobre a dinâmica social que envolve esses sujeitos que aqui estabeleceram diásporas da cultura africana. Porém, surgem outras, que ocorrem devido o processo histórico e seu legado, sendo evidente que o preconceito racial é um de seus piores legados, mas, as questões a serem priorizadas estão relacionadas de fato aos preconceitos raciais ou sociais? A sociedade de fato, odeia o negro, ou o pobre, ou o negro pobre?

Como símbolo de resistência, o quilombo, assim como outros resultados da organização da população negra, é uma forma coletiva de expressar as insatisfações materiais e morais diante das imposições da sociedade. Uma sociedade que criminaliza e exclui, resultando em uma condição social. Partindo dessa premissa chegamos à conclusão de que a autoafirmação racial é uma das formas de resistir e lutar por uma integração, pois, o auto reconhecimento racial no Brasil, na maioria das situações de caracteriza como uma consciência de classe.

Consequentemente, essa resistência existe no Jalapão - TO, através da luta diária enfrentada pelos moradores das várias comunidades quilombolas, comunidades formadas por negros que ali estão a muito tempo, donos da terra, ou deveriam ser. Pode ser que, houve um quilombo que deu início às demais comunidades que existem no Jalapão - TO, porém é um questionamento que essa pesquisa não se propôs e não consegue responder ainda, mas, é evidente que houve e ainda há uma distribuição de quilombolas em áreas que não eram utilizadas, uma dinâmica natural, situação que contribuiu para que o Jalapão – TO, seja um território inteiramente quilombola.

Assim, notamos como a população negra atribuiu importantes contribuições a formação do território brasileiro, mas, sempre foram omitidos da história, todavia nós negros, não somos os vencidos da história, pois, ainda estamos escrevendo ela...

## Referências Bibliográficas

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos: Geografia africana - Cartografia étnica - Territórios tradicionais**. Brasília: Mapas Editora e consultoria, 2009.

\_\_\_\_\_. **Territorialidade quilombola: fotos e mapas**. Brasília: Mapas Editora e consultoria, 2011.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do Sertão: As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – século XVIII**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife. 2005. 269p.

ARAÚJO, Marli Gondim de. **A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia**. Bogotá – Colômbia; Revista Colombiana de Geografia, v. 21, n.º 1, Jan-Jun de 2012.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. São Paulo: EDUSC, 2006. 370p.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. O processo histórico dos quilombos e o caso de Furnas de Dionísio. **Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v.5, n. 1, p.274-291, 2011.

**Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências/ Comunidades Quilombolas do Jalapão: os territórios quilombolas e os conflitos com as unidades de conservação**. Manaus: UEA edições, N. 5. 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia agrária e responsabilidade social da ciência**. São Paulo; Terra Livre, v. 2, ano 19. N.21, p. 41-53. 2003.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras**. Florianópolis: Revista Katál, v. 13 n. 1 p. 133-139 jan./jun. 2010.

CARNEIRO, Edison. **Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964. 240p.

CHAGAS, Rodolfo Pereira Das Chagas. **Políticas territoriais no Estado do Tocantins: um estudo de caso sobre o Jalapão**. São Paulo: USP, 2007. Dissertação de mestrado.

COELHO, Teixeira. **O que é utopia**. São Paulo. Editora Brasiliense, 5ª ed. 1985.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Global, 1988. 102p.

\_\_\_\_\_. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 490p.

COSTA, Delismar Palmeira; LIRA, Elizeu Ribeiro. Os camponeses da Ilha de São José e a construção da UHE de Estreito: a expulsão do paraíso. In: LIRA, Elizeu Ribeiro. **Geografia Agrária do Tocantins: Campesinato, latifúndio e conflitos**. Goiânia: Kelps, 2018. Páginas 261 a 279.

FABRINI, João Edmilson. **fronteira e questão agrária no brasil**. Revista da ANPEGE, V.10, n.13, p.91-115, jan-jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Território, classe e movimentos sociais no campo.** Revista da ANPEGE, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era. 1ª ed. São Paulo: Biblioteca Azul, V II, 2014. 623p.

FIABANI, Adelmir. Mato, Palhoça e Pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 - 2004). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 432p.

\_\_\_\_\_. Os Novos Quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988 – 2008). Palmas: Nagô Editora, 2015. 189p.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Pernambuco: Global Editora, 2003.

GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil: **Principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841.** São Paulo. Editora Nacional. 1942.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Uma história de movimentos. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016. 475 p.

LIMA, Luana Nunes Martins de. ALMEIDA, Maria Geralda de. **A identidade territorial Kalunga e perspectivas para o desenvolvimento do turismo nas comunidades Diadema e Ribeirão.** Revista Territorial. Goiás, v. 1, n. 1, p. 88-111, 2012.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – Tocantins: a Geopolítica de (Re) ocupação territorial na Amazônia Legal.** Ed: Kelps. Goiás. 2011.

LIRA, Elizeu Ribeiro. Uma aldeia redonda e um território marcado: da violência ao fim do território dos índios Krahô no Nordeste do estado do Tocantins. In: SANTOS, Roberto de Souza: et al. **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: Cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais.** Ed: Kelps. Goiânia - GO. 2013.

LIRA, Elizeu Ribeiro; CARVALHO, Isabel Antonio de. O Quilombo Morro São João: as ações de grileiros e o encurtamento do território. In: SANTOS, Roberto de Souza: et al. **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: Cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais.** Ed: Kelps. Goiânia - GO. 2013.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A Geografia, o território capitalista e o território indígena.** Tocantins: Produção Acadêmica - Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/Nurba, v. 4, n.2, 2018.

\_\_\_\_\_. VALADARES, Aniel R. Aspectos socioculturais e econômicos da comunidade afrodescendente São Joaquim, no município de Porto Alegre - TO. In: SANTOS, Roberto de Souza: et al. **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: Cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais.** Ed: Kelps. Goiânia - GO. 2013.



LOPES, Maria Aparecida Lopes de Oliveira; FILHO; Geraldo Silva (orgs). **Fragmentos de Diásporas Africanas no Brasil: Sociedade, escravidão, cultura e religiosidades.** São José: Premier, 2011.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. **Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins:** organização, resistência e identidades. UNESP: São Paulo, v. 5, n.1, p. 99-118. 2009.

MALCHER, Maria Albenize Farias (2006). **Identidade Quilombola e Território.** Pará.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra.** 8ª ed. São Paulo. Editora Hucitec, 2004. 157p.

MIRANDA, Ricardo Ferreira; LIRA, Elizeu Ribeiro. A apropriação do campesinato pelo capitalismo rentista no Tocantins: o caso do município de Miracema. In: Santos, Roberto de Souza: et al. **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: Projetos regionais, cidades e conflitos sócio espaciais.** Volume II. Ed: Kelps. Goiânia - GO. 2015.

MORAES, Antônio Carlos Robert. TERRITÓRIO, REGIÃO E FORMAÇÃO COLONIAL: APONTAMENTOS EM TORNO DA GEOGRAFIA HISTÓRICA **Ciência e Ambiente.** Rio Grande do Sul, v 1, n 33, p. 17-28, 2006.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1981. 100 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de: et al. **TERRITÓRIO EM CONFLITO, TERRA E PODER.** Goiânia; Kelps. 2014. Páginas 17 a 105.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Hugo Rivas de. **Biodiesel, Selo Combustível e Agricultura Familiar no Brasil.** Palmas – To; UFT, 2012. (Dissertação de mestrado)

**Os territórios quilombolas no Tocantins.** Rio de Janeiro; Alternativa para Pequena Agricultura do Tocantins (APA-TO). 2012.

PEREIRA, Bruno Magnum; ALMEIDA, Maria Geralda de. **O quintal Kalunga como lugar e espaço de saberes.** GEONORDESTE, Ano XXII, n.2. p. 47-64, 2010.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins.** 2ª edição. Goiânia. Editora UFG. 2003.

**Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão – PEJ.** Palmas – To. MRS Estudos Ambientais. Dezembro de 2003.

**Plano de Manejo para a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.** Brasília. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. 2014.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2002. 364p.

\_\_\_\_\_. **A Questão agrária no Brasil.** São Paulo: Editora brasiliense, 1979.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas – SP: Editora Unicamp. 2007.

- SALLES, Vicente. O negro no Pará: sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. 336p.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a. 392p.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b. 136p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016. 475p.
- SANTOS, Roberto de Souza. Políticas públicas e agronegócio na Amazônia legal: conflitos e contradições sociais no espaço agrário. In: Santos, Roberto de Souza: et al. **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: Projetos regionais, cidades e conflitos sócio espaciais.** Volume II. Ed: Kelps. Goiânia - GO. 2015. Páginas 31 a 44.
- SANTOS, Roberto de Souza (org). **Educação, território e cultura Quilombola no Tocantins: debates, experiências e pesquisas.** Volume II. Ed: Kelps. Goiânia - GO. 2015.
- SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira De. **A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas.** Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.
- SILVA, Lígia Osório. Latifúndio e construção do Estado: Brasil e Argentina no século XIX. **Ciência e Ambiente.** Rio Grande do Sul, v 1, n 33, p. 17-28, 2006.
- SILVA FILHO, Geraldo. Tênuas Fronteiras: escravidão, economia e sociedade no Tocantins colonial. In: SILVA FILHO, SANTOS, Geraldo. Roberto de Souza (Orgs). **Ensaio de Geografia e História do Tocantins: para uma interpretação crítica.** Palmas – To. Editora Nagô. 2012. Pgs, 70 a 93.
- SILVA, Lígia Osório. **Latifúndio e construção do Estado: Brasil e Argentina no século XIX.** Ciência e Ambiente. Rio Grande do Sul, v 1, n 33, p. 17-28, 2006.
- SIMINSKI, FANTINI, Alexandre, Alfredo Celso. **Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina.** Santa Maria- SC. Ciência Rural. V.37, n.3, p.690-696, mai-jun, 2007.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.
- XAVIER, Jonathas Adonias; LIRA, Elizeu Ribeiro. O parque estadual do Jalapão no cerrado tocantinense e as comunidades tradicionais. In.: **XV ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA: Geografia no contexto das reformas neoliberais no Brasil.** UFG, Catalão – Go. 2018.
- XAVIER, Jonathas Adonias; LIRA, Elizeu Ribeiro. **Comunidades Quilombolas: identidades territoriais no Jalapão - To.** Recife/Pernambuco; Editora:UFPE, 2017.
- XAVIER, Jonathas Adonias; LIRA, Elizeu Ribeiro. Jalapão no Tocantins: um território quilombola. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo De Estudos Urbanos Regionais E Agrários/ Nurba** Vol. 3, N. 2, 2017.
- XAVIER, Jonathas Adonias; LIRA, Elizeu Ribeiro. Comunidades quilombolas no Jalapão – TO e suas relações com as Unidades de Conservação do Parque Estadual.

In: LIRA, Elizeu Ribeiro. **Geografia Agrária do Tocantins: Campesinato, latifúndio e conflitos**. Goiânia: Kelps, 2018. Páginas 339 a 356.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

#### **Fontes Virtuais.**

Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/parque-do-jalapao-tem-mais-de-130-focos-de-queimadas-em-dois-dias.ghtml>. Acesso em: 15 Ago. 2017.

Disponível em: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>

Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Disponível em: <https://www.t1noticias.com.br/estado/policia-civil-flagra-servidores-do-itertins-emitindo-titulos-de-terras-irregulares/92589/>

Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/02/19/orgaos-estaduais-do-tocantins-travam-reconhecimento-de-direitos-constitucionais-quilombolas/>

Disponível em: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>

Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>